

Prospecto da Distribuição Pública da Primeira Série de Quotas Seniores do

CREDIBEL
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II -
VEÍCULOS

CEDENTE



Distribuição pública de até 56.000 Quotas Seniores da Primeira Série, com valor unitário de R\$ 1.000,00, no montante de até

R\$ 56.000.000,00

ISIN das Quotas Seniores: **BRCRDVCTF008**

Registro na CVM: Ofício/SRE/n.º 2.417/2006, concedido em 03 de novembro de 2006.

Classificação de Risco das Quotas Seniores da Primeira Série:
Fitch Ratings: AA (bra)

Emissão da Primeira Série de Quotas Seniores (as "Quotas Seniores da Primeira Série") do CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS (o "Fundo"), constituído de acordo com a Resolução CMN n.º 2.907, de 29 de novembro de 2001, e a Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pela Instrução CVM n.º 393, de 22 de julho de 2003, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ/MF") sob o n.º 08.277.595/0001-39 e administrado por MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 11.º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.201.501/0001-61 (a "Administradora"), conforme deliberado pela Administradora no ato de constituição do Fundo, em 28 de agosto de 2006, o qual se encontra registrado no 4.º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro sob o n.º 707202, de 30 de agosto de 2006. O prazo regular do Fundo é de 48 meses, contado a partir da primeira integralização de Quotas Seniores.

O Fundo poderá emitir uma classe de Quotas Seniores, as quais poderão ser divididas em até duas séries distintas, a serem distribuídas em uma ou mais distribuições. Após a emissão das Quotas Seniores da Primeira Série, fica autorizada, desde já, independente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, a emissão da Segunda Série de Quotas Seniores, a qual poderá ser deliberada pela Administradora, a qualquer tempo, no prazo máximo de até 12 meses contados da data da primeira subscrição de Quotas Seniores.

O Fundo também emitirá uma classe de Quotas Subordinadas para subscrição e integralização pelo Banco Credibel S.A. (as "Quotas Subordinadas") em valor equivalente a, no mínimo, 30% de seu patrimônio líquido.

As Quotas Seniores da Primeira Série serão registradas para (i) distribuição no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas de Fundo, integrante da CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação, e na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia; e (ii) negociação no mercado secundário no sistema de negociação de títulos de renda fixa - BOVESPAFIX, da BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, em seu mercado de balcão organizado - SOMAFIX e no SFF - Sistema de Fundos Fechados, administrado pela CETIP, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados, conforme definido pelo Artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, adquiram Quotas Seniores da Primeira Série.

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Quotas Seniores da Primeira Série a serem distribuídas.

O Fundo utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimentos. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em perdas patrimoniais para seus Quotistas.

O investimento do fundo de investimento de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o Gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.

O Fundo não conta com garantia da Administradora, do Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.

O Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da quota se comparada à de fundos similares com prazo inferior.

O tratamento tributário aplicável ao investidor do Fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.

As informações contidas neste prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção para os itens e disposições relativas ao objeto e à política de investimento do Fundo, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o Fundo está exposto.

Somente Investidores Qualificados, conforme definido pelo Artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, podem adquirir Quotas do Fundo.

Os investidores devem ler com atenção a seção "Fatores de Risco", nas páginas 76 a 83 deste Prospecto.



Este Prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para a Indústria de Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de Quotas do fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de sua instituição administradora e demais instituições prestadoras de serviços.

CEDENTE	COORDENAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS	ADMINISTRADORA E GESTORA	AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO
ASSESSORES LEGAIS	AGENTE ESCRITURADOR E CUSTODIANTE	AUDITOR INDEPENDENTE	INSTITUIÇÃO INTERMEDIÁRIA

A data deste Prospecto é 26 de janeiro de 2007.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	9
O FUNDO	10
BASE LEGAL	10
PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO.....	10
PÚBLICO ALVO.....	10
REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO	11
MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DA OFERTA E REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO	12
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	12
Instituição Administradora	12
Gestora da Carteira do Fundo.....	13
Custodiante e Agente Escriturador das Quotas	13
Coordenador e Distribuidor	13
Consultoria Jurídica	13
Agência Classificadora de Risco.....	13
Auditores Independentes	14
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS.....	14
CONFLITO DE INTERESSES	15
FLUXOGRAMA FINANCEIRO.....	16
OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO.....	17
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	17
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS QUOTAS DE CADA CLASSE	19
Características Gerais.....	19
Critérios para Avaliação dos Ativos do Fundo.....	19
ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO	20
RESERVA DE PAGAMENTO.....	21
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO.....	21
ENCARGOS DO FUNDO	21
DIREITOS CREDITÓRIOS.....	24
Política de Concessão de Crédito	24

Condições para cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo	25
Crítérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios	26
Originação e Formalização dos Direitos Creditórios	28
Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios.....	28
Procedimentos em Caso de Inadimplência	29
Política de Cobrança.....	32
Resolução das Cessões de Direitos Creditórios.....	32
Recompra Facultativa dos Direitos Creditórios	34
Negociação de Direitos Creditórios pelo Fundo.....	34
Boletos de Pagamento e Procedimentos para Pagamento dos Direitos Creditórios	35
INFORMAÇÕES SELECIONADAS SOBRE OS DEVEDORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	36
Representatividade de Categorias de Operações da Cedente	36
Ano de Fabricação dos Veículos.....	37
Indicadores de Pagamento dos Direitos Creditórios	37
ASPECTOS LEGAIS DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	39
Marco Regulatório.....	39
Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia	40
Da Eficácia do Contrato contra Terceiros	42
Dos Regulamentos Editados pelos Órgãos Públicos Competentes	43
Dos Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato.....	44
PROCEDIMENTOS DE CUSTÓDIA.....	46
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	47
EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....	50
Subscrição de quotas do fundo.....	51
CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS QUOTAS SENIORES.....	52
Integralização	53
Amortização.....	53
<i>Benchmark</i> das Quotas Seniores	55
CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS QUOTAS SUBORDINADAS.....	55
ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS	56
CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE	63

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS QUOTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE	64
AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE	64
AValiação DE RISCO (RATING)	64
CONDIÇÕES RELATIVAS À DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS	65
CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO	65
ASPECTOS TRIBUTÁRIOS	67
TRIBUTAÇÃO DO FUNDO	68
TRIBUTAÇÃO DOS QUOTISTAS	68
Objetivo de Tratamento Tributário	68
Tributação Aplicável aos Quotistas	69
FATORES DE RISCO	75
FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS INVESTIMENTOS NO FUNDO	76
FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS	80
GARANTIAS	84
GERENCIAMENTO DE RISCOS	84
HISTÓRICO DOS PARTICIPANTES	87
A CEDENTE	88
Grupo Splice	88
Banco Credibel	91
Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros	93
Desempenho do Mercado	93
A ADMINISTRADORA	95
O CUSTODIANTE E ESCRITURADOR DAS QUOTAS	97
O COORDENADOR	100
OS ASSESSORES JURÍDICOS	101
OS AUDITORES	102
ATENDIMENTO AO QUOTISTA	105
DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS	106
INFORMAÇÕES RELEVANTES	106
ATENDIMENTO A QUOTISTAS E/OU POTENCIAIS INVESTIDORES	106

ANEXOS

	Página
ANEXO 1 – Regulamento do Fundo	109
ANEXO 2 – Relatório Preliminar da Agência Classificadora de Risco	110
ANEXO 3 – Declaração da Administradora	111
ANEXO 4 – Declaração do Coordenador da Oferta	112
ANEXO 5 – Estatuto Social do Banco Credibel S.A.	113
ANEXO 6 – Demonstrações Financeiras do Banco Credibel S.A.	114
ANEXO 7 – Relatório dos Auditores Independentes	115
ANEXO 8 – Suplemento ao Regulamento do Fundo relativo à Primeira Série de Quotas Seniores	116

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

O FUNDO

CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II – VEÍCULOS, constituído sob a forma de condomínio fechado, consoante seu Regulamento anexo ao presente Prospecto (o “Regulamento”).

Todos os termos em maiúsculas mencionados neste Prospecto e que não tenham sua definição aqui estabelecida estão definidos no Regulamento.

BASE LEGAL

Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, emanada do CMN – Conselho Monetário Nacional, e Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução nº 393, de 22 de julho de 2003, ambas editadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários. O Fundo é classificado na ANBID como Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

O prazo de duração do Fundo é de 48 meses (o “Prazo de Duração”), iniciando a sua vigência a partir da data da primeira integralização de suas Quotas Seniores (a “Data de Início do Fundo”). O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por deliberação da Assembléia Geral de Quotistas.

PÚBLICO ALVO

Investidores Qualificados, assim definidos pela CVM: instituições financeiras; companhias seguradoras e sociedades de capitalização; entidades abertas e fechadas de previdência complementar; pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio, de acordo com o Anexo I da Instrução CVM nº 409; fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO

O valor mínimo de aplicação no Fundo é de R\$ 25.000,00. Além disso, somente Investidores Qualificados poderão adquirir Quotas do Fundo.

As Quotas Seniores da Primeira Série serão admitidas à negociação no mercado secundário junto ao sistema de negociação de títulos privados de renda fixa - BOVESPAFIX, da BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SFF – Sistema de Fundos Fechados, administrado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, observada a responsabilidade dos intermediários de assegurarem que somente Investidores Qualificados adquiram Quotas.

Caberá ao intermediário das operações no mercado secundário comprovar a qualidade de investidor qualificado do adquirente das Quotas Seniores.

A Data de Subscrição Inicial será determinada pelo Coordenador da Oferta, observado o prazo máximo de 180 dias, a contar da data do protocolo na CVM dos documentos referidos no art. 8º Incisos I a VIII, da Instrução CVM nº 356/2001, modificada pela Instrução CVM nº 393/2003.

Caso a totalidade das Quotas de cada emissão não seja subscrita no prazo acima mencionado, até o dia imediatamente anterior ao do seu término o saldo não colocado será cancelado, exceto se o prazo de distribuição for prorrogado, mediante solicitação à CVM.

As Quotas serão escriturais, sendo mantidas em conta de depósito aberta em nome de cada Quotista pelo Banco Itaú S.A., na qualidade de agente escriturador das Quotas.

É indispensável, por ocasião do ingresso do condômino no Fundo, sua adesão aos termos do Regulamento.

A aplicação, a amortização e o resgate de Quotas do Fundo podem ser efetuados em cheque, ordem de pagamento, débito e crédito em conta corrente, documento de ordem de crédito, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO DA OFERTA E REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO

Se, nas hipóteses previstas na Instrução CVM 400/2003, a Administradora pretender efetuar modificações ou revogar a distribuição das Quotas do Fundo, tal pleito será obrigatoriamente apresentado à CVM.

Na hipótese de modificação, desde que a mesma tenha sido aprovada pela CVM, a Administradora (i) divulgará os aspectos do Fundo modificados, pelos mesmos meios utilizados para divulgar o Anúncio de Início desta distribuição e (ii) notificará por escrito todos aqueles que já tenham subscrito Quotas do Fundo para que estes confirmem, no prazo de 5 dias úteis contados do recebimento da notificação, a manutenção do interesse em subscrever Quotas do Fundo, valendo o silêncio como confirmação.

Eventuais investidores que subscrevam Quotas do Fundo apenas após a referida modificação firmarão, em adição ao Boletim de Subscrição e ao termo de ciência e adesão ao Regulamento, um termo de aceitação das modificações aprovadas pela CVM, o qual ressaltará os artigos do Regulamento eventualmente modificados.

Em caso de revogação da distribuição, os valores eventualmente já integralizados pelos subscritores serão devolvidos aos mesmos, acrescidos de eventuais rendimentos auferidos, líquidos de despesas e tributos, no prazo máximo de 3 dias úteis a contar da aceitação da revogação por parte da CVM.

Não será admitida a revogação de aceitação por parte dos subscritores, salvo nos casos previstos nos parágrafos únicos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400/2003, isto é, respectivamente, no caso de suspensão da distribuição ou de discordância quanto às mudanças, eventualmente submetidas à CVM e aprovadas por tal autarquia, nas condições da oferta.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Instituição Administradora

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar.

Telefone para contato: +55 (21) 3974 4500

Gestora da Carteira do Fundo

Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso, nº 52, sala 3301.

Telefone para contato: +55 (21) 2510 9900

Custodiante e Agente Escriurador das Quotas

Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa.

Telefone para contato: + 55 (11) 5029 4309

Coordenador e Distribuidor

Banco Votorantim S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, nº 999, 16º andar.

Telefone para contato: + 55 (11) 5185 1651

Consultoria Jurídica

Madrona, Hong, Mazzuco, Kawamura – Sociedade de Advogados, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, 12º andar – Torre Sul.

Telefone para contato: +55 (11) 3094 7810

Agência Classificadora de Risco

Fitch Ratings Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Al. Santos, 1470, cj. 511.

Auditores Independentes

KPMG Auditores Independentes, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 6º andar.

Telefone para contato: + 55 (11) 3067 3000

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

Abaixo segue uma descrição dos principais contratos firmados pelo Fundo com a Cedente e os prestadores de serviços:

Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças

O principal contrato firmado pelo Fundo é o Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças (o “Contrato de Cessão”), por meio do qual a Cedente prometeu, em caráter irrevogável e irretratável, ceder os Direitos Creditórios ao Fundo, que se comprometeu a adquiri-los, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão e no Regulamento. Para tanto, a Cedente se obrigou, em caráter irrevogável e irretratável, a oferecer, contínua e prioritariamente ao Fundo, Direitos Creditórios em quantidade que, observado o disposto no Regulamento, permita ao Fundo que seja atingida a porcentagem mínima de 50% da composição da Carteira do Fundo por Direitos Creditórios.

Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (o “Contrato de Custódia”), o Custodiante se obrigou perante a Administradora a prestar ao Fundo os serviços de custódia dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, incluindo os serviços de que trata o Artigo 38 da Instrução CVM nº 356/2001, e os serviços de controladoria e escrituração de quotas. O Custodiante também atuará como agente de recebimento dos valores referentes aos Direitos Creditórios pagos pelos Devedores.

Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas

O Fundo celebrou com a Cedente o Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas, pelo qual a Cedente obrigou-se a subscrever e integralizar o montante de Quotas Subordinadas de emissão do Fundo que seja necessário para a manutenção da Razão Mínima.

Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças

O Fundo contratou a Cedente, por meio do Contrato de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças (o “Contrato de Cobrança”), para atuar como agente de cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelos respectivos Devedores, sempre em concordância com a Política de Cobrança descrita neste Prospecto e no Regulamento do Fundo.

Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento

Através do Contrato de Gestão de Carteira de Fundo de Investimento, a Administradora contratou a Gestora para realizar a gestão da Carteira do Fundo, em benefício dos Quotistas.

Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Credibel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II – Veículos

A Administradora e a Cedente contrataram o Banco Votorantim S.A., por meio do Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Credibel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II – Veículos, para realizar a distribuição pública das Quotas Seniores da Primeira Série, sob o regime de garantia firme, até o limite de R\$ 40.000.000,00.

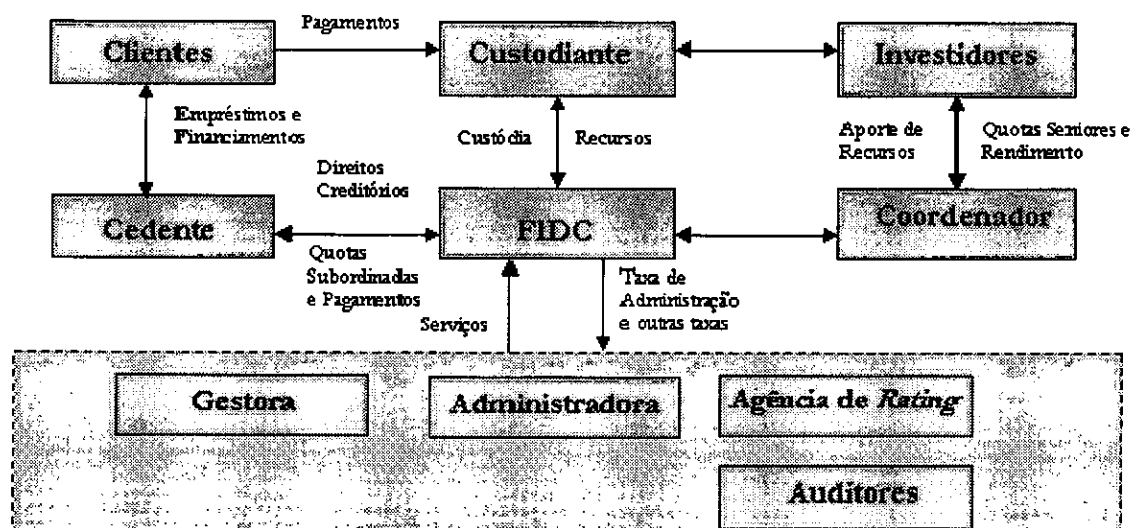
CONFLITO DE INTERESSES

A Cedente ou o grupo econômico a que pertence não estão envolvidos nas atividades de custódia, gestão e administração, e não pertencem ao mesmo grupo econômico do Administrador, da Gestora e do Custodiante, que são instituições devidamente habilitadas perante a CVM e o Banco Central do Brasil para prestar tais serviços, conforme aplicável, portanto, entende-se que não existem conflitos de interesses na prestação de tais serviços.

A Administradora e a Gestora são empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico e, portanto, podem estar sujeitas a uma eventual situação de conflito de interesse. Todavia, tendo-se em vista que as atividades de administração e gestão são atividades complementares entre si e que não há qualquer obrigação ou responsabilidade da Administradora ou da Gestora que denotem uma situação de conflito de interesses, entende-se que não há conflito de interesse na execução de suas atividades em favor do Fundo.

O Coordenador contratou, como instituição consorciada, a Credibel Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. para atuar como instituição intermediária na distribuição das Quotas Seniores da Primeira Série. A Cedente detém 99,96% do capital social total da Credibel Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e, portanto, a Cedente e a Credibel Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. podem estar sujeitas a uma eventual situação de conflito de interesse. No entanto, considerando que a Credibel Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. foi contratada mediante adesão ao Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Credibel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II – Veículos e deverá seguir os termos e condições constantes deste instrumento, na qualidade de Instituição Consorciada, entende-se que não há conflito de interesse na execução de suas atividades em favor do Fundo.

FLUXOGRAMA FINANCEIRO



OBJETIVO DE INVESTIMENTO DO FUNDO

O Fundo tem como objetivo a captação de recursos para aquisição de direitos creditórios, oriundos de operações de financiamento para aquisição de veículos automotores novos e usados, incluindo veículos leves, tanto de passeio como utilitários ("Veículos Leves"), caminhões novos e usados ("Caminhões") e de motocicletas novas e usadas (doravante as "Motocicletas", e em conjunto com os Veículos Leves e os Caminhões, os "Veículos"), e empréstimos pessoais com garantia fiduciária de Veículos (os "Direitos Creditórios") originadas pelo Banco Credibel S.A. (o "Banco Credibel" ou a "Cedente").

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

O Fundo aplicará seus recursos, preponderantemente, em Direitos Creditórios. Além dos Direitos Creditórios, a Gestora poderá alocar a parcela de até 50% do Patrimônio Líquido do Fundo exclusivamente nos seguintes ativos financeiros ("Ativos Financeiros"):

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) títulos de emissão do Banco Central do Brasil; e
- (d) operações compromissadas de até 30 dias, lastreadas exclusivamente em ativos previstos nos itens (b) e (c) acima.

Após o prazo de 90 dias contados da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, nos termos do Capítulo XII do Regulamento, no mínimo 50% da Carteira do Fundo deverá ser representada por Direitos Creditórios.

A razão entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação deverá ser de, no mínimo, 143% do Patrimônio Líquido do Fundo ("Razão Mínima"). Essa relação deve ser apurada todo dia útil pela Administradora.

Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima acima, os Quotistas detentores de Quotas Subordinadas serão imediatamente informados pela Administradora ("Aviso de Desenquadramento").

Os Quotistas detentores de Quotas Subordinadas deverão responder ao Aviso de Desenquadramento, impreterivelmente até o primeiro dia útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se desejam integralizar ou não novas Quotas Subordinadas. Caso desejem integralizar novas Quotas Subordinadas, deverão se comprometer de forma irrevogável e irretroatável a prontamente subscrever Quotas Subordinadas no valor equivalente a, no mínimo, o necessário para o reenquadramento da Razão Mínima e a integralizar tais novas Quotas Subordinadas no prazo máximo de até 5 dias úteis também contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Na hipótese dos Quotistas detentores de Quotas Subordinadas decidirem subscrever novas Quotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais Quotas sem a necessidade de autorização de quaisquer Quotistas do Fundo ou de realização de Assembléia Geral.

Na hipótese dos Quotistas detentores de Quotas Subordinadas não informarem tempestivamente à Administradora ou não desejarem subscrever novas Quotas Subordinadas, será considerado ocorrido um Evento de Liquidação, devendo-se observar o disposto no Regulamento a respeito do assunto.

O Fundo deverá realizar operações de derivativos de forma a proteger sua Carteira contra o risco de descasamento de taxas de juros. Tais operações serão realizadas exclusivamente na BM&F – Bolsa de Mercadorias & Futuros, na modalidade com garantias, com o único objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo.

O Fundo não realizará: (i) operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; (ii) aquisição de Direitos Creditórios que estejam lastreados em outras

operações que não as operações de financiamento para aquisição de Veículos e de empréstimos pessoais com garantia fiduciária de Veículos; e (iii) aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável, como, por exemplo, ações.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS QUOTAS DE CADA CLASSE

Características Gerais

Os ativos do Fundo terão seu valor atualizado a cada dia útil, mediante a utilização de metodologia de apuração do seu valor de mercado, quando houver, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparada por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao Devedor, aos seus garantidores e às características dos Direitos Creditórios de acordo com os critérios abaixo.

Crítérios para Avaliação dos Ativos do Fundo

Entende-se por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo. Para a realização deste cálculo, devem ser observados os seguintes pontos:

- (i) os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo devem ser registrados pelo seu preço de aquisição;
- (ii) os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos e parâmetros definidos na Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999 ("Resolução 2.682") e de acordo com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – OOSIF, criado pela Circular 1.273, de 29 de dezembro de 1987 do Banco Central do Brasil, ou outro plano contábil que, eventualmente venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;

- (iii) os Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes da Carteira do Fundo deverão ser provisionados, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos;
- (iv) os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.
- (v) os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos e parâmetros definidos no COSIF.
- (vi) as perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos e parâmetros definidos no COSIF e na Resolução 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Diariamente, a partir da Data de Início do Fundo e até a liquidação do Fundo, a Administradora e a Gestora obrigam-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo, descritos na subseção “Encargos do Fundo” abaixo;
- (b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;

- (c) formação de Reserva de Pagamento, de acordo com o previsto na subseção “Reserva de Pagamento” abaixo;
- (d) pagamento dos valores referentes à amortização periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (e) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) novas aquisições de Direitos Creditórios.

RESERVA DE PAGAMENTO

A Administradora, conforme orientação da Gestora, deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores (“Reserva de Pagamento”). Para tanto, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e/ou iniciar a liquidação de aplicações de recursos em Ativos Financeiros que não apresentem liquidez diária, de modo que, a partir de 90 dias corridos antes de cada Data de Amortização, o Fundo sempre mantenha recursos em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) cuja soma equivalente a 50% do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão, e, a partir de 60 dias, a 100% do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Pela administração do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente a um percentual sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, calculado à taxa de 0,20% ao ano, caso o Patrimônio Líquido apurado ao término de cada mês-calendário seja menor ou igual a R\$ 50.000.000,00 ou à taxa de 0,175% ao ano, caso o Patrimônio Líquido apurado ao término de cada mês-calendário seja maior que R\$ 50.000.000,00, observado o montante mínimo de R\$ 3.000,00 ao mês (“Taxa de Administração”).

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do Fundo (os “Encargos do Fundo”), além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do Fundo ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- IV. honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- X. despesas com a contratação da Agência Classificadora de Risco.

A Administradora pode estabelecer, nos termos do Capítulo IV do Regulamento, que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, inclusive a remuneração da Gestora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Quaisquer despesas indispensáveis ao funcionamento do Fundo não previstas acima como Encargos do Fundo correrão por conta da Administradora.

DIREITOS CREDITÓRIOS

Política de Concessão de Crédito

A mesa de crédito da Cedente é responsável pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais clientes. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que, entre outros, compõem a política de concessão de crédito:

- (a) perfil cadastral: análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF), profissão, rendimentos, residência, bens próprios, profissão e tempo de atividade, etc.;
- (b) dados cadastrais: pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contêm informações sobre pessoas inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores; e
- (c) referências bancárias, pessoais, de crédito, de contadores (para pessoas jurídicas), do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (para aposentados e pensionistas), comerciais, e outras referências que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente;
- (d) garantia de avalista, o qual também deverá cumprir todos os requisitos referentes ao potencial Devedor, para os seguintes casos: (i) proponentes que não comprovem tempo mínimo de 4 (quatro) meses de atividade profissional; (ii) proponentes que utilizem renda do cônjuge ou de parente de primeiro grau residente no mesmo endereço para complemento dos rendimentos mínimos requisitados para a concessão do crédito; e (iii) mulher casada proponente que não possua rendimentos e utilize os rendimentos do cônjuge, desde que sejam casados em regime de comunhão total ou parcial de bens;
- (e) alienação fiduciária do Veículo em garantia do pagamento da CCB, avaliado de acordo com o valor da tabela publicada pela empresa de consultoria Molicar Publicações Automotivas Ltda. em seu *sítio* (www.molicar.com.br) acrescido de 10% ou com o valor

da tabela publicada pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da data da proposta de concessão de crédito; e

- (f) enquadramento das parcelas do financiamento ou do empréstimo às porcentagens de comprometimento da renda mensal do potencial Devedor estabelecidas como aceitáveis pela Cedente.

Condições para cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo

O Fundo apenas poderá adquirir Direitos Creditórios originados pela Cedente e oriundos de operações de financiamento para aquisição de Veículos e empréstimos pessoais garantidos por alienação fiduciária de Veículos que, além dos Critérios de Elegibilidade definidos na próxima subseção deste Prospecto, atendam às seguintes condições (as “Condições de Cessão”):

- (a) cada Direito Creditório será referente a um conjunto de parcelas, mensais e consecutivas, referentes à totalidade do saldo devedor de uma Cédula de Crédito Bancário (“CCB”), da qual a Cedente seja a legítima e única titular, e poderão ser, a partir do 6º mês, após a Data de Início do Fundo, parcelas, mensais e consecutivas, referentes ao saldo devedor parcial de uma CCB, da qual a Cedente seja a legítima e única titular;
- (b) a CCB deverá ser formalizada pela assinatura das partes e do fiel depositário do bem, caso o contrato atribua esta função à pessoa distinta do Devedor;
- (c) o Direito Creditório deverá estar enquadrado na Política de Concessão de Crédito da Cedente, nos termos do Anexo 17 ao Regulamento;
- (d) o Devedor de cada um dos Direitos Creditórios não se encontre inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de quaisquer outras operações contratadas com a Cedente, assim considerada a operação vencida e não paga após 5 dias úteis contados da data de seu vencimento;
- (e) o Direito Creditório deve ter por origem CCB garantida por alienação fiduciária na qual tenham sido acordados pagamentos mensais por parte do Devedor e realizada com base em taxa de juros pré-fixada, tendo, no mínimo: (i) 2 parcelas já pagas à Cedente pelo Devedor, quando o Direito Creditório for referente à Veículos Leves, bem como

Motocicletas; (ii) 4 parcelas já pagas à Cedente pelo Devedor, quando o Direito Creditório for referente à Caminhões; ou (iii) 2 parcelas já pagas à Cedente pelo Devedor, quando o Direito Creditório for referente a empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves, ou 4 parcelas já pagas à Cedente pelo Devedor, quando o Direito Creditório for referente a empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Caminhões;

- (f) os Direitos Creditórios não poderão ter sido objeto de prévia negociação pela Cedente com terceiros;
- (g) os Direitos Creditórios relacionados às operações de financiamento para a aquisição de Veículos deverão se limitar à aquisição de Veículos Leves com até 20 anos desde seu primeiro emplacamento, Caminhões com até 25 anos desde seu primeiro emplacamento, e Motocicletas com até 3 anos desde seu primeiro emplacamento;
- (h) os Direitos Creditórios relacionados às operações de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões deverão se limitar a contratos garantidos por alienação fiduciária de Veículos Leves com até 20 anos desde seu primeiro emplacamento, e Caminhões com até 25 anos desde seu primeiro emplacamento; e
- (i) os Direitos Creditórios relacionados às operações de financiamento para a aquisição de Veículos e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões deverão ter seu valor limitado a 80% do valor do veículo financiado ou dado em garantia, conforme o Termo de Avaliação do Bem.

Nos termos do Regulamento, a Cedente se compromete a apenas oferecer Direitos Creditórios ao Fundo que atendam às condições acima previstas.

CrITÉRIOS de Elegibilidade dos Direitos CreditÓrios

Além das condições detalhadas acima, somente poderão ser cedidos ao Fundo Direitos Creditórios que atendam aos seguintes CritÉrios de Elegibilidade:

- (i) o prazo de vencimento de cada um dos Direitos CreditÓrios adquiridos pelo Fundo não será superior ao prazo da última sÉrie de Quotas Seniores em circulaÇão;

- (ii) o Devedor de cada um dos Direitos Creditórios não poderá estar inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- (iii) o Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, seu nome incluso no OCF – Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos do Banco Central do Brasil e sua inscrição no CPF/MF – Cadastro de Pessoas Físicas ou no CNPJ/MF – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, deverá estar em situação regular;
- (iv) o Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, registro no cadastro da SERASA – Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. ou no SPC – Serviço de Proteção ao Crédito, em razão de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite em valor superior a R\$ 300,00;
- (v) o percentual correspondente ao somatório do valor de face de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos por um único Devedor, deverá ser igual ou inferior a 0,40% do Patrimônio Líquido do Fundo, calculado na data da cessão pretendida;
- (vi) as informações referentes à respectiva OCB devem ter sido transmitidas ao Fundo, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão, celebrado entre a Cedente e o Fundo, e no Contrato de Custódia, celebrado entre o Custodiante e o Fundo;
- (vii) a data de vencimento da última parcela de cada OCB cedida deverá ter prazo de vencimento final superior a 60 dias contados da data em que for realizada a cessão de tal Direito Creditório;
- (viii) os Direitos Creditórios não poderão ter sido cedidos anteriormente ao Fundo e devolvidos à Cedente em decorrência de quaisquer das hipóteses de resolução da cessão ou de negociação contempladas nas Cláusulas IX e X do Contrato de Cessão e detalhadas na subseção “Resolução das Cessões de Direitos Creditórios” abaixo; e

- (ix) o valor correspondente ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por um único Devedor, será igual ou inferior a R\$ 40.000,00.

Originação e Formalização dos Direitos Creditórios

A Cedente responde pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios, bem como pela existência e validade dos documentos da transação que dá lastro a cada Direito Creditório (entre outros, o formulário de Solicitação de Financiamento, a Solicitação de Pagamento, o Termo de Alienação Fiduciária, o Termo de Avaliação do Bem, a Declaração de Estado e Condições do Bem, o Termo de Responsabilidade do Despachante, a CCB e outros documentos que eventualmente sejam assinados pela Cedente para a correta e devida formalização das operações – os “Documentos Comprobatórios”).

A Cedente e as pessoas controladoras da Cedente, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas ou a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis pela solvência dos Devedores dos referidos Direitos Creditórios. Assim, não haverá coobrigação entre a Cedente e os devedores dos Direitos Creditórios.

A Administradora, o Gestor, o Coordenador e o Custodiante não são responsáveis pela existência dos Direitos Creditórios ou pela solvência dos Devedores.

A Cedente fará, na qualidade de fiel depositário, a guarda dos Documentos Comprobatórios, podendo delegar a terceiros, em nome do Fundo e às suas expensas, a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos Documentos Comprobatórios, e garantindo o acesso aos Documentos Comprobatórios a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo, nas hipóteses previstas no Regulamento.

Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios

Pela aquisição de cada Direito Creditório, será pago pelo Cessionário à Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão (o “Preço de Aquisição”), o valor apurado de acordo com a seguintes expressão:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(Fator_{ce})^{DU_i}}$$

onde:

- PA_i = Preço de Aquisição do Direito Creditório “i”.
- VN_i = Valor nominal do Direito Creditório “i”, objeto da cessão.
- DU_i = Número de dias úteis compreendido entre a data de aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório “i”, exclusive.
- Fator_{ce} = Fator de cessão, calculado com 8 casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_{fut}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{FSE}{100} \right\} + 1$$

Onde “DI_{fut}” corresponde à taxa média anual, base 252 dias úteis, calculada de acordo com as taxas verificadas na “Estrutura a Termo de Taxas de Juros da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F” no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e “FSE” corresponde ao fator *spread* excedente de 155.

Como regra geral, o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo será pago em moeda corrente nacional, podendo, entretanto, mediante ajuste mútuo entre as Partes em cada caso, ser pago com outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Procedimentos em Caso de Inadimplência

Na hipótese do Fundo não receber o valor dos Direitos Creditórios a ele cedidos pela Cedente no prazo de vencimento, no todo ou em parte, a Administradora, segundo instruções da Gestora, e através da Cedente, como agente de cobrança, atuará em nome do Fundo, às expensas da Cedente, que poderá, para tanto, subcontratar, também às suas expensas, empresas especializadas de cobrança, ficando desde já autorizada a tomar todas as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente visando à recuperação dos créditos não pagos, de acordo com Anexo 24 ao Regulamento (a “Política de Cobrança”), e especialmente as seguintes providências:

- I. Notificar os respectivos Devedores para que efetuem o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias, sem prejuízo da mora e do pagamento de todos os consectários moratórios legais e/ou contratuais; e
- II. Uma vez transcorrido o prazo supra sem que o correspondente pagamento tenha sido efetuado pelos respectivos Devedores, a Administradora, seguindo instruções da Gestora, e através da Cedente atuando como agente de cobrança, poderá:
 - (a) contratar terceiro, inclusive a Cedente, para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos; ou
 - (b) exercer os direitos previstos no Contrato de Cessão; ou
 - (c) tentar, em regime de melhores esforços, ceder, em caráter oneroso, os Direitos Creditórios a terceiros.

Observados os termos e as condições do Regulamento e da regulamentação legal aplicável, a Administradora, seguindo instruções da Gestora, poderá:

- I. Iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança ou recuperação dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, ou à execução de quaisquer garantias prestadas ao Fundo, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;
- II. Celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas; e
- III. Constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 meses contados da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

Ainda, observados os termos do Regulamento e da regulamentação legal aplicável, a Administradora, conforme instruída pela Gestora, deverá tentar em regime de melhores esforços, no dia 15 de cada mês ou, caso este não seja um dia útil, no primeiro dia útil subsequente, e enquanto perdurar o Prazo de Duração do Fundo, ceder a terceiros, em caráter oneroso, todos e quaisquer Direitos Creditórios que, embora atendessem a qualquer dos Critérios de Elegibilidade no momento de sua cessão pela Cedente ao Fundo, deixem de fazê-lo a qualquer momento entre tal cessão e a data de seu efetivo pagamento.

Política de Cobrança

A cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, vencidos e não pagos, será feita pela Cedente e/ou por prestadoras de serviços de cobrança, de forma amigável e/ou judicial, contratadas pela Cedente, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob as CCBs que lastreiam os Direitos Creditórios, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, de acordo com as seguintes fases:

- (a) Fase Preventiva, por meio de contato telefônico com o Devedor do Direito Creditório inadimplente para (i) identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; e/ou (ii) negociar com o Devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nessa fase, o Devedor é comunicado que o não pagamento acarretará a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito;
- (b) Fase Pré-Judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplimento e cobrança através de notificação em cartório, visando receber o pagamento e/ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório inadimplente. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão e/ou protesto e execução dos Documentos Comprobatórios do Direito Creditório inadimplente;
- (c) Fase Judicial, que compreende (i) controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório inadimplente; e (ii) gerenciamento da guarda e da venda do veículo automotor dado em garantia, desde que o mesmo seja apreendido ou devolvido amigavelmente, nos termos da respectiva CCB; e
- (d) Fase de Negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.

Resolução das Cessões de Direitos Creditórios

O Contrato de Cessão prevê que ocorrerá a resolução da cessão realizada pela Cedente para o Fundo para os Direitos Creditórios:

- (i) cujos pagamentos, até as respectivas datas de vencimentos, venham a ser recusados pelos respectivos Devedores em decorrência de (a) inexistência, falta de certeza e/ou, falta de liquidez dos Direitos Creditórios; (b) qualquer oposição, de qualquer natureza apresentada pelos Devedores (desde que não caracterizada como mero inadimplemento), sendo que a veracidade ou validade dessa oposição será julgada pelo Cessionário e a oposição por si só constituirá razão para a resolução ora prevista;
- (ii) que venham a ser reclamados por terceiros comprovadamente titulares deles ou beneficiários de ônus, gravames ou encargos constituídos sobre tais Direitos Creditórios; ou
- (iii) em caso de fraude cometida pela Cedente.

Além das hipóteses acima, também serão consideradas condições para que ocorra a resolução da cessão:

- (a) o cancelamento do contrato que formalizada o crédito concedido ao Devedor, por vício de qualquer espécie na sua formalização e contratação;
- (b) o arrependimento eficaz do Devedor, isto é, se este procurar a Cedente dentro do prazo que ela concede a seus clientes para que estes, se assim quiserem, desistam da operação de crédito sem qualquer ônus;
- (c) a inexistência ou insuficiência dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios;
- (d) se algum Direito Creditório cedido e ainda não pago pelo respectivo Devedor houver sido cedido em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e com as Condições de Cessão;
- (e) se a Cedente ceder ao Fundo qualquer Direito Creditório inexistente, ilíquido ou incerto; ou
- (f) se for verificada a inexistência de qualquer das declarações e garantias prestadas pela Cedente ao Fundo ou a quaisquer terceiros agindo em seu nome, referente aos Direitos

Creditórios cedidos ou aos Documentos Comprobatórios que dão lastro a estes Direitos Creditórios.

O eventual pagamento antecipado de um Direito Creditório por parte do respectivo Devedor será considerado uma condição para que ocorra a resolução da cessão, ficando desde já estabelecido que, em tal hipótese, o Fundo receberá o valor do preço de aquisição do Direito Creditório, corrigido pela taxa de desconto aplicada à cessão em referência, calculada *pro rata temporis* desde a data da cessão até a data do efetivo pagamento, e o Cedente ficará obrigado a oferecer outros Direitos Creditórios que estejam em conformidade com os Critérios de Elegibilidade e com as Condições de Cessão previstas no Regulamento, com o objetivo de recompor a Carteira do Fundo. A ocorrência desta condição resolutiva será aferida e a recomposição da Carteira do Fundo será realizada quinzenalmente pela Cedente.

Recompra Facultativa dos Direitos Creditórios

Nas seguintes hipóteses a Cedente, se assim desejar, e caso o Fundo expressamente concorde, terá a opção de readquirir Direitos Creditórios anteriormente cedidos, sendo que, em todos esses casos, deverá pagar por cada um dos Direitos Creditórios o preço de aquisição do Direito Creditório, corrigido pela taxa de desconto aplicada à cessão em referência, calculada *pro rata temporis* desde a data da cessão até a data do efetivo pagamento:

- a) se o Devedor procurar a Cedente acompanhado de um terceiro interessado em assumir a dívida e a Cedente tiver interesse em adquirir o citado Direito Creditório e efetuar tal alteração;
- b) se algum Devedor procurar a Cedente com o objetivo de alterar a garantia dada ao respectivo Direito Creditório e a Cedente tiver interesse em adquirir o citado Direito Creditório e efetuar a alteração desejada pelo Devedor; ou
- c) se algum Devedor procurar a Cedente com o objetivo de renegociar o Direito Creditório (especialmente o prazo para o seu pagamento) e a Cedente tiver interesse em adquirir o citado Direito Creditório e efetuar tal negociação com o Devedor.

Negociação de Direitos Creditórios pelo Fundo

O Fundo poderá, excepcionalmente, ceder quaisquer dos Direitos Creditórios integrantes de sua Carteira, à vista, inclusive, mas não se limitando, à Cedente, nos casos em que por questões comerciais, tenha interesse em alterar quaisquer das características de sua Carteira, ou por qualquer outro motivo de interesse do Fundo. Nesta hipótese, o Fundo deverá ofertar à Cedente os Direitos Creditórios que tenha interesse em ceder a terceiros, a qual terá preferência na aquisição dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Caso a Cedente não tenha interesse em adquirir tais Direitos Creditórios, o Cessionário poderá ofertar os Direitos Creditórios inicialmente ofertados à Cedente a qualquer terceiro, a seu exclusivo critério. O valor da recompra será calculado com base no Preço de Aquisição do Direito Creditório, corrigido pela taxa de desconto aplicada à cessão em referência, calculada *pro rata temporis* desde a data da cessão até a data do efetivo pagamento.

Boletos de Pagamento e Procedimentos para Pagamento dos Direitos Creditórios

Buscando maior racionalidade operacional, o Fundo e a Cedente definiram que os Direitos Creditórios oriundos de operações de financiamento para aquisição de Veículos e empréstimos pessoais com garantia fiduciária de Veículos continuarão sendo pagos pelos respectivos Devedores por meio das fichas de compensação bancárias (os “Boletos Bancários”), confeccionadas e enviadas pela Cedente para cada Devedor anteriormente à data de cada cessão de Direitos Creditórios. Caberá ao Banco Itaú S.A., na qualidade de Custodiante e de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, controlar o recebimento de tais Direitos Creditórios, de forma a garantir que os recursos pagos por meio dos Boletos Bancários pelos Devedores em questão sejam automaticamente depositados na Conta Corrente Autorizada do Fundo (tal procedimento é doravante denominado, simplesmente, “Procedimento de Recebimento de Boletos”). A Cedente autoriza o Banco Itaú S.A. a transferir o registro da cobrança bancária de todos os direitos creditórios cedidos ao Fundo, mediante solicitação da área de custódia do próprio Banco Itaú S.A., nos termos do Contrato de Custódia.

A Cedente, de forma irrevogável e irretratável, autoriza o Banco Itaú S.A., ainda na qualidade de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários ao Procedimento de Recebimento de Boletos, sendo que qualquer ato da Cedente cujo objetivo seja, inequivocamente, tentar impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos, dará ensejo a um Evento de Liquidação, nos termos do Inciso X do Artigo 81 do Regulamento.

INFORMAÇÕES SELECIONADAS SOBRE OS DEVEDORES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Nesta subseção encontram-se informações selecionadas sobre os Devedores dos Direitos Creditórios, tais como a divisão por produtos oferecidos pela Cedente, por ano de fabricação dos Veículos envolvidos nas operações e por pontualidade no pagamento.

Representatividade de Categorias de Operações da Cedente

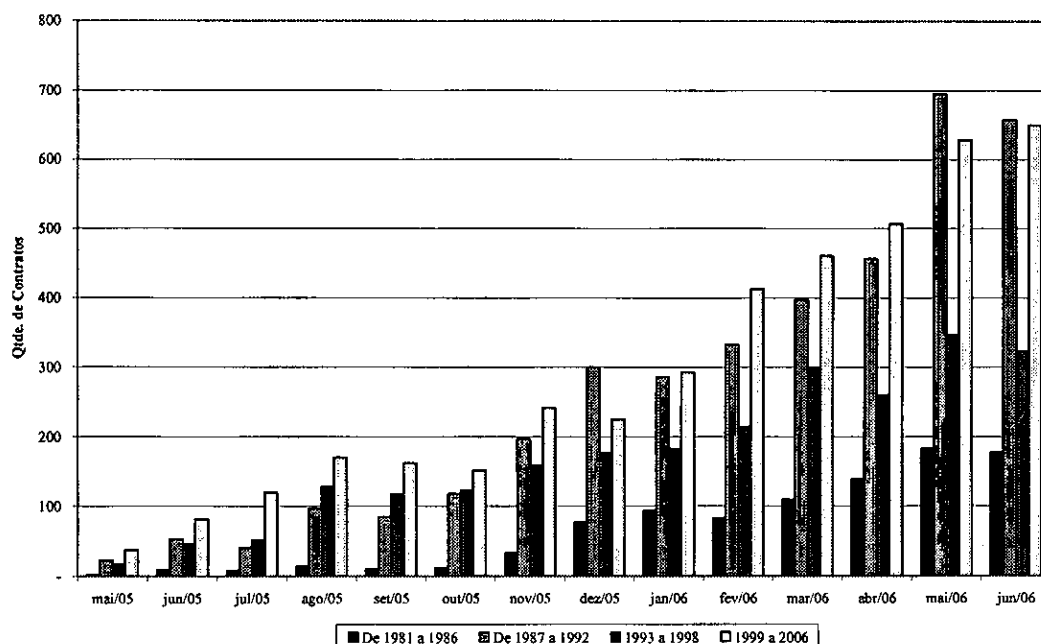
Apresenta-se destacada na tabela seguir a representatividade do percentual das operações referentes à análise conduzida pela KPMG, por categoria de operação, em volume financeiro, no período compreendido entre 3 de maio de 2005 e 30 de junho de 2006. A base de dados disponibilizada apresenta a identificação da categoria correspondente a cada operação.

Período	Empréstimos pessoais garantidos por alienação fiduciária de Veículos Leves (em %)	Financiamentos para aquisição de Caminhões (em %)	Empréstimos pessoais garantidos por alienação fiduciária de Caminhões (em %)	Financiamentos para aquisição de Motocicletas (em %)	Financiamentos para aquisição de Veículos Leves de passeio (em %)	Financiamentos para aquisição de Veículos Leves utilitários (em %)	Total
mai/05	2,04	0,00	0,00	39,95	58,01	0,00	100,00
jun/05	0,54	0,00	0,00	36,93	62,02	0,51	100,00
jul/05	0,75	0,00	0,00	41,32	57,93	0,00	100,00
ago/05	2,98	0,00	0,00	31,02	63,44	2,55	100,00
set/05	4,08	0,00	0,00	30,72	63,37	1,83	100,00
out/05	5,39	0,00	0,00	23,48	69,65	1,48	100,00
nov/05	3,20	0,00	0,00	20,29	75,19	1,32	100,00
dez/05	1,63	0,00	0,00	21,58	75,46	1,33	100,00
jan/06	2,46	0,00	0,00	27,37	68,75	1,42	100,00
fev/06	4,32	0,00	0,00	35,80	59,33	0,55	100,00
mar/06	5,01	0,00	0,00	32,25	62,06	0,69	100,00
abr/06	3,46	0,00	0,00	32,98	62,01	1,56	100,00
mai/06	3,86	1,09	0,13	29,10	64,44	1,37	100,00
jun/06	4,28	0,00	0,45	31,64	62,07	1,56	100,00
Total	3,65	0,18	0,09	30,06	64,73	1,28	100,00

Fonte: KPMG.

Ano de Fabricação dos Veículos

Destaca-se, no gráfico abaixo, a evolução da representatividade mensal das operações de financiamento e empréstimo de acordo com o ano de fabricação dos Veículos oferecidos em garantia ou financiados, conforme o caso, levantada pela KPMG no período compreendido entre 3 de maio de 2005 e 30 de junho de 2006.



Fonte: KPMG.

Indicadores de Pagamento dos Direitos Creditórios

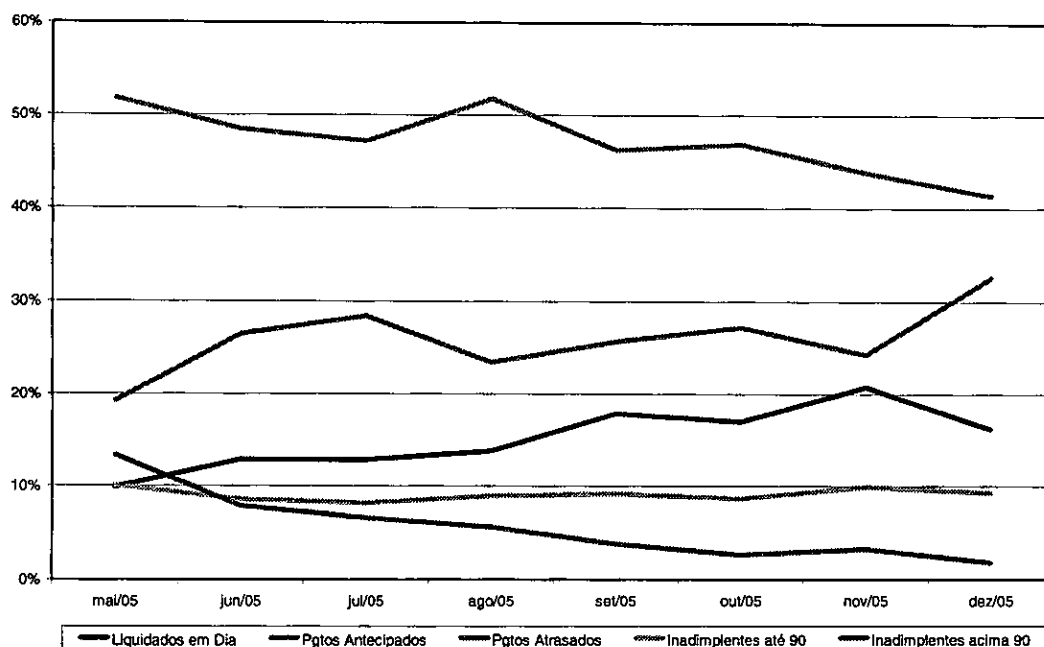
A tabela abaixo expõe a distribuição das operações que dão lastro aos Direitos Creditórios de acordo com a liquidação pelos Devedores, conforme analisado pela KPMG no período compreendido entre 3 de maio de 2005 e 30 de junho de 2006.

Faixas	Valor das parcelas dos Direitos Creditórios - R\$ mil		%
Total analisado		100.437	

Parcelas a vencer	88.487	
Parcelas vencidas e/ou liquidadas	11.950	100,00%
Descontos	205	1,71%
Multas	-443	-3,71%
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	50	0,42%
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	7	0,06%
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	10	0,08%
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	12	0,10%
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	19	0,16%
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	84	0,70%
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	257	2,15%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	3.080	25,77%
Parcelas liquidadas no vencimento	1.961	16,41%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias de atraso	3.113	26,05%
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias de atraso	776	6,50%
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias de atraso	912	7,63%
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias de atraso	165	1,38%
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias de atraso	48	0,40%
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias de atraso	10	0,09%
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias de atraso	4	0,04%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias de atraso	3	0,03%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 1 a 15 dias	566	4,74%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 15 a 30 dias	284	2,37%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 30 a 60 dias	310	2,59%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 60 a 90 dias	156	1,30%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 90 a 120 dias	104	0,87%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 120 a 150 dias	80	0,67%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 150 a 180 dias	54	0,45%
Parcelas vencidas e não liquidadas acima de 180 dias	123	1,03%

Fonte: KPMG.

O gráfico a seguir expõe a evolução da liquidação das operações que dão lastro aos Direitos Creditórios, de acordo com a análise da KPMG no período compreendido entre 3 de maio de 2005 e 30 de junho de 2006.



Fonte: KPMG.

Maiores informações sobre os Devedores dos Direitos Creditórios podem ser encontradas no Relatório dos Auditores Independentes, constante do Anexo 7 ao presente Prospecto.

ASPECTOS LEGAIS DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Marco Regulatório

A alienação fiduciária em garantia de veículos automotores, no âmbito do mercado financeiro, está regulada pelo Código Civil, nos Artigos 1361 e seguintes, pela Lei n.º 4.728/65, no Artigo 66-B, pelos Artigos 2º e seguintes do Decreto-lei n.º 911/69 e pela Resolução n.º 159/04, do Conselho Nacional de Trânsito.

Por meio do contrato de alienação fiduciária em garantia, o devedor transmite a propriedade resolúvel de um determinado bem de sua propriedade ao credor com o fim de garantir a dívida

do devedor, permanecendo o devedor com a posse direta do bem e o credor com a posse indireta. Uma vez quitada a dívida, a propriedade se resolve e o bem retorna ao patrimônio do devedor.

No caso de alienação fiduciária em garantia de veículos automotores, o Parágrafo Primeiro do Artigo 1361 do Código Civil, estabelece como requisito de constituição da garantia o registro do respectivo contrato na repartição competente para o licenciamento do veículo, fazendo-se a anotação no seu certificado de registro.

Até o vencimento da dívida, o devedor, às suas expensas e risco, pode usar a coisa de acordo com a sua destinação natural, como seu depositário, devendo empregar na guarda da coisa a diligência exigida pela natureza do bem, assim como entregá-lo ao credor se não pagar a dívida no vencimento (Artigo 1363 do Código Civil).

Cessão da Alienação Fiduciária em Garantia

Os Artigos 1361 e seguintes do Código Civil, que se aplicam à alienação fiduciária de coisa móvel infungível (a coisa móvel que não pode ser substituída por outra da mesma espécie, qualidade e quantidade), autorizam a utilização desta forma de garantia a qualquer pessoa, ainda que não seja uma entidade integrante do Sistema Financeiro Nacional. Desse modo, o Fundo pode ser cessionário dos Direitos Creditórios, assim como de sua garantia.

A Resolução n.º 2.907/01 do CMN, que autoriza a constituição e o funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios, dispõe em seu Artigo 2º, Inciso I, que, nas operações de créditos realizadas entre instituições financeiras e fundos de investimento em direitos creditórios, devem-se observar as disposições da Resolução CMN n.º 2.686/00 e suas alterações.

Por sua vez, a Resolução CMN n.º 2.686/00 prevê, em seu Artigo 2º, Inciso III, que as cessões de crédito realizadas entre instituições financeiras e sociedades anônimas que tenham por objeto exclusivo a aquisição de tais créditos implicam na transferência, à cessionária, dos contratos, títulos, instrumentos e garantias necessários a sua execução ressalvados os casos de cessão oriunda de operações de arrendamento mercantil, nas quais os contratos e bens arrendados permanecem sob a titularidade da cedente.

Ainda que não houvesse esta disposição infra-legal, o Código Civil prevê, em seu Artigo 287, que, salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.

Da Eficácia do Contrato contra Terceiros

De acordo com o já mencionado Parágrafo Primeiro do Artigo 1361 do Código Civil, para a constituição da alienação fiduciária em garantia de veículo automotor deverá haver o registro no órgão competente para o licenciamento do veículo automotor, a saber, o órgão executivo de trânsito do Estado, ou Distrito Federal, onde o veículo automotor estiver registrado (Artigo 130 do Código de Trânsito Brasileiro), que deve ser o do domicílio ou residência do seu proprietário (Artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro).

Os procedimentos para registro são regulados pela Resolução n.º 159/04, do Conselho Nacional de Trânsito, e visam não apenas atender aos requisitos legais de constituição da garantia, mas também conferir publicidade ao registro, protegendo terceiros que venham a adquirir o bem. Trata-se, também, de um requisito de eficácia da garantia contra terceiros.

Antes da promulgação do Código Civil e da Lei 10.931/04, a Lei n.º 4.728/65 estabelecia, por meio do Parágrafo Primeiro do revogado Artigo 66, cuja redação havia sido dada pelo Decreto-lei n.º 911/69, que o contrato deveria ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do credor. Além disso, o Parágrafo Décimo desse mesmo revogado dispositivo legal dispunha que a alienação fiduciária em garantia de veículo automotor deveria, para fins probatórios, constar do certificado de registro do automóvel.

Assim, eram necessários (i) o registro do contrato de alienação fiduciária em garantia no Cartório de Títulos e Documentos e (ii) a transcrição da alienação fiduciária no certificado de registro do veículo automotor. A esse respeito, a Súmula n.º 92, do Superior Tribunal de Justiça, previa que "A terceiro de boa-fé não é oponente a alienação fiduciária não anotada no Certificado de Registro do Veículo Automotor."

Contudo, a Lei n.º 10.931/04 revogou os Artigos 66 e 66-A da Lei n.º 4.728/65 e introduziu o Artigo 66-B, o qual passou a prever apenas algumas regras específicas para a alienação fiduciária no âmbito do mercado financeiro, não fazendo menção alguma à exigência de registro no Cartório de Títulos e Documentos.

Nesse novo contexto legal, a única regra que dispõe expressamente sobre o registro do contrato de alienação fiduciária em garantia de veículos automotores é o mencionado Parágrafo Primeiro do Artigo 1361 do Código Civil. Nesse sentido, é necessário apenas o registro do contrato no órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, competente para o licenciamento do veículo automotor e a consequente anotação no

certificado de registro do veículos para que a garantia seja constituída e produza efeitos perante as partes e perante terceiros.

Dos Regulamentos Editados pelos Órgãos Públicos Competentes

O Conselho Nacional de Trânsito, órgão máximo normativo e consultivo do Sistema Nacional de Trânsito (Inciso I do Artigo 7º do Código de Trânsito Brasileiro), com o fim de estabelecer e padronizar procedimentos para o registro de contratos de alienação fiduciária de veículos perante órgãos executivos de trânsito (DETRANs), expediu a Resolução n.º 159/04.

O Parágrafo Primeiro do Artigo 1º da Resolução n.º 159/04 prevê que se considera registro de contrato de alienação fiduciária de veículo o arquivamento de seu instrumento, público ou particular, por cópia, microfilme ou qualquer outro meio eletrônico, magnético ou óptico, precedido do devido assentamento em livro próprio, podendo os dados desse registro ser arquivado em qualquer forma de banco de dados magnético ou eletrônico, desde que este garanta requisitos de segurança quanto à adulteração e manutenção do seu conteúdo.

O Parágrafo Segundo do Artigo 1º prevê que o registro do contrato deve ser anterior à expedição do certificado de registro do veículo. Ademais, o Parágrafo Terceiro deste mesmo Artigo dispõe que “cumprida a responsabilidade decorrente do contrato com cláusula de alienação fiduciária, deverá ser efetuada a sua baixa no registro”.

Já o Artigo 5º da referida resolução dispõe que se considera gravame a anotação, no campo de observações do certificado de registro do veículo, de garantia real de veículo automotor, decorrente de contratos com cláusula de alienação fiduciária, reserva de domínio ou penhor. Os mencionados órgãos executivos de trânsito, após o registro do contrato de alienação fiduciária, farão constar em favor da empresa credora da garantia real, no campo de observações do certificado de registro do veículo, a existência do gravame com a identificação do credor da garantia real (Artigo 6º da Resolução n.º 159/04).

As informações para as inserções e liberações de gravames poderão ser feitas eletronicamente, mediante sistemas ou meios eletrônicos compatíveis com os dos órgãos ou entidades executivos de trânsito, sob a integral expensa dos credores (Artigo 7º da Resolução n.º 159/04).

Será de inteira e exclusiva responsabilidade dos credores a veracidade das informações para a inclusão e liberação do gravame, inexistindo para os órgãos ou entidades executivos de trânsito obrigações sobre a imposição de quaisquer exigências legais, junto aos usuários, referentes aos

contratos com cláusula de garantia real de veículos automotores (Artigo 8º da Resolução n.º 159/04).

Após o cumprimento das obrigações por parte do devedor, o credor da garantia real de veículo automotor providenciará, eletronicamente, a informação da baixa do gravame junto aos órgãos ou entidades executivos de trânsito do Estado ou do Distrito Federal (Artigo 9º da Resolução n.º 159/04).

Os órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal expedirão os certificados de registro dos veículos, com a inserção do gravame, depois de verificada a compatibilidade com as informações do registro do contrato de garantia real, prestadas pelos referidos órgãos ou entidades executivos de trânsito, ou, se for o caso, instituição conveniada (Artigo 10 da Resolução 159/04). Além disso, o Parágrafo Primeiro deste mesmo Artigo prevê que as informações eletrônicas de inserção e liberação de gravames poderão ser prestadas pelos agentes financeiros, anterior ou simultaneamente ao registro definitivo do contrato com cláusula de garantia real (Parágrafo Primeiro do Artigo 10 da Resolução 159/04).

Dos Efeitos do Adimplemento e Inadimplemento do Contrato

Paga a dívida pelo devedor, extingue-se a propriedade resolúvel do credor sobre o bem, tomando-se o devedor novamente proprietário do bem.

Os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, garantidos pelas referidas alienações fiduciárias foram constituídos no âmbito do mercado financeiro, sob a disciplina da Lei n.º 4.728/65. Assim, se o devedor não pagar a dívida, poderá o credor adotar os procedimentos previstos no Decreto-lei n.º 911/69 para cobrar o seu crédito.

O Artigo 2º do Decreto-lei n.º 911/69 prevê que, no caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas com alienação fiduciária, o credor poderá vender a coisa alienada fiduciariamente independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, devendo aplicar o preço da venda para quitar a dívida e as despesas decorrentes da cobrança, entregando o saldo remanescente ao devedor.

A mora na obrigação decorrerá do simples vencimento do prazo para o pagamento, podendo ser comprovada por meio de notificação extrajudicial ou de protesto do título (Parágrafo Segundo do Artigo 2º do Decreto-lei n.º 911/69).

O proprietário fiduciário do bem, uma vez comprovada a mora, poderá requerer contra o devedor, ou o terceiro que esteja na posse do bem, a busca e apreensão, a qual poderá ser concedida liminarmente (*caput* do Artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69). Nesse contexto, é importante ressaltar a Súmula n.º 72, do Superior Tribunal de Justiça, a qual dispõe que “a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente”.

A Lei n.º 10.931/04 alterou e acrescentou parágrafos ao Artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69. Nesse sentido, o Parágrafo Primeiro deste Artigo passou a prever que, cinco dias após o cumprimento da medida liminar de busca e apreensão do bem, a propriedade do bem será consolidada no patrimônio do credor, devendo, no caso em questão, o órgão executivo de trânsito competente expedir novo certificado de registro do veículo em nome do credor ou de terceiro por ele indicado, livre de qualquer ônus da propriedade fiduciária.

Dentro do prazo de cinco dias, o devedor poderá quitar a dívida conforme os valores apresentados pelo credor (purgação da mora), situação em que o bem lhe será restituído sem o ônus da propriedade fiduciária (Parágrafo Segundo do Artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69). No prazo de 15 dias do cumprimento da medida liminar, o devedor poderá apresentar resposta impugnando o valor cobrado pelo credor mesmo que tenha purgado a mora (Parágrafos Terceiro e Quarto do Artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69).

Importante ressaltar que, caso venha a ser decretada a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa em favor do devedor fiduciante equivalente a 50% do valor originalmente financiado se o bem já tiver sido alienado (Parágrafo Sexto do Artigo 3º do Decreto-lei n.º 911/69). A Cedente, como agente de cobrança do Fundo, nos termos do Contrato de Cobrança, será responsável pelo pagamento de quaisquer despesas incorridas nos procedimentos de cobrança, inclusive no âmbito das ações de busca e apreensão.

Caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, que tem procedimento específico na legislação processual civil em vigor.

Se o credor preferir, poderá recorrer à execução diretamente, hipótese em que poderão ser penhorados tantos bens do devedor quanto bastem para assegurar a execução (Artigo 5º do Decreto-lei n.º 911/69).

No caso de falência do devedor, é assegurado ao credor pedir a restituição do bem alienado fiduciariamente, já que o bem não deverá integrar a massa falida do devedor (Artigo 7º do Decreto-lei n.º 911/69). Este dispositivo continua em vigor, nos termos dos Artigos 85 e seguintes da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (Lei de Falências).

PROCEDIMENTOS DE CUSTÓDIA

Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, de forma escritural, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil ou (iv) em outras instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo Banco Central do Brasil e/ou pela CVM.

Dentre outras funções previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, caberá ao Custodiante:

- (a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios;
- (b) validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade;
- (c) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação;
- (d) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (e) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso pelos Auditores Independentes, Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo e órgãos reguladores;
- (f) cobrar e receber, por conta e ordem dos Devedores, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos;

- (g) informar à Administradora, à Gestora e à Agência Classificadora de Risco, tão logo chegue ao seu conhecimento, o descumprimento, pela Administradora e/ou pela Gestora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos no Regulamento ou no Contrato de Custódia;
- (h) informar a Administradora, imediatamente após tomar ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações definidas no Regulamento e no Contrato de Custódia;
- (i) receber e realizar a cobrança bancária dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo; e
- (j) efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários à efetivação do Procedimento de Recebimento de Boletos previsto nos Parágrafos Terceiro e Quarto do Artigo 17 do Regulamento.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- II. aquisição reiterada, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as Condições de Cessão, conforme apurado pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante;
- III. rebaixamento do *rating* das Quotas Seniores de qualquer série em circulação, de acordo com os critérios de classificação atualmente adotados pela Agência Classificadora de Risco ou outro critério equivalente adotado por agência de classificação de risco que venha a substituí-la.

- IV. alteração do Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afetem ou possam afetar prejudicialmente a performance do Fundo;
- V. caso a Taxa DI, de qualquer dia útil, seja superior a 130% da Taxa DI do dia útil imediatamente anterior;
- VI. caso existam evidências de que Direitos Creditórios tenham sido onerados, gravados ou sujeitos a qualquer encargo, constituídos previamente à sua aquisição pelo Fundo;
- VII. caso a Administradora não concorde com os critérios de fixação do preço dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo definidos pelo Custodiante para a apuração do valor do Patrimônio Líquido nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia;
- VIII. caso a Cedente ofereça Direitos Creditórios elegíveis em quantidade inferior a 50% das disponibilidades do Fundo, após a Reserva de Pagamento (conforme abaixo definida), por períodos superiores a 10 dias ininterruptos;
- IX. caso a Administradora ou a Gestora entendam que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo;
- X. caso o Fundo desrespeite a proporção prevista de investimento mínimo de 50% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios por 90 dias consecutivos;
- XI. caso a Administradora não constitua, no prazo e percentual estipulado, a Reserva de Pagamento não corrija o problema no prazo máximo de 5 dias contados a partir do momento em que a Reserva de Pagamento deveria estar corretamente constituída;
- XII. caso os Quotistas Subordinados vetem eventual deliberação da Assembléia Geral a respeito da elevação e/ou diminuição do *Benchmark* (conforme abaixo definido) das Quotas Seniores;
- XIII. caso a Cedente descumpra qualquer das cláusulas do Contrato de Cessão e não sanar tal descumprimento no prazo máximo de 5 dias a contar da data em que receber notificação escrita do Fundo neste sentido;

- XIV. caso ocorra a amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;
- XV. caso o Custodiante descumpra quaisquer de seus deveres e obrigações previstas no Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o faça no prazo de 5 dias contado do recebimento da referida notificação;
- XVI. em caso de inadimplemento, pela Cedente, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- XVII. em caso de apresentação para protesto ou protesto de títulos emitidos pela Cedente ou sacados contra a Cedente, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;
- XVIII. em caso de ajuizamento contra a Cedente, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$ 10.000.000,00;
- XIX. em caso de alteração no controle acionário do Cedente; e
- XX. caso a inadimplência da carteira de Direitos Creditórios (títulos vencidos e não pagos) supere 11% entre 31 dias e 60 dias, 9,5% entre 61 dias e 90 dias, 8,5% entre 91 dias e 120 dias, 7% entre 121 dias em até 150 dias ou 6% acima de 151 dias, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Custodiante ao Fundo.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora comunicará os Quotistas acerca do fato, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios até que seja realizada a Assembléia Geral mencionada no parágrafo seguinte.

A Administradora convocará, na data em que tomar ciência de um Evento de Avaliação, uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, conforme definido na subseção abaixo, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo. Neste caso, a Administradora, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembléia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos próprios definidos no Regulamento.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação aplicável, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo (“Eventos de Liquidação”) quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. a totalidade das Quotas Seniores em circulação não seja totalmente integralizada, exceto se houver cancelamento de Quotas não subscritas ou prorrogação de prazo, expressamente autorizada pela CVM;
- II. caso haja atraso no pagamento do resgate ou das amortizações das Quotas Seniores previstos no Regulamento;
- III. caso haja inobservância, por 5 dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso a Cedente não responda tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Administradora;
- IV. caso haja o pedido de decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (a) à Cedente; e/ou (b) ao Custodiante; e/ou (c) à Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- V. deliberação nesse sentido da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo;

- VI. caso os Quotistas venham a deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- VII. caso não ocorra a substituição da Administradora nos casos previstos no Regulamento, sendo que, nesta hipótese, fica facultado à Administradora, a seu exclusivo critério, determinar a liquidação do Fundo;
- VIII. rescisão do Contrato de Custódia celebrado entre o Custodiante e o Fundo, sem que seja nomeado substituto;
- IX. caso os Quotistas Subordinados, após o recebimento de um Aviso de Desenquadramento, não procedam à integralização de Quotas;
- X. caso a Cedente pratique qualquer ato que, inequivocamente, implique em tentativa de impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos; e
- XI. caso exista evidência de que a Cedente tenha permitido a cessão dos Direitos Creditórios sem lastro.

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas em curso; (ii) notificar os Quotistas; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos no Regulamento.

SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO

No ato de subscrição das Quotas – tanto Quotas Seniores quanto Quotas Subordinadas – o subscritor (i) assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pela Administradora para distribuir Quotas do Fundo; (ii) receberá exemplar do Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência e adesão ao Regulamento, na forma do Anexo 46 ao Regulamento, estar ciente (a) das disposições contidas no Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Prospecto e no Regulamento e (iii) deverá indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de

correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS QUOTAS SENIORES

Serão emitidas até 56.000 Quotas Seniores da Primeira Série, com valor unitário de emissão de R\$ 1.000,00. A Administradora poderá decidir pela emissão da Segunda Série de Quotas Seniores, de acordo com os termos e condições previstos no Regulamento.

Integralização

A integralização das Quotas Seniores poderá ser efetuada em cheque, débito em conta corrente, ou em conta investimento, transferência eletrônica disponível, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizada pelo Banco Central do Brasil, à escolha da Administradora, correndo os custos correspondentes às tarifas de serviço bancário por conta do subscritor.

Amortização

As Quotas Seniores deverão ter prazo de resgate de 36 meses e carência de amortização de 9 meses, com amortizações trimestrais a partir do 9º mês, contados da data da primeira integralização de quotas da respectiva série ("Data da Primeira Integralização de Quotas Seniores"), no último dia útil de cada mês, com o pagamento do resgate simultâneo ao pagamento da última amortização.

Observada a ordem de alocação dos recursos do Fundo prevista no Regulamento, e desde que o Patrimônio Líquido do Fundo assim o permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à amortização das Quotas Seniores de cada série, cujo valor será obtido através das informações de seu respectivo Suplemento ao Regulamento.

O valor inteiro referencial de cada Quota Sênior, para efeito de integralização, amortização ou resgate, posterior à Data da Primeira Integralização de Quotas Seniores, apurado diariamente, será equivalente ao menor valor entre (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Sênior em circulação na ocasião, inteiras ou fracionadas, e (b) $VII \times [(f1 \times f2 \times f3 \times \dots \times fj)]$,

onde:

VII = valor inteiro inicial da Quota Sênior na Data de Subscrição da respectiva série de Quotas Seniores.

(f1 x f2 x f3 x fj) = fator de variação acumulada de correção da Quota Sênior calculado de acordo com a seguinte expressão:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{TaxaDI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

na qual:

F_j = fator diário da Taxa DI.

Taxa D_{ij} = 100% (cem por cento) da Taxa DI, a partir da Data da Primeira Integralização de Quotas Seniores, referente ao dia “j”.

S = percentual da Taxa DI, expresso em forma de decimal (o “Fator Multiplicador”), definido em cada Suplemento ao Regulamento.

Na ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, substituirá a Taxa DI pela Taxa Selic. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa Selic, a Administradora deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral para que seja definido pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser aplicado. Neste caso, qualquer Quotista titular de Quotas Subordinadas terá o poder de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral. Até a deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembléia Geral.

“Taxa Selic” significa a taxa básica de juros referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, divulgada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil.

Todas as Quotas Seniores conferirão aos seus Quotistas os mesmos direitos e obrigações.

Benchmark das Quotas Seniores

O Fundo buscará atingir uma rentabilidade ("*Benchmark*") para cada série de Quotas Seniores, a ser definida em cada Suplemento, expressa em um percentual da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – "*over extra grupo*" (a "*Taxa DI*"), na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.

O *Benchmark* das Quotas Seniores tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido do Fundo deve ser prioritariamente alocada aos titulares de Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas Seniores e não representa, nem deverá ser considerado como uma promessa ou garantia de rentabilidade aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas Seniores, a uma rentabilidade superior ao *Benchmark*, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

O *Benchmark* das Quotas Seniores será definido no respectivo suplemento de emissão de cada série, conforme previsto no Artigo 44 do Regulamento.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS QUOTAS SUBORDINADAS

A partir da Data da Primeira Integralização de Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas terão seu valor de integralização, amortização ou resgate apurado, diariamente, de acordo com a seguinte expressão:

$$VUQS = \frac{PL - [(VIQ_1 \times QS_1) + (VIQ_2 \times QS_2)]}{QSUB}$$

onde:

VUQS = valor unitário da Quota Subordinada em qualquer data de integralização ou resgate, conforme o caso, posterior à Data da Primeira Integralização de Quotas Seniores.

PL = Patrimônio Líquido.

$VIQ_1 =$	valor inteiro referencial da Quota Sênior da Primeira Série apurado diariamente na forma da subseção acima.
$QS_1 =$	número, inteiro ou fracionado, de Quotas Seniores da Primeira Série em circulação na data de apuração do VUQS.
$VIQ_2 =$	valor inteiro referencial da Quota Sênior da Segunda Série apurado diariamente na forma da subseção acima.
$QS_2 =$	número, inteiro ou fracionado, de Quotas Seniores da Segunda Série em circulação na data de apuração do VUQS.
$QSUB =$	número, inteiro ou fracionado, de Quotas Subordinadas em circulação na data de apuração do VUQS.

Em se tratando de Quotas Subordinadas, admite-se que a amortização e o resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios, na forma e proporção acordadas entre o Coordenador da Oferta e o investidor.

ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

É de competência da Assembleia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (ii) alterar os dispositivos do Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora e do Custodiante;
- (iv) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas;

- (v) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- (viii) deliberar sobre proposta de alteração dos Contratos de Cessão, do Contrato de Custódia e do Contrato de Subscrição;
- (ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xi) elevar e/ou diminuir o *Benchmark* das Quotas Seniores;
- (xii) alterar o *Benchmark* na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI ou da Taxa Selic como base de cálculo do referencial de rentabilidade das Quotas Seniores;
- (xiii) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- (xiv) deliberar sobre a alteração no preço de aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo;
- (xv) deliberar sobre alterações na sistemática em vigor para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios, isto é, sobre a forma pela qual a Cedente irá ceder os Direitos Creditórios, bem como o Devedor de cada Direito Creditório será notificado a respeito da cessão do mesmo para o Fundo;
- (xvi) deliberar sobre alterações dos Critérios de Elegibilidade para aquisição de Direitos Creditórios, ou das Condições de Cessão;

(xvii) deliberar sobre as despesas de cobrança e salvaguarda dos direitos dos Quotistas; e

(xviii) deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às determinações da CVM, hipótese em que deverá ser providenciada, no prazo máximo de 30 dias, a divulgação do fato aos Quotistas, conforme as regras de divulgação previstas no Regulamento.

As Quotas Seniores conferirão a seus titulares direito de voto em todas as matérias indicadas acima. Os Quotistas Subordinados têm o direito de, por maioria de votos dentre os Quotistas Subordinados presentes, vetar qualquer deliberação relativa às matérias indicadas nos itens “xi”, “xii”, “xiv” “xv” e “xvi”, observado o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 71 do Regulamento.

Os quoruns de deliberação das matérias indicadas acima são os seguintes:

- (i) Dependerá dos votos favoráveis dos titulares de pelo menos 2/3 (dois terços) das Quotas do Fundo toda e qualquer deliberação referente às matérias indicadas nos subitens “ii”, “vii”, e “xv”.
- (ii) As matérias tratadas nos subitens “iii” e “iv” acima serão aprovadas, em 1ª Convocação, pela maioria das quotas emitidas e, em 2ª Convocação, pelo quorum previsto acima.
- (iii) A aprovação da prorrogação do Prazo de Duração do Fundo, tratada no subitem “xviii” acima, dependerá da aprovação unânime de todos os Quotistas Subordinados e Quotistas Seniores.
- (iv) As matérias tratadas nos demais subitens acima serão aprovadas pelos votos favoráveis da maioria dos Quotistas presentes ao conclave assemblear.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (ii) não ser titular de Quotas Subordinadas;
- (iii) não exercer cargo ou função na Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- (iv) não exercer cargo de administração ou ser funcionário da Cedente; e
- (v) não exercer cargo de administração ou ser funcionário dos controladores, diretos ou indiretos, da Cedente, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Cedente.

Os representantes dos Quotistas eventualmente nomeados não farão jus, em nenhuma circunstância, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Administradora, do Custodiante ou da Cedente para exercer tal função.

A convocação de Assembléia Geral de Quotistas será feita pela Administradora, com 10 dias de antecedência, através de publicação de anúncio de convocação no periódico mencionado no Artigo 87 do Regulamento, indicando o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral, bem como os assuntos a serem tratados.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado anúncio de convocação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, com antecedência mínima de 5 dias. A segunda convocação poderá ser feita juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Independentemente das formalidades previstas no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecem a totalidade dos Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

As Assembléias Gerais deverão ser realizadas na sede social da Administradora, salvo motivo de força maior, sendo vedada a sua realização fora da Cidade do Rio de Janeiro.

Os titulares de Quotas Subordinadas terão o direito de comparecer a toda e qualquer Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, independentemente de terem ou não direito a voto com relação a matéria objeto de deliberação.

Além da ocasião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação da Administradora, a seu critério, ou mediante solicitação à Administradora por titulares de Quotas do Fundo que representem, no mínimo, 5% do total das Quotas emitidas – independentemente da classe ou série.

A presidência da Assembléia Geral caberá ao representante eleito pela maioria dos Quotistas presentes entre aqueles indicados pelos Quotistas e/ou pela Administradora, todos presentes à Assembléia Geral.

A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% do total das Quotas emitidas do Fundo poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria e/ou da Agência Classificadora de Risco, para participarem das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem as tenha convocado, os representantes da Administradora e da Gestora deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais, e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista. Poderão votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido neste evento.

As deliberações tomadas em cada Assembléia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 dias a contar da data da realização do respectivo conclave assemblear, por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo. As atas de Assembléias Gerais serão encaminhadas à CVM e aos demais agentes de mercado sempre que necessário, na forma e nos prazos previstos na legislação.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS QUOTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE

A Primeira Série de Quotas Seniores do Fundo será composta por até 56.000 Quotas Seniores, distribuídas com valor unitário de R\$ 1.000,00, totalizando o montante de até R\$ 56.000.000,00.

O prazo de resgate das Quotas Seniores da Primeira Série será de 36 meses.

AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE

Observadas as demais condições descritas no Suplemento referente às Quotas Seniores da Primeira Série, a amortização das Quotas Seniores da Primeira Série se dará da seguinte forma:

(a) as Quotas Seniores da Primeira Série serão amortizadas trimestralmente, após um período de carência de 9 meses, sendo que a primeira amortização deverá ocorrer a partir do último dia útil do 9º mês após a Data da Primeira Integralização de Quotas Seniores da Primeira Série;

(b) as 9 amortizações seguintes ocorrerão, de forma trimestral e sucessiva, no mesmo dia de cada mês subsequente, sendo que a 10ª e última Data de Amortização, no 36º mês após a Data da Primeira Integralização de Quotas Seniores, coincidirá com a Data de Resgate das Quotas Seniores da Primeira Série.

O valor das Quotas Seniores da Primeira Série a ser considerado para o cálculo das amortizações será calculado de acordo com a fórmula constante do subitem “Amortização e Resgate” da subseção “Características Gerais das Quotas Seniores” deste Prospecto. O valor das amortizações será o valor da Quota Sênior da Primeira Série na respectiva Data de Amortização, dividido pelo número de amortizações remanescentes.

AValiação DE RISCO (RATING)

As Quotas Seniores da Primeira Série serão trimestralmente avaliadas pela Fitch Ratings Brasil Ltda. (a “Agência Classificadora de Risco”) e receberam uma classificação preliminar de risco do nível “AA (bra)”. O Relatório Preliminar elaborado pela Agência Classificadora de Risco que concedeu tal classificação é parte integrante deste Prospecto e está contido em seu Anexo 2.

CONDIÇÕES RELATIVAS À DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS

A distribuição é feita em regime de garantia firme de subscrição. Para maiores informações, ver subitem “Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores da Primeira Série de Emissão do Credibel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II – Veículos” da subseção “Sumário dos Principais Contratos” deste Prospecto.

CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

1. Valor da Emissão das Quotas Seniores da Primeira Série: R\$ 56.000.000,00.
2. Custos da distribuição: R\$ 482.870,00
3. Comissão de estruturação: R\$ 140.000,00
4. Outras comissões: R\$ 260.000,00
5. Despesas decorrentes do registro: R\$ 82.870,00
6. Valor nominal unitário das Quotas Seniores da Primeira Série: R\$ 1.000,00
7. Porcentagem em relação ao preço unitário: 0,001%
8. Custo da distribuição por Quota Sênior: R\$ 8,62
9. Outros custos relacionados¹: R\$ 171.500,00

Os custos de distribuição foram suportados pela Cedente.

¹ Em outros custos relacionados estão incluídos os custos incorridos com assessoria legal, contratação da Empresa de Auditoria, Agência de Classificação de Risco, entre outros, os quais não integram o valor descrito acima como “Custos de distribuição”, bem como não integram o valor descrito acima como “Custos da distribuição por Quota Sênior”.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

O Fundo não tem personalidade jurídica própria. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

As operações realizadas pelo Fundo, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo Fundo no resgate das Quotas, estão sujeitas à incidência de Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (“CPMF”) à alíquota de 0%.

O Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários (“IOF”) incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

TRIBUTAÇÃO DOS QUOTISTAS

A presente análise foi feita com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As amortizações poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas Seniores, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica em um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração de cada série do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores à época do resgate ou da amortização de Quotas Seniores de cada série.

Tributação Aplicável aos Quotistas

Os Quotistas estão sujeitos ao pagamento de diversos tributos, dentre os quais destacam-se, em especial, o IOF, o imposto de renda (em geral retido na fonte) e a CPMF.

IOF

Operações que tenham por objeto a aquisição, cessão, resgate, repactuação de títulos e valores mobiliários, bem como o pagamento de suas liquidações estão sujeitas ao IOF, na forma prevista no Decreto nº 4.494, de 3 de dezembro de 2002.

Atualmente, somente haverá incidência de IOF na hipótese de resgate e/ou amortização das Quotas antes de 30 dias a contar da data do investimento no Fundo. A alíquota do IOF é regressiva, sendo inicialmente de 1% do valor do resgate e/ou amortização, limitada a 96% do rendimento da aplicação. Como o Fundo é um condomínio fechado, suas Quotas apenas serão resgatadas ao término do prazo de duração, ou em virtude de sua liquidação antecipada.

Contudo, a alíquota do IOF pode ser majorada a qualquer momento, por meio de ato do poder executivo, até a alíquota máxima de 1,5% ao dia.

Adicionalmente, o IOF incide sobre a entrega de moeda nacional ou estrangeira, ou sua colocação à disposição do interessado, em montante equivalente à moeda estrangeira ou nacional entregue ou posta à disposição deste. Embora a alíquota do IOF atualmente em vigor

para quase todas as operações de câmbio seja zero, o poder executivo está autorizado a aumentar a alíquota, a qualquer tempo, para até 25%. No entanto, qualquer aumento na alíquota será aplicável apenas às operações realizadas após o aumento.

Imposto de Renda

Por ser o Fundo um condomínio fechado, o imposto de renda poderá incidir nas seguintes situações: (i) quando da amortização das Quotas; (ii) no momento do resgate das Quotas, em decorrência do término do prazo de duração ou da liquidação antecipada do Fundo; e (iii) em caso de alienação de Quotas a terceiros.

Amortização e/ou Resgate de Quotas do Fundo

Ocorrendo a amortização e/ou resgate de Quotas, incidirá imposto de renda, a ser retido pelo Fundo (“IR-Fonte”), sobre os valores que excederem o respectivo custo de aquisição das Quotas. Para os rendimentos auferidos a partir de 1º de janeiro de 2005, as alíquotas serão regressivas de acordo com o prazo médio da carteira do Fundo e com o prazo do investimento.

O prazo médio da carteira do Fundo é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários que a compõem, ressaltando-se que os Direitos Creditórios não são considerados para tal cálculo.

Os prazos dos investimentos, por sua vez, são considerados a partir da data da aplicação pelo Quotista.

Assim, caso a carteira do Fundo tenha prazo médio superior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda obedecerá a seguinte tabela:

<u>Alíquota</u>	<u>Prazo do Investimento</u>
-----------------	------------------------------

22,5%	Até 180 dias
20,0%	Entre 181 e 360 dias
17,5%	Entre 361 e 720 dias
15,0%	Acima de 720 dias.

Na hipótese do prazo médio da carteira do Fundo ser igual ou inferior a 365 dias, a alíquota do imposto de renda será determinada da seguinte forma:

Alíquota	Prazo do Investimento
22,5%	Até 180 dias
20,0%	Acima de 181 dias

A Administradora buscará manter a carteira do Fundo como de longo prazo (superior a 365 dias), de forma a proporcionar aos cotistas o benefício das alíquotas decrescentes do imposto de renda até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Alienação de Quotas do Fundo a Terceiros

Na hipótese de alienação de Quotas do Fundo em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio Quotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cálculo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica sujeita ao regime do SIMPLES ou isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar cotas do Fundo em bolsa de valores, haverá a incidência de IR-Fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR-Fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do cotista do Fundo.

O valor do IR-Fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subsequentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR-Fonte retido; e (iv) compensado com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital na alienação das Quotas.

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF

A CPMF incide sobre determinadas movimentações ou transmissões de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, que representem circulação escritural ou física de moeda.

A Lei nº 9.311/96, de 24 de outubro de 1996 (“Lei nº 9.311/96”), em seu Artigo 16, determina que todas as aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável somente podem ser efetuadas em moeda, por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular da aplicação ou cheque de sua emissão. Os resgates de cotas de fundos de investimento deverão ser pagos exclusivamente ao beneficiário mediante cheque cruzado, intransferível ou creditado em conta corrente de depósito do investidor.

Nessa mesma linha, o parágrafo único do Artigo 12 da Instrução Normativa nº 173, de 11 julho de 2002, editada pela Secretaria da Receita Federal, prevê expressamente que, durante a vigência da CPMF, a emissão e resgate de cotas de fundos de investimento somente serão efetuados em moeda, não se admitindo a utilização de valores mobiliários ou qualquer outro meio de pagamento.

A Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004 (“Lei nº 10.892/04”), com vigência a partir de 1º de outubro de 2004, determinou a criação de conta corrente de depósito para investimento

(“Conta Investimento”), aberta e utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável de qualquer natureza, exceto para as hipóteses do Artigo 85, incisos II e III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Os lançamentos a débito na Conta Investimento, quando destinados à realização de aplicações financeiras, estão sujeitos à alíquota zero da CPMF.

Todavia, o ingresso de recursos novos na Conta Investimento, assim como a retirada de recursos de tal conta (neste caso, quando não destinados à realização de aplicações financeiras), será realizado exclusivamente por (i) lançamento a débito ou a crédito, conforme o caso, na conta corrente de depósito do titular, (ii) cheque cruzado e intransferível, ou (iii) outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, nos termos dos Parágrafos 11 e 12 do Artigo 8º da Lei nº 9.311/96, com alterações introduzidas pela Lei nº 10.892/04.

Os lançamentos a débito na conta corrente de depósito do titular continuam sujeitos à incidência de CPMF à alíquota de 0,38%.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS INVESTIMENTOS NO FUNDO

Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora, quando aplicável e do Custodiante, na observância aos termos e às condições do Regulamento, a implementação da política de investimento do Fundo, assim como a gestão ativa da Carteira de ativos do Fundo, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

Risco de mercado. Os ativos financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. Dessa forma, podem ocorrer oscilações nos preços dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo, podendo acarretar em uma depreciação do valor das Quotas. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a carteira do Fundo, o Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser afetado negativamente. A queda do valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos e/ou indeterminados. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e a Cedente não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

Risco de limitação de ativos do Fundo. A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas das amortizações e resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelas respectivas contrapartes e dos Ativos Financeiros pelos respectivos emitentes ou, no caso de negociação dos Ativos Financeiros em mercado secundário, pelos respectivos emitentes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas.

Risco de liquidez. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e/ou a Gestora

alienarem os seus respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Devedores, e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora e a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

Risco de crédito. Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa e/ou os Devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

Riscos relacionados a fatores macroeconômicos. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pela Cedente, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante e suas respectivas partes relacionadas, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

Risco de modalidade de investimento recente e sofisticada. O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil, não havendo histórico disponível no mercado que possibilite aos investidores verificar a consistência dos retornos e da performance dos fundos da espécie no longo prazo.

Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos nos Artigos 50 e 51 do Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada,

sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

Fundo fechado. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Quotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração do Fundo, ou em virtude de liquidação antecipada do Fundo, não havendo por parte da Administradora, da Gestora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Quotas dos quotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Quotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário.

Liquidez reduzida das Quotas. As quotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão o Patrimônio Líquido do Fundo. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto nos Artigos 50 e 51 do Regulamento, mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas partes relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.

Hedge indisponível ou imperfeito. Nos termos do Artigo 30 do Regulamento, a Gestora deverá realizar operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos

ativos do Fundo. É possível, entretanto, que, no momento em que a Gestora tentar realizar as operações com derivativos (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Tais riscos poderão ocasionar perdas ao Fundo.

Risco de instrumentos derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

Risco de liquidação antecipada do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas partes relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

Risco do resgate das Quotas Seniores em Direitos Creditórios cedidos. Na hipótese da assembléia geral de quotistas do Fundo deliberar o resgate das Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios cedidos, conforme autorizado pelo Artigo 15, §1º da Instrução CVM nº 356/2001, os titulares das Quotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios cedidos recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios cedidos inadimplentes.

Risco operacional. Considerando que a Cedente não preenche por completo as CCBs no ato de concessão do empréstimo ou financiamento, sendo esta apenas preenchida no caso de inadimplimento do Devedor, e não obstante o disposto no Artigo 891 do Código Civil Brasileiro, que permite o preenchimento dos títulos de crédito em data posterior à de emissão, caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios e/ou nos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo ao financiamento para aquisição dos Veículos em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Custodiante, e

posteriormente ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas ou problemas internos das instituições financeiras em que foram feitos os pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Risco de crédito e de ausência de coobrigação da Cedente. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Cedente e suas respectivas partes relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Devedores ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores, e, conforme o caso, da solvência e capacidade de pagamento de tais terceiros, bem como, da execução de eventuais garantias e da alienação fiduciária do veículo financiado, em garantia do pagamento dos Direitos Creditórios. Em vista de que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Devedores, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo ou pelos coobrigados, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes às suas Quotas. É possível que a execução do bem dado em garantia em benefício do Fundo possa arrecadar valor inferior ao esperado, ocasionando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Crítérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Devedores.

Risco de descontinuidade. Não obstante os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões já realizadas, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a contratar com seus Clientes as operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Devedores contratarem ou continuarem a contratar tais financiamentos e empréstimos. Ainda que a Cedente disponha de toda a infra-estrutura, recursos, conhecimento e tecnologia que suportem

a continuidade das operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões, não há como assegurar que a demanda por tais financiamentos e empréstimos permitirá a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo.

A análise da correta constituição dos Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo será feita com base nos documentos a serem apresentados pela Cedente, em conformidade com o Artigo 19 do Regulamento, e a conclusão acerca do enquadramento aos Critérios de Elegibilidade se pautará na análise de tais documentos, os quais serão presumidos legítimos, corretos, integrais pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante ou qualquer outro terceiro por estes indicados.

O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios que lhe dão suporte. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade de tais Direitos Creditórios. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência e/ou correta e suficiente formalização dos Direitos Creditórios.

Risco de liquidação antecipada dos Direitos Creditórios pelos Devedores. Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas nas CCBs. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

Não substituição dos Boletos Bancários relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo e a Cedente decidiram não emitir novos Boletos Bancários relativos aos Direitos Creditórios cedidos, com o objetivo de substituir a Cedente pelo Fundo como cedente no corpo de tais Boletos Bancários. Tal decisão, entretanto, não implica na impossibilidade da emissão de novos Boletos Bancários com o objetivo de substituir erros ou incorreções naqueles originalmente emitidos ou como 2ª via, no caso de extravio ou inutilização dos mesmos. Por tal razão, os Direitos Creditórios cedidos continuarão sendo pagos pelos respectivos Devedores por meio dos Boletos Bancários originalmente enviados pela Cedente (ou por outros por esta última emitidos em reposição àqueles originalmente emitidos), os quais, quando pagos, geram a transferência automática, pelo Custodiante, dos recursos entregues

pelos Devedores para a Conta do Fundo. A Cedente autorizou o Banco Itaú S.A., responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, a transferir, automaticamente, tais recursos para a Conta do Fundo. Entretanto, é possível que a Cedente tente impedir ou dificultar tais transferências. Nesse caso, a Cedente pode conseguir receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores, em prejuízo do Fundo e/ou tais recursos podem vir a ser bloqueados por decisão judicial até que eventual litígio a respeito da titularidade dos mesmos e/ou da validade da revogação da autorização concedida ao Banco Itaú S.A. seja resolvido.

Risco de ausência de notificação dos Devedores. Em vista da dificuldade operacional em se notificar os Devedores dos Direitos Creditórios acerca da realização da cessão ao Fundo pela Cedente, eventualmente, os Devedores podem vir a realizar o pagamento relativo aos Direitos Creditórios diretamente à Cedente, seja o pagamento no curso normal do financiamento, ou a liquidação antecipada do financiamento. Neste caso, a Cedente receberá tais valores na qualidade de fiel depositária, em benefício do Fundo, e deverá repassar tais valores ao Fundo em até 2 dias úteis da data em que receber os recursos, porém, tal procedimento pode não se concretizar, em virtude de diversos fatores, inclusive em razão de falhas operacionais ou problemas de crédito da Cedente, o que poderá causar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

Risco da Cedente como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios. Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios serão guardados pela Cedente ou por empresa a ser contratada pela Cedente, até o integral pagamento do direito creditório ou sua eventual cessão pelo Fundo.

A Cedente e a empresa acima referida, na qualidade de fiéis depositárias, serão responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora a Cedente e a mencionada empresa tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e ao Fundo o livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos por terceiros poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos.

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios. Entretanto, a verificação física da regularidade dos Documentos Comprobatórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Tendo em vista que tal auditoria será realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos

Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados no Regulamento.

GARANTIAS

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O monitoramento do risco de crédito de instituições financeiras é realizado através de processo de análise de crédito dos emissores dos ativos e estabelecimento de limites de alocação para cada emissor, de acordo com a política de investimento do Fundo. Para atendimento aos resgates e outras exigibilidades do Fundo, é mantido adequado fluxo de vencimento dos ativos, bem como, percentual do patrimônio do Fundo aplicado em operações com liquidez diária (operações compromissadas).

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados pela Administradora e pela Gestora.

A Administradora e a Gestora traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de *compliance* completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco. Para o controle do risco de mercado é utilizado o VaR (*Value at Risk*).

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Quotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Quotistas. Ainda que a Administradora

e a Gestora mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

HISTÓRICO DOS PARTICIPANTES

A CEDENTE

BANCO CREDIBEL S.A.

Grupo Splice

A atuação do Grupo Splice, que detém empresas fundadas pela Família Beldi, no setor de telecomunicações iniciou-se em 1962, através da criação da Companhia Rede Telefônica Sorocabana – CRTS, como operadora privada de telefonia fixa, na região de Sorocaba/SP, Votorantim/SP e adjacências.

Em 1971 foi fundada a Splice Do Brasil S.A., como braço industrial do Grupo Splice, direcionando seu foco principal inicialmente para a sua operadora CRTS, através do desenvolvimento de tecnologia própria e em parceria com a Telebras S.A., por intermédio do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico), bem como, por meio de associações com parceiros internacionais.

O Governo Federal decretou a estatização das empresas de telefonia e a CRTS foi uma das últimas empresas do setor a ser incorporada à Telesp, empresa do Sistema Telebrás que atuava no estado de São Paulo, em 1976.

A Splice, então, direcionou suas atividades, principalmente, para o segmento industrial e de serviços, destacando-se na liderança no fornecimento de equipamentos de transmissão digital e instalação de redes de transmissão por fibras ópticas, com significativa participação no mercado de telecomunicações brasileiro. A Splice recebeu por seis vezes consecutivas o prêmio de destaque do ano em Transmissão e de Telefone Público pelo Anuário Telecom, importante publicação nacional do setor de Telecom.

Com a decisão governamental de adotar uma nova política para as telecomunicações no país, tendo como objetivo final privatizar as operadoras estatais, componentes do Sistema Telebrás, foram convocados leilões públicos, abrindo-se, aos interessados, a possibilidade de aquisição dessas concessionárias, medida que proporcionaria a privatização do setor.

Devido a esta alteração dos rumos do mercado de Telecomunicações Brasileiro, o Grupo Splice, em 1997, redefiniu seu planejamento estratégico, retornando as atividades de operação – que o originaram – ao participar associado aos Grupos Bell South International Inc., Banco

Safra, Jornal “O Estado de São Paulo” e Grupo de Comunicações “RBS”, do consórcio vencedor da licitação, para exploração da Banda “B”, na área 1, de telefonia celular na região Metropolitana da cidade de São Paulo e municípios limítrofes, e, na área 10, que abrange seis estados da região Norte/Nordeste brasileira, através das empresas BCP e BSE, respectivamente.

Depois, em 1998, participou, isoladamente, como único grupo verdadeiramente nacional, dos leilões públicos de outras concessionárias do Sistema Telebrás.

Adquiriu, inicialmente, o controle acionário da Tele Centro Oeste (TCO) operadora da Banda “A” de telefonia celular que atuava nos Estados do Centro-Oeste e no Distrito Federal do Brasil, através das empresas Teleacre Celular (AC), Telegoias Celular (GO), Telemat Celular (MT), Telems Celular (MS), Teleron Celular (RO) e Telebrasil Celular (DF).

Além disso, a fim de explorar o potencial de crescimento dos serviços celulares, a Splice direcionou a TCO no sentido de arrematar, inicialmente consorciado com o Grupo Inepar, o leilão para exploração da Banda B de Telefonia Celular na área 8, que compreende a Região Norte/Nordeste do Brasil, nos estados do Maranhão, Pará, Amapá, Amazonas e Roraima, surgindo a NBT, que em 1999, teve a TCO adquirido uma participação total de 95% do capital.

A Splice como controladora, iniciou sua administração, nessas operadoras, que atuava em 69% do território brasileiro com 420.000 assinantes, tendo a TCO apresentado, notável resultado, pela qualidade de seus serviços e por sua reconhecida performance operacional e financeira, atingindo em abril 2002 a excepcional marca de 3.260.000 assinantes, com recebimento de diversos prêmios, sendo escolhida como a melhor empresa de telefonia celular do Brasil no ano de 2002, obtendo o maior lucro líquidos das empresas de telefonia celular no país em 2001 e 2002 e o terceiro de todo o setor de telefonia, tendo ainda realizado um intenso trabalho social na região em conjunto especialmente com o Instituto Ayrton Senna.

A NBT, também, teve pleno sucesso, tornando-se a única empresa de telefonia celular -- Banda B, a obter lucro na última linha do balanço, desde 2001; portanto, em menos de 2 anos após a sua instalação.

Em 2002, o Grupo Splice reviu seu planejamento estratégico. Dentro desse escopo, incorporou as mudanças recentes no setor de telecomunicações e do panorama da economia brasileira. Os problemas oriundos da Internet, bem como do lento desenvolvimento da nova

tecnologia “3-G” da telefonia celular aliados ao novo quadro de concentração na telefonia celular brasileira, mostraram a inconveniência da continuidade de atuação isolada do Grupo SPLICE na operação dessas operadoras dentro do quadro desenhado do setor de Telecom.

Dentro desta nova conjuntura, o Grupo, dentro de seus planos de reestruturação, em abril de 2003, alienou à Telesp Celular, empresa do Grupo Vivo, formado pela Portugal Telecom e pelo Telefonica de Espanha, o controle da TCO/NBT.

Em continuação à nova estratégia, as ações da BCP / BSE, possuídas pelo Grupo Splice, foram vendidas à Claro, empresa da America Movil, também, no ano de 2003.

Ainda em 2003, as participações minoritárias de 18% junto ao consórcio liderado pela Canbras, empresa do Grupo Bell Canada, responsável pela exploração de TV à Cabo, na região da Baixada Santista de São Paulo, foram alienadas, configurando, assim, o novo perfil para o Grupo Splice.

Completado o planejamento estratégico, desenvolvido no ano de 2003, o Grupo Splice permaneceu como grupo 100% brasileiro com elevada capitalização e com todas suas empresas lucrativas e operacionalmente ajustadas para continuarem obtendo resultados positivos diante dos frequentes desafios da economia brasileira.

Nos dias atuais, a Splice do Brasil atua na área de Telecom, no desenvolvimento e implantação de projetos, fabricação de equipamentos, marketing e manutenção no mercado de produtos e sistemas de telecomunicações, bem como no setor de serviços de infra-estrutura para telecomunicações.

SPL – Construtora e Pavimentadora

Na área de construção civil, o Grupo Splice opera através de sua subsidiária SPL – Construtora e Pavimentadora Ltda., importante executora de loteamentos e empreendimentos próprios e de terceiros, bem como de pavimentação, que conta com uma estrutura de produtos e serviços que inclui pedreiras e usinas de concreto.

A SPL conta com departamento especializado na coleta de resíduos sólidos (residencial, industrial e seletiva), prestando, ou tendo prestado, esses serviços para cidades como São Paulo (capital), Brasília (DF), Rio de Janeiro, Sorocaba, Alumínio, Itatiba, Várzea Paulista e Boituva.

Mantém, também, um departamento de Sistemas de Controle de Tráfego (radares, lombadas eletrônicas, monitoração de rodovias e cidades etc.), sendo fornecedora da AutoBan, SET Salvador, CET Santos, CET Itatiba, CET Votorantim, CET São José do Rio Preto, CET São José dos Campos, EMDEC de Campinas e D.E.R. de São Paulo.

Faculdade de Engenharia de Sorocaba

O Grupo Splice atua, através da Splice do Brasil e seus acionistas, como mantenedora da Faculdade de Engenharia de Sorocaba – FACENS, uma Instituição Educacional sem qualquer finalidade lucrativa, reconhecida como de Utilidade Pública Federal por decreto do Presidente da República.

A FACENS oferece cursos de Engenharia Elétrica com ênfase em telecomunicações, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia de Computação, assim como ministra cursos de Pós-Graduação “*lato sensu*” (MBA).

Essa entidade, de fins não econômicos, foi fundada em 1976 e já formou 23 turmas de profissionais que vêm atuando com destaque em todo o país.

Banco Credibel

O Banco Credibel S.A., banco múltiplo, foi criado em 1992 como braço financeiro do Grupo Splice, inicialmente voltado para o financiamento de linhas e equipamentos telefônicos.

O capital social do Banco Credibel é atualmente R\$ 86.375.340,00, dividido em 210.180 ações nominativas, sendo 153.366 ordinárias e 56.814 preferenciais, sem valor nominal. Os atuais acionistas do Banco Credibel são os Srs. Alexandre Beldi Netto, com 51% do capital social total, Antônio Roberto Beldi, com 17% do capital social total, Marco Antônio Beldi, com 17% do capital social total, e Antônio Fábio Beldi, com 15% do capital social total. São subsidiárias do Banco Credibel:

- (i) Credibel Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qual o Banco Credibel participa com 99,96% do capital social total;

- (ii) Credibel Corretora de Seguros S.A., na qual o Banco Credibel participa com 99,96% do capital social total; e
- (iii) Credibel Consultoria Financeira Ltda., na qual o Banco Credibel participa com 99,99% do capital social total.

O Conselho de Administração do Banco Credibel atualmente é composto pelos quatro principais acionistas, os Srs. Alexandre Beldi Netto, Antonio Roberto Beldi, Marco Antônio Beldi e Antônio Fábio Beldi. A Diretoria estatutária é composta pelos Srs. Humberto Casagrande Neto, como Diretor Geral, Marcelo Vieira Elaiuy, e Antônio José Loureiro Duarte.

O Banco Credibel passou a atuar na área de varejo em 2005, e, no 1º trimestre de 2006, suas operações já atingiam um volume mensal da ordem de R\$ 6 milhões, com avanço previsto para a faixa de R\$ 15 milhões/mês até o final do ano. Os ativos predominantes são aqueles originados pelo financiamento de veículos, para os quais o Banco Credibel conta com uma rede de promotores de vendas que cobrem 90% do Estado de São Paulo, terceirizados e próprios, sendo estes últimos ligados com o grupo controlador (e não diretamente com o Banco Credibel) através da Já Promotora de Vendas Ltda. ("Já"), empresa sediada em Sorocaba.

Para pessoas jurídicas, o Banco Credibel oferece produtos e serviços nos segmentos de crédito, financiamento e investimento – principalmente para empresas do *middle market*, com faturamento entre R\$ 30 e 150 milhões/ano –, incluindo capital de giro; operações com duplicatas, títulos públicos e estruturadas; descontos de recebíveis; conta garantida; comprar e vender. Para pessoas físicas, dispõe de soluções financeiras adaptadas às necessidades de cada cliente, além de financiamento para veículos e crédito consignado em folha de pagamento. Além do financiamento de veículos, o Banco Credibel oferece crédito através de empréstimos pessoais para refinanciamento de veículos, tendo por garantia a alienação fiduciária do próprio veículo – o Autobel.

A estrutura física do Banco Credibel é bastante enxuta, contando atualmente com pouco mais de 80 funcionários, concentrados na sede em São Paulo.

Informações Financeiras Seleccionadas e Índices Financeiros

R\$ mil	Dez/05	Dez/04	Dez/03	Dez/02	Dez/01
Receitas de Intermediação Financeira	44.652	53.964	63.144	33.941	17.867
Operações de Crédito	25.789	23.985	33.375	23.432	17.722
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17.236	26.985	29.293	10.329	-
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	-	1.516	117	-	-
Resultado de operações de câmbio	104	1.590	359	155	145
Resultado das aplicações compulsórias	1.523	-	-	25	-
Despesas da Intermediação Financeira	(23.842)	(47.882)	(34.132)	(19.765)	(19.573)
Operações de captação no mercado financeiro	(19.051)	(26.752)	(33.060)	(15.533)	(10.185)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(1.682)	-	-	(5.092)	-
Resultados de operações de câmbio	-	-	-	-	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(7.776)
Operações de empréstimos e repasses	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.109)	(21.130)	(1.072)	(1.140)	(1.612)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	20.810	6.082	29.012	14.176	(1.706)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(16.500)	(17.429)	(10.191)	(9.113)	(9.169)
Receitas de prestação de serviços	2.044	1.657	2.016	1.658	1.288
Despesas de pessoal	(9.922)	(7.651)	(5.677)	(5.298)	(4.908)
Outras despesas administrativas	(9.277)	(5.746)	(4.913)	(4.858)	(4.384)
Despesas tributárias	(1.528)	(1.601)	(1.513)	(1.307)	(1.062)
Resultados de participações em controladas	205	179	232	154	(281)
Outras receitas operacionais	2.407	455	461	630	630
Outras despesas operacionais	(429)	(4.722)	(797)	(92)	(452)
Resultado Operacional	4.310	(11.347)	18.821	5.063	(10.875)
Resultado Não Operacional	(52)	(8)	(1)	(25)	12.886
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	4.258	(11.355)	18.820	5.038	2.011
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.532	(4.016)	(4.158)	(728)	(46)
Provisão para Imposto de Renda	-	(1.579)	(3.015)	(520)	(33)
Provisão para Contribuição Social	(18)	(579)	(1.143)	(213)	(13)
Ativo fiscal diferido	2.550	(1.858)	-	5	-
Participações Estatutárias no Lucro	(308)	(232)	(620)	(216)	(261)
Lucro Líquido / (Prejuízo)	6.482	(15.603)	14.042	4.094	1.704
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.486	66.665	64.738	54.053	49.520
ENDIVIDAMENTO TOTAL	181.047	90.104	248.190	59.014	110.895

As Demonstrações Financeiras referentes ao 2º trimestre de 2006 se encontram no Anexo 6 do presente Prospecto.

Desempenho do Mercado

O mercado de financiamento de bens duráveis teve um grande crescimento após a implantação do Plano Real devido a vários fatores, entre eles o baixo endividamento das famílias, a queda

da inflação, a queda dos juros nominais, o aumento do número de prestações dos financiamentos, a forte demanda reprimida por bens duráveis e a liquidez dos capitais internos de bancos.

Depois de certas instabilidades geradas pelas crises externas (Ásia e Rússia) e o forte controle da política monetária pelo Banco Central, que inibiu um aumento mais acentuado do volume de crédito direto ao consumidor no Brasil, somente em 2000 é que se observou um aumento do volume de crédito, ocasionado pela maior tendência de estabilidade econômica, crescimento da taxa de emprego, baixa de juros e aumento de investimentos em produção. Isso gerou um aumento da confiança da população para buscar financiamentos para a compra de bens duráveis. Some-se a isto a baixa do IOF nos últimos anos e a alta do dólar, que gerou grande desinteresse pelo leasing atrelado à moeda americana. Outro fator que contribuiu para o fomento dessas operações no mercado foi o aumento do número de prestações máximas, que, em 1999 era de 36 meses e, em 2000, passou a ser 60 meses.

A ADMINISTRADORA

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.

A Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. é uma subsidiária do Mellon Bank Corporation (EUA) no Brasil, constituída especificamente para a gestão e administração de fundos de investimento no Brasil próprios e de terceiros, tendo sido autorizada pela CVM para administrar recursos de terceiros através do Ato Declaratório nº 4.620 de 19 de dezembro de 1997.

O Mellon Bank Corporation, fundado em 1869, com sede em Pittsburgh, Pennsylvania, é um dos maiores administradores de recursos do mundo. Seu foco em administração de fundos de investimento é amplamente reconhecido pela Morningstar (setembro/98) e recebeu prêmio de melhor família de fundos pela Worth Magazine (abril/98).

A grande experiência do Mellon Bank Corporation no ramo de administração de recursos de terceiros permitiu à Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. entrar no mercado brasileiro e hoje oferecer serviços superiores de administração de fundos de investimentos, prestando tais serviços para os mais destacados Administradores de Carteiras independentes de recursos de terceiros nos mercados nacional e internacional.

A GESTORA

MELLON GLOBAL INVESTMENTS BRASIL S/CLTDA

A Mellon Global Investments, autorizada a administrar carteira de valores mobiliários pela CVM, através do Ato Declaratório nº 6.977, de 2 de outubro de 2002, é uma subsidiária do Mellon Group e no Brasil, é uma empresa independente voltada exclusivamente para a gestão de recursos de terceiros.

Fundado em 1869, atualmente o Mellon Financial Corporation possui US\$ 592 milhões de dólares em ativos sob gestão e é o sexto maior gestor de recursos nos EUA, além de estar posicionado em 11º lugar no ranking de gestores globais.

Os recursos geridos pela Mellon Global Investments - Brasil são custodiados no Banco Itaú S.A., auditados pela KPMG Auditores Independentes e administrados pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.. A separação entre gestor, administrador e custodiante possibilita à Mellon Global Investments - Brasil dedicar-se exclusivamente à gestão de recursos, evitando qualquer tipo de conflito de interesses e proporcionando ao cliente total transparência nos serviços prestados. O grupo Mellon atua no Brasil desde 1998.

Atualmente a Mellon Global Investments - Brasil possui R\$ 4,5 bilhões em ativos sob gestão distribuídos em fundos de Renda Fixa, Derivativos e Ações voltados para pessoas físicas, pessoas jurídicas e clientes institucionais, além da gestão de empresas sendo observadas as práticas de Governança Corporativa.

A filosofia da empresa baseia-se na otimização da relação risco *versus* retorno, com o foco na preservação de capital, e a excelência de nossa gestão faz com que diversos fundos geridos pela Mellon Global Investments - Brasil sejam premiados por empresas especializadas, como Exame, Invest Tracker e Gazeta Mercantil.

O CUSTODIANTE E ESCRITURADOR DAS QUOTAS

BANCO ITAÚ S.A.

Introdução

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 920 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de junho de 2005).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos offshore. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios

Histórico

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais faz parte da Área de Mercado de Capitais do Banco Itaú e é voltada à prestação de serviços de back-office das mais diversas modalidades. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 920 bilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Além disso, controla mais de 4.860 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e quotistas e detêm aproximadamente 90% do mercado de custódia local de ADRs – American Depositary Receipts. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 4 bilhões em ativos.

Colaboradores e política de recursos humanos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais conta atualmente com mais de 500 funcionários dedicados integralmente à atividade de custódia e controladoria, não incluindo analistas e programadores de sistemas nem tampouco empresas fornecedoras de softwares utilizados na prestação dos serviços.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de

tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas partes relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de *back-up*

O Custodiante utiliza-se de recursos de *back-up* baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de *disaster recovery online*, utilizando duplicidade de *hardware* e *software* e replicação *online* de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de *back-up* como a de *disaster recovery* estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de *disaster recovery* consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do *site* normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de *compliance* e controles internos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais possui uma gerência de *compliance* própria que também está subordinada à estrutura do *compliance* corporativo do Custodiante (para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Banco Central do Brasil.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente recertificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

O COORDENADOR

BANCO VOTORANTIM S.A.

O Banco Votorantim S.A. iniciou as suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim D.T.V.M. Ltda. O sucesso inicial de Votorantim D.T.V.M. Ltda., que chegou a ser a segunda maior distribuidora de valores do País em 1990, motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Originalmente criado para ser o braço financeiro do Grupo Votorantim, o Banco Votorantim S.A. passou a desenvolver ativamente sua carteira de clientes fora do Grupo Votorantim a partir de 1991, quando adquiriu o status de banco múltiplo. Procurando atender às necessidades de sua seleta clientela, expandiu suas operações, prestando seus serviços a diversos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ou não ao Grupo Votorantim.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, prestados diretamente a grandes clientes de elevado conceito e posição relevante em sua área de atuação, o Banco Votorantim S.A. atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio da BV Leasing e da BV Financeira, suas subsidiárias, na gestão de fundos de investimento, com Votorantim Asset Management, e como corretora de valores mobiliários, com Votorantim CTVM. O Banco Votorantim S.A. tem sua sede na Cidade de São Paulo e filiais nas Cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Nassau (Bahamas) e um escritório de representação localizado em Londres e um pedido de constituição de um *broker dealer* em Nova Iorque.

Nos últimos seis anos, o Coordenador participou da estruturação de 45 operações no mercado de capitais local totalizando um volume de emissões de, aproximadamente, R\$ 20,2 bilhões.

OS ASSESSORES JURÍDICOS

MHMK SOCIEDADE DE ADVOGADOS

O MHMK Sociedade de Advogados foi fundado, em fevereiro de 2004, por sócios que acumulam cada qual mais de 12 anos de experiência no segmento financeiro e de mercado de capitais, à frente de tradicionais escritórios, instituições financeiras e organismos multilaterais, atendendo empresas, instituições financeiras, tanto locais como estrangeiras, bem como organismos multilaterais de financiamento e de fomento.

OS AUDITORES

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Formada em 1º de julho de 1987, a KPMG está presente em nove cidades do Brasil, e conta com mais de 1.000 funcionários.

A KPMG é reconhecida como um dos principais provedores na entrega de serviços de *Audit*, *Tax* e *Advisory*. Com enfoque global na entrega de serviços, a KPMG responde aos ambientes complexos e desafiadores dos seus clientes reconhecendo os seus segmentos de indústria e suas fronteiras nacionais.

Audit

Os serviços de auditoria da KPMG são baseados em análise de risco. A metodologia de auditoria da KPMG baseia-se na premissa de que o ambiente de negócios de nossos clientes está sujeito a rápidas mudanças e, portanto, os seus auditores devem estar aptos a acompanhar tais mudanças e responder dentro do exercício de suas funções, alertando a gerência quanto às alterações no perfil dos riscos desse ambiente. Em razão desse conceito, no processo de auditoria da KPMG, são obrigatoriamente utilizados profissionais de auditoria, impostos e gerenciamento de riscos da tecnologia da informação, além de outros profissionais de acordo com as necessidades do trabalho. Assim, o enfoque de auditoria tem como base a avaliação dos riscos de negócio e riscos operacionais nos processos de negócios vis-à-vis a eficácia dos controles internos existentes.

***Tax* - Impostos Corporativos, Impostos Indiretos, Preços de Transferência, Assessoria para Executivos Internacionais, Tributação Internacional, Fusões e Aquisições, Serviços Financeiros e Terceirização**

A legislação tributária tem sofrido freqüentes modificações, resultando em impacto nos impostos e nas contribuições devidos pelas pessoas físicas e jurídicas. A área de Assessoria Tributária da KPMG, reconhecida por sua competência no setor, auxilia as empresas no desafio de conduzir seus negócios e/ou estruturar novas operações, cumprindo com as determinações previstas nas legislações vigentes, sem perder de vista as oportunidades de redução dos custos operacionais.

Advisory Services

A prática de *Advisory Services* fornece metodologias de como as empresas podem crescer e aumentar seu valor patrimonial para o acionista. A KPMG oferece uma linha completa de serviços de assessoria de risco e de serviços financeiros para auxiliar empresas a realizarem os objetivos fundamentais em qualquer ambiente econômico. Assessoria as mais importantes empresas a melhorarem seus riscos, assumir desafios relacionados a finanças e implementar estratégias para aprimorar resultados.

A prática de Advisory é distribuída em duas grandes áreas: Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Administração de Riscos.

Assessoria em Gestão de Recursos Humanos - Recrutamento e Seleção, Aconselhamento de Carreira

A área de Assessoria em Gestão de Recursos Humanos, com mais de 30 profissionais treinados e atualizados, tem como marca registrada oferecer abordagem e serviços personalizados para cada cliente, seja ele uma empresa avaliando novos talentos, seja um executivo em busca de novos rumos.

Pertencer a uma estrutura como a da KPMG permite à área utilizar o conhecimento e as técnicas, desenvolvidas em outros setores da empresa, em prol do negócio de seus clientes.

O aspecto humano é igualmente desenvolvido. Em projetos de *outplacement* ou *downsizing*, por exemplo, o objetivo é assessorar o profissional não só na busca de uma nova colocação, mas também no planejamento da carreira em médio e longo prazos. Para isso, o conhecimento da KPMG é utilizado, inclusive caso ele decida-se pela abertura de um novo negócio. É por esse e outros fatores que a KPMG tem um índice superior a 70% em eficácia na solução de carreira.

A KPMG entende que estas práticas trabalhando em conjunto, fornecem uma vasta gama de serviços profissionais que, certamente, endereçam cada necessidade dos seus clientes, independentemente do local ou segmento de indústria que o cliente atua. Cada negócio no mundo de hoje, seja ele pequeno ou grande, é parte de uma economia globalizada, e a KPMG com os seus nove escritórios no Brasil – 1000 funcionários, aliados a uma rede global presente em aproximadamente 148 países, auxilia os seus clientes com qualidade e competitividade.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATENDIMENTO AO QUOTISTA

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS

A divulgação de qualquer informação relevante para os condôminos será realizada por meio de correspondência, fax, correio eletrônico ou pelo jornal “Valor Econômico”.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

Ao adquirir Quotas do Fundo o investidor receberá uma cópia do Regulamento, deste Prospecto, da Súmula da Agência Classificadora de Risco e demais documentos utilizados na sua divulgação, os quais deverão ser lidos com a máxima atenção.

ATENDIMENTO A QUOTISTAS E/OU POTENCIAIS INVESTIDORES

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Endereço: Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar

Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Contato: Carla Lopes

e-mail: fidc@mellonbrasil.com.br

Home Page: <http://www.mellonbrasil.com.br>

Tel: (21) 3974-4500 Fax: (21) 3974-4501

As informações sobre o Fundo são divulgadas e disponibilizadas no endereço acima citado, onde as mesmas poderão ser solicitadas.

A Administradora mantém serviço de atendimento ao Quotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos Quotistas, nas referidas dependências.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 1
Regulamento do Fundo

REGULAMENTO

DO

**"CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II -
VEÍCULOS"**

Datado de

26 de janeiro de 2007

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO.....	4
CAPÍTULO II - PÚBLICO ALVO E INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO.....	4
CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	5
CAPÍTULO IV - REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA.....	8
CAPÍTULO V - RESPONSABILIDADES, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA.....	8
CAPÍTULO VI - OBJETIVO DO FUNDO E <i>BENCHMARK</i> DAS QUOTAS SENIORES	12
CAPÍTULO VII - DA CEDENTE E DA ORIGINAÇÃO, POLÍTICA DE CONCESSÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	12
CAPÍTULO VIII - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	15
CAPÍTULO IX - DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO, PREÇO DE AQUISIÇÃO E DA POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS	16
CAPÍTULO X - POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO.....	19
CAPÍTULO XI - QUOTAS	20
CAPÍTULO XII - CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS.....	20
CAPÍTULO XIII - CONDIÇÕES DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE PAGAMENTO.....	26
CAPÍTULO XIV - ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS.....	28
CAPÍTULO XV - AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	28
CAPÍTULO XVI - ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS	29
CAPÍTULO XVII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	33
CAPÍTULO XVIII - ENCARGOS DO FUNDO	37
CAPÍTULO XIX - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES	38
CAPÍTULO XX - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
CAPÍTULO XXI - FATORES DE RISCO	39
CAPÍTULO XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	45

ANEXO 17 - Política de Concessão de Crédito da Cedente.....	46
ANEXO 24 - Política de Cobrança	47
ANEXO 41 - Boletim de Subscrição.....	48
ANEXO 44 - Suplemento ao Regulamento	50
ANEXO 45 - Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas	52
ANEXO 46 - Termo de Adesão ao Regulamento.....	53

REGULAMENTO

CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, FORMA, PRAZO DE DURAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

Artigo 1º. O Credibel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II – Veículos (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado, é regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, alterada pela Instrução CVM nº 393, de 22 de julho de 2003, e suas posteriores alterações (em conjunto, as “Instruções CVM”).

Artigo 2º. Observado o que dispõe o Capítulo XVII abaixo, o Fundo terá prazo de duração determinado de 48 (quarenta e oito) meses (“Prazo de Duração”), prorrogável por decisão da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XVI abaixo.

Parágrafo 1º. O Prazo de Duração será contado a partir da data da primeira integralização de Quotas Seniores do Fundo (conforme abaixo definidas) (“Data de Início do Fundo”).

Parágrafo 2º. Na hipótese de o Prazo de Duração encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no primeiro Dia Útil subsequente. Para os fins deste Regulamento, considera-se “Dia Útil” de segunda a sexta-feira, exceto feriados nacionais, ou ainda, nos dias em que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nacional.

Artigo 3º. O patrimônio do Fundo será formado por quotas de classe sênior, distribuídas em uma ou mais séries (as “Quotas Seniores”) e por quotas de classe subordinada (as “Quotas Subordinadas”; as quais, em conjunto com Quotas Seniores, serão simplesmente denominadas como as “Quotas”).

Parágrafo Único. As características e os direitos, bem como as condições de emissão, subscrição, integralização, remuneração, amortização e resgate das Quotas estão descritos nos Capítulos XI, XII e XIII deste Regulamento e de cada respectivo Suplemento, conforme definido no Artigo 44 abaixo.

CAPÍTULO II - PÚBLICO ALVO E INVESTIMENTO INICIAL MÍNIMO NO FUNDO

Artigo 4º. O Fundo é destinado a investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, especialmente da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (os investidores que venham a adquirir Quotas de emissão do Fundo serão denominados simplesmente como os “Quotistas”).

Parágrafo Único. A aplicação inicial de cada Quotista no Fundo deverá ser equivalente ao montante de, no mínimo, R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO, CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Artigo 5º. O Fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, devidamente autorizada a administrar carteira de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997 (a "Administradora").

Parágrafo Único. A gestão da Carteira do Fundo é delegada à Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 52, sala 3301, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.236.848/0001-38, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteiras de valores mobiliários, conforme Ato Declaratório da CVM nº 6.977, de 2 de outubro de 2002 (a "Gestora").

Artigo 6º. Observadas a regulamentação em vigor e as limitações deste Regulamento, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer, em nome do Fundo, os direitos inerentes à propriedade sobre os ativos e direitos que integram a carteira de direitos creditórios e/ou de ativos financeiros do Fundo (a "Carteira").

Parágrafo Único. A Administradora e a Gestora deverão, respectivamente, administrar e gerir a Carteira do Fundo, cumprindo com suas obrigações com a diligência e correção que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei, das normas regulamentares, em especial aquelas editadas pela CVM, do Regulamento e das deliberações da Assembléia Geral, e (ii) ao disposto nos Capítulos VII, VIII e IX abaixo sempre que for adquirir direitos creditórios.

Artigo 7º. A Administradora e/ou a Gestora poderão ser substituídas a qualquer tempo pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral, na forma do Capítulo XVI, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

Parágrafo 1º. A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento, enviada a cada Quotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de Quotistas, a realizar-se em até 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva convocação, para decidir sobre a sua substituição ou sobre a liquidação antecipada do Fundo, devendo observar o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XVI abaixo. No caso da Gestora desejar renunciar às suas funções, deverá notificar a Administradora, por escrito com antecedência de 10 (dez) dias corridos, para que a Administradora siga os mesmos procedimentos e prazos previstos neste parágrafo para a hipótese de sua própria renúncia, de forma a permitir que a Assembléia Geral se reúna e delibere, observando o quorum próprio previsto no Capítulo XVI abaixo, sobre a substituição da Gestora ou a liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo 2º. Em qualquer das hipóteses previstas neste Artigo, a Administradora ou a Gestora, caso seja assim determinado pelos Quotistas, permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis ou até a data da efetiva posse de seu substituto, eleito pela Assembléia Geral, o que primeiro ocorrer, devendo disponibilizar ao seu substituto todos os documentos e informações do Fundo em até 30 (trinta) dias corridos, ambos os prazos contados da data de realização da Assembléia Geral que tiver por objeto deliberar sobre a substituição da Administradora ou da Gestora.

Parágrafo 3º. No caso de decretação de intervenção ou liquidação da Administradora, esta deverá convocar Assembléia Geral no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados do evento para deliberar acerca da:

- (a) sua substituição no exercício da administração do Fundo; ou
- (b) liquidação antecipada do Fundo.

Parágrafo 4º. Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da Administradora.

Parágrafo 5º. A Administradora, em caso de renúncia ou de sua destituição, deverá comunicar o fato imediatamente à CVM.

Artigo 8º. Para prestação dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, o Fundo, representado pela Administradora, contratará o Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04 (doravante denominado, quando exercendo a função de prestador dos serviços de custódia e controle dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, simplesmente, o "Custodiante").

Parágrafo 1º. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações previstos nas Instruções CVM e daqueles a serem estabelecidos na forma do Contrato de Prestação de Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (o "Contrato de Custódia"), no Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças (o "Contrato de Cessão") e neste Regulamento, o Custodiante será responsável pelas seguintes atividades:

- (a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, conforme definidos no Artigo 14 deste Regulamento;
- (b) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade conforme estabelecidos no Artigo 19 deste Regulamento;
- (c) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e Documentos Comprobatórios da operação;
- (d) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo;
- (e) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem a documentação dos Direitos Creditórios, com metodologia pré-estabelecida e de livre acesso pela Empresa de Auditoria, conforme definida na alínea "g" do inciso I do Artigo 11 abaixo, pela Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo, conforme definida no Artigo 9º abaixo, e pelos órgãos reguladores;
- (f) cobrar e receber, por conta e ordem do Fundo, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos;

- (g) informar à Administradora, à Gestora e à Agência Classificadora de Risco, conforme definida no Artigo 9º abaixo, tão logo chegue ao seu conhecimento, o descumprimento, pela Administradora e/ou pela Gestora, de quaisquer de seus deveres e obrigações definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
- (h) informar a Administradora, imediatamente após tomar ciência do fato, a respeito de qualquer descumprimento, pela Cedente, de suas obrigações definidas no Contrato de Custódia;
- (i) receber e realizar a cobrança bancária dos valores relativos aos Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo; e
- (j) efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários à efetivação do Procedimento de Recebimento de Boletos, previsto nos Parágrafos Terceiro e Quarto do Artigo 17 abaixo.

Parágrafo 2º. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora a:

- (a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, (i) a conta corrente do Fundo; e (ii) as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (1) no SELIC; (2) no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP; ou (3) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") ou pela CVM em que os ativos financeiros sejam tradicionalmente negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância deste Regulamento e do Contrato de Cessão;
- (b) dar e receber quitação dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros; e
- (c) efetuar o pagamento dos Encargos do Fundo, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto, observado o disposto no Capítulo XIV abaixo.

Artigo 9º. A agência classificadora de risco do Fundo será a Fitch Ratings Brasil Ltda. (a "Agência Classificadora de Risco"); a qual será responsável pela elaboração e atribuição de classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo, nos termos deste Regulamento. Os respectivos relatórios de classificação de risco de Quotas Seniores deverão ser atualizados trimestralmente e ficar à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

Parágrafo 1º. Qualquer alteração da classificação de risco de qualquer série de Quotas Seniores constituirá fato relevante para o fim de comunicação aos Quotistas e/ou à CVM, que deverá se dar nos termos do Capítulo XIX abaixo.

Parágrafo 2º. Uma vez formalizado o contrato com a Agência Classificadora de Risco, a Administradora poderá aditar o referido contrato, mediante prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas.

CAPÍTULO IV - REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 10. Pela administração do Fundo, a Administradora receberá taxa de administração mensal equivalente a um percentual sobre o valor do Patrimônio Líquido (conforme definido no Artigo 62 abaixo), calculado à taxa de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, caso o Patrimônio Líquido apurado ao término de cada mês-calendário seja menor ou igual a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou à taxa de 0,175% (cento e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, caso o Patrimônio Líquido apurado ao término de cada mês-calendário seja maior que R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), observado o disposto no Parágrafo 4º deste Artigo ("Taxa de Administração").

Parágrafo 1º. A Taxa de Administração será apurada diariamente e paga mensalmente à Administradora, por período vencido, no 1º (primeiro) Dia Útil do mês subsequente ao dos serviços prestados. O primeiro pagamento da Taxa de Administração ocorrerá no 1º (primeiro) Dia Útil do mês calendário imediatamente subsequente à Data de Início do Fundo, e tal pagamento será proporcional ao número de dias efetivamente decorridos entre a mencionada data e o último dia do mês a que se referir o pagamento da Taxa de Administração.

Parágrafo 2º. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Parágrafo 3º. A Administradora não fará jus à taxa de performance.

Parágrafo 4º. A Taxa de Administração deverá ser de, no mínimo, R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao mês, independentemente do montante do Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO V - RESPONSABILIDADES, OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA

Artigo 11. Inclui-se entre as obrigações da Administradora e da Gestora, no que lhes couber, quando estiverem no exercício de suas funções de administração e gestão do Fundo:

I. manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:

- a) os documentos relativos às operações do Fundo;
- b) o registro dos Quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais de Quotistas;
- d) o livro de presença de Quotistas nas Assembléias Gerais de Quotistas;
- e) os demonstrativos trimestrais do Fundo;
- f) os registros contábeis do Fundo;
- g) os relatórios dos auditores independentes do Fundo ("Empresa de Auditoria") e da Agência Classificadora de Risco mencionados nos Artigos 95 abaixo e 9º acima, respectivamente; e

h) o prospecto do Fundo.

II. receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente, ou por meio do Custodiante;

III. disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e de seus anexos, do prospecto e ainda, dos relatórios preparados pela Empresa de Auditoria e pela Agência Classificadora de Risco, bem como cientificá-los da Taxa de Administração e do nome do periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo;

IV. divulgar, anualmente, através do periódico referido no Capítulo XIX, além de manter disponíveis em sua sede, filiais e agências e nas instituições que distribuam as Quotas, o valor do Patrimônio Líquido, o valor das Quotas e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco;

V. custear as despesas de propaganda do Fundo;

VI. fornecer aos Quotistas, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do encerramento de cada ano civil, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no referido ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro do respectivo ano civil, sobre o número de Quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII. sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo previstas na regulamentação em vigor e neste Regulamento, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;

VIII. providenciar, trimestralmente, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores do Fundo;

IX. fazer com que seja observada a política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo X abaixo, ao que está igualmente obrigada a Gestora;

X. proceder à contratação dos serviços de Custodiante nomeado na forma do Artigo 8º acima, da Agência Classificadora de Risco e da Empresa de Auditoria, e à celebração dos respectivos contratos com as mencionadas partes;

XI. tomar as seguintes providências junto à Agência Classificadora de Risco:

- a) informar a substituição da Administradora, da Gestora, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - b) informar a ocorrência de descumprimento, pela Cedente, de quaisquer das obrigações por ela assumidas no âmbito do Contrato de Cessão que constitua um Evento de Avaliação, nos termos do Artigo 80 abaixo, imediatamente após tomar ciência do fato;
 - c) disponibilizar o Contrato de Cessão e os respectivos Termos de Cessão que forem celebrados a qualquer tempo pelo Fundo, e documentos a eles relativos, sempre que necessário para que a Agência Classificadora de Risco elabore os relatórios trimestrais na forma deste Regulamento;
- e

- d) enviar, até o 10º (décimo) Dia Útil de cada mês, informações sobre a composição da Carteira e sua performance, de forma que a Agência Classificadora de Risco acompanhe o Fundo e prepare os relatórios trimestrais na forma deste Regulamento.

XII. monitorar, diretamente ou por meio de prestadores de serviços por ela contratados, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia a ser com ele celebrado pelo Fundo em conformidade ao disposto no Parágrafo 1º do Artigo 8º deste Regulamento;

XIII. permitir o acesso da Agência Classificadora de Risco a quaisquer relatórios ou documentos elaborados por ela, pela Gestora, pela Empresa de Auditoria ou pelo Custodiante, que sejam necessários para o fiel desempenho das funções da Agência Classificadora de Risco;

XIV. manter nomeado, por meio de documento próprio, um diretor designado, em conformidade com as disposições das Instruções CVM, o qual deverá, sem prejuízo de outras obrigações regulamentares, elaborar demonstrativos trimestrais do Fundo, considerando-se o ano civil, a serem enviados à CVM e mantidos à disposição dos Quotistas, bem como submetidos à Empresa de Auditoria, evidenciando que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da Carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas em condições correntes de mercado; e

Parágrafo Único. A divulgação das informações previstas no inciso IV deste Artigo pode, alternativamente às regras de divulgação previstas neste Regulamento, ser feita por meio de entidades de classe de instituições do sistema financeiro nacional, desde que realizada em jornais de ampla veiculação.

Artigo 12. Será vedado à Administradora e à Gestora, no exercício específico de suas funções, em nome do Fundo:

I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercado de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e com o único e exclusivo propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo;

II. realizar operações e negociar com ativos financeiros e/ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento ou na regulamentação em vigor;

III. aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;

IV. adquirir Quotas do Fundo;

V. pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;

VI. vender Quotas do Fundo à prestação;

VII. vender Quotas à Cedente, ou às suas Partes Relacionadas (conforme abaixo definidas), exceto quando se tratar de Quotas Subordinadas;

VIII. prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

IX. fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X. delegar poderes de administração e/ou gestão da Carteira do Fundo (exceto a delegação da Administradora à Gestora conforme previsto neste Regulamento);

XI. obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII. efetuar locação ou empréstimo, penhor ou caução dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da Carteira do Fundo, no todo ou em parte, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos;

XIII. emitir qualquer classe ou série de Quotas do Fundo em desacordo com este Regulamento; e

XIV. alienar os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo, exceto nas hipóteses descritas no Parágrafo Segundo do Artigo 24 e no Capítulo XVII deste Regulamento.

Artigo 13. É igualmente vedado à Administradora e à Gestora, em nome próprio:

I. prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações em mercados de derivativos;

II. utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e

III. efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo 1º. As vedações de que tratam os incisos I a III do *caput* deste Artigo abrangem os recursos das Partes Relacionadas, conforme definidas no parágrafo seguinte, da Administradora e da Gestora, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação das Partes Relacionadas.

Parágrafo 2º. Para os fins deste Regulamento, "Partes Relacionadas" são: (i) as pessoas físicas ou jurídicas controladoras, direta ou indiretamente, de determinada pessoa; (ii) as pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, por tal pessoa; (iii) pessoas jurídicas coligadas, direta ou indiretamente, com tal pessoa; e (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa. O conceito de controle para o fim deste parágrafo será aquele estabelecido na Lei nº 6.404/76, e suas alterações posteriores.

Parágrafo 3º. Excetuam-se do disposto neste Artigo os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do BACEN e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional.

CAPÍTULO VI - OBJETIVO DO FUNDO E *BENCHMARK* DAS QUOTAS SENIORES

Artigo 14. O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas, por meio do investimento preponderante de recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de tempos em tempos, de direitos creditórios performados, originados no segmento financeiro (os "Direitos Creditórios"), de titularidade do Banco Credibel S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1754 – 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.141.539/0001-67 (a "Cedente") e que atendam aos critérios de originação, formalização e elegibilidade, conforme estipulados nos Capítulos VII e VIII abaixo.

Parágrafo Único. Somente poderão compor a Carteira do Fundo Direitos Creditórios que atendam, cumulativamente, a todos os Critérios de Elegibilidade descritos no Capítulo VIII abaixo e a todas as condições previstas no Capítulo VII abaixo.

Artigo 15. De forma complementar, o Fundo também poderá aplicar seus recursos em ativos financeiros e modalidades disponíveis no mercado, de acordo com os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo admitidos no Capítulo X abaixo, a fim de alcançar seus objetivos de investimento.

Artigo 16. O Fundo buscará atingir uma rentabilidade ("*Benchmark*") para cada série de Quotas Seniores, a ser definida em cada Suplemento (conforme definido no Artigo 44 abaixo), expressa em um percentual da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – "*over extra grupo*" (a "Taxa DI"), na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

Parágrafo 1º. O *Benchmark* de cada série das Quotas Seniores tem como finalidade definir qual parcela do Patrimônio Líquido deve ser prioritariamente alocada aos titulares das respectivas séries de Quotas Seniores na hipótese de amortização ou resgate de suas Quotas Seniores e não representa, nem deverá ser considerado como uma promessa ou garantia de rentabilidade aos referidos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Quotistas titulares das Quotas Seniores não farão jus, quando da amortização ou resgate de suas Quotas Seniores, a uma rentabilidade superior ao *Benchmark* das respectivas séries de Quotas Seniores, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Quotas Seniores.

Parágrafo 2º. O *Benchmark* de cada série das Quotas Seniores será definido no respectivo Suplemento, conforme previsto no Artigo 44 deste Regulamento.

Parágrafo 3º. As Quotas Subordinadas não têm parâmetro de remuneração definido.

CAPÍTULO VII - DA CEDENTE E DA ORIGINAÇÃO, POLÍTICA DE CONCESSÃO E FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 17. Os Direitos Creditórios passíveis de serem adquiridos pelo Fundo junto à Cedente serão aqueles originários de concessão de (i) financiamento para aquisição de veículos automotores novos e usados, incluindo veículos leves, tanto de passeio como utilitários (doravante, em conjunto, os "Veículos Leves"), e caminhões novos e usados (doravante os "Caminhões"), e de motocicletas novas e usadas (doravante as "Motocicletas"), e em conjunto com os Veículos Leves e os Caminhões, os "Veículos"), e de (ii) empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou

Caminhões, conforme a Política de Concessão de Crédito da Cedente, descrita e definida no Anexo 17 a este Regulamento.

Parágrafo 1º. A Cedente, nos termos do Artigo 295 do Código Civil Brasileiro, responde pela existência, liquidez e correta formalização dos Direitos Creditórios, bem como pela existência e validade dos Documentos Comprobatórios (conforme abaixo definidos) da transação que dá lastro a cada Direito Creditório. A Cedente e as pessoas controladoras da Cedente, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas ou a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum não são responsáveis pela solvência dos clientes devedores dos referidos Direitos Creditórios ("Clientes" ou "Cliente" ou "Devedores" ou, ainda, "Devedor"). O Fundo, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência e pela solvência dos Clientes, devendo ser observado o disposto no Capítulo IX abaixo.

Parágrafo 2º. A Cedente declarará e garantirá, na forma do Contrato de Cessão, que todo e qualquer Direito Creditório, que oferecer ou efetivamente ceder ao Fundo, atenderá, na data da respectiva cessão, aos Critérios de Elegibilidade previstos no Artigo 19 abaixo e, cumulativamente, às seguintes condições:

- (a) cada Direito Creditório será referente a um conjunto de parcelas, mensais e consecutivas, referentes à totalidade do saldo devedor de uma Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), da qual a Cedente seja a legítima e única titular, e poderão ser, a partir do 6º (sexto) mês, após a Data de Início do Fundo, parcelas, mensais e consecutivas, referentes ao saldo devedor parcial de uma CCB, da qual a Cedente seja a legítima e única titular, na forma do Contrato de Cessão;
- (b) a CCB deverá ser formalizada pela assinatura das partes e do fiel depositário do bem, caso o contrato atribua esta função à pessoa distinta do Devedor;
- (c) o Direito Creditório deverá estar enquadrado na política de concessão de crédito da Cedente, nos termos do Anexo 17 ao presente Regulamento (a "Política de Concessão de Crédito");
- (d) o Devedor de cada um dos Direitos Creditórios não se encontre inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de quaisquer outras operações contratadas com a Cedente, assim considerada a operação vencida e não paga após 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu vencimento;
- (e) o Direito Creditório deve ter por origem CCB garantida por alienação fiduciária na qual tenham sido acordados pagamentos mensais por parte do Devedor e realizada com base em taxa de juros pré-fixada, tendo, no mínimo: (i) 2 (duas) parcelas já pagas à Cedente pelo Devedor, quando o Direito Creditório for referente a Veículos Leves, bem como Motocicletas; (ii) 4 (quatro) parcelas já pagas à Cedente pelo Devedor, quando o Direito Creditório for referente a Caminhões; ou (iii) 2 (duas) parcelas já pagas à Cedente pelo Devedor, quando o Direito Creditório for referente a empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves, ou 4 (quatro) parcelas já pagas à Cedente pelo Devedor, quando o Direito Creditório for referente a empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Caminhões;
- (f) os Direitos Creditórios não poderão ter sido objeto de prévia negociação pela Cedente com terceiros;

- (g) os Direitos Creditórios relacionados às operações de financiamento para a aquisição de Veículos deverão se limitar à aquisição de Veículos Leves com até 20 (vinte) anos desde seu primeiro emplacamento, Caminhões com até 25 (vinte e cinco) anos desde seu primeiro emplacamento, e Motocicletas com até 3 (três) anos desde seu primeiro emplacamento;
- (h) os Direitos Creditórios relacionados às operações de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões deverão se limitar a contratos garantidos por alienação fiduciária de Veículos Leves com até 20 (vinte) anos desde seu primeiro emplacamento, e Caminhões com até 25 (vinte e cinco) anos desde o seu primeiro emplacamento; e
- (i) os Direitos Creditórios relacionados às operações de financiamento para a aquisição de Veículos e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões deverão ter seu valor limitado a 80% (oitenta por cento) do valor do veículo financiado ou dado em garantia, conforme o Termo de Avaliação do Bem.

Parágrafo 3º. Buscando maior racionalidade operacional, o Fundo e a Cedente definiram que os Direitos Creditórios oriundos de operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões continuarão sendo pagos pelos respectivos Devedores por meio das fichas de compensação bancárias ("Boletos Bancários") confeccionadas e enviadas pela Cedente para cada Devedor anteriormente à data de cada cessão de Direitos Creditórios. Caberá ao Custodiante, na qualidade de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, controlar o recebimento de tais Direitos Creditórios, de forma a garantir que os recursos pagos por meio dos Boletos Bancários pelos Devedores em questão sejam automaticamente depositados na conta corrente mantida pelo Custodiante em nome do Fundo (a "Conta do Fundo") (tal procedimento é doravante denominado, simplesmente, "Procedimento de Recebimento de Boletos"). A Cedente autorizou, de forma irrevogável e irretratável, o Custodiante a transferir o registro da cobrança bancária de todos os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, mediante solicitação da área de custódia do próprio Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo 4º. A Cedente, de forma irrevogável e irretratável, autoriza o Custodiante, na qualidade de responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, a efetuar e implementar todas as rotinas e procedimentos necessários ao Procedimento de Recebimento de Boletos, sendo que qualquer ato da Cedente cujo objetivo seja, inequivocamente, tentar impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos, dará ensejo a um Evento de Liquidação, nos termos do inciso X do Artigo 81 abaixo.

Artigo 18. As operações de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo serão realizadas necessariamente com base neste Regulamento, no Contrato de Custódia, no Contrato de Cessão e demais anexos deste Regulamento. O Fundo adquirirá Direitos Creditórios da Cedente de acordo com a sua condição financeira e sempre no melhor interesse dos Quotistas, e desde que seja verificado o atendimento ao disposto neste Regulamento.

CAPÍTULO VIII - CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 19. Somente poderão ser objeto de cessão entre a Cedente e o Fundo Direitos Creditórios oriundos das operações descritas no Artigo 17, *caput*, acima e que atendam cumulativamente aos critérios de elegibilidade descritos a seguir ("Critérios de Elegibilidade"):

- (i) o prazo de vencimento de cada um dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não será superior ao prazo da última série de Quotas Seniores em circulação;
- (ii) o Devedor de cada um dos Direitos Creditórios não poderá estar inadimplente no cumprimento de suas obrigações nos termos de outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
- (iii) o Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, seu nome incluso no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF do BACEN e sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF, conforme o caso, esteja em situação regular;
- (iv) o Devedor não poderá ter, na data de aquisição do Direito Creditório, registro no cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. – SERASA ou no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, em razão de títulos protestados por falta de pagamento ou de aceite em valor superior a R\$ 300,00 (trezentos reais);
- (v) o percentual correspondente ao somatório do valor de face de Direitos Creditórios de titularidade do Fundo devidos por um único Devedor, deverá ser igual ou inferior a 0,40% (quarenta centésimos por cento) do Patrimônio Líquido, calculado na data da cessão pretendida;
- (vi) as informações referentes à respectiva CCB devem ter sido transmitidas ao Fundo, por meio eletrônico ou magnético, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Contrato de Cessão e no Contrato de Custódia;
- (vii) a data de vencimento da última parcela de cada CCB cedida deverá ter prazo de vencimento final superior a 60 (sessenta) dias contados da data em que for realizada a cessão de tal Direito Creditório;
- (viii) os Direitos Creditórios não poderão ter sido cedidos anteriormente ao Fundo e devolvidos à Cedente em decorrência de quaisquer das hipóteses de resolução da cessão ou de negociação dos Direitos Creditórios contempladas nas Cláusulas IX e X do Contrato de Cessão;
- (ix) o valor correspondente ao somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, devidos por um único Devedor, será igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Artigo 20. Caberá ao Custodiante, em relação aos Direitos Creditórios, somente a verificação e validação quanto ao atendimento aos Critérios de Elegibilidade, não sendo este responsável por sua existência, liquidez e correta formalização.

Parágrafo 1º. A perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório elegível, não dará ao Fundo qualquer recurso ou direito de regresso

contra a Cedente, suas Pessoas controladoras, sociedades por estas direta ou indiretamente controladas ou a estas coligadas ou outras sociedades sob controle comum, exceto na hipótese de culpa, má-fé ou dolo na cessão de Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo.

Parágrafo 2º. A Administradora poderá recusar a oferta de Direitos Creditórios, ainda que estejam enquadrados nos Critérios de Elegibilidade, em defesa dos interesses do Fundo.

CAPÍTULO IX - DA FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO, PREÇO DE AQUISIÇÃO E DA POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Artigo 21. Para que possa ceder os Direitos Creditórios de que seja titular, deverá a Cedente celebrar com o Fundo, este devidamente representado por sua Administradora, o Contrato de Cessão, a qual estabelece as condições gerais aplicáveis a todas as operações de cessão entre as mencionadas partes. A minuta do Contrato de Cessão poderá ser objeto de alterações em virtude de negociação com a Cedente, sendo que tais alterações ficarão sujeitas à prévia aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, nos termos do Capítulo XVI abaixo.

Parágrafo 1º. Cada cessão de Direitos Creditórios será formalizada entre a Cedente e o Fundo mediante a formalização do Termo Padrão de Cessão de Direito Creditório ("Termo de Cessão") na forma prevista no competente anexo do respectivo Contrato de Cessão.

Parágrafo 2º. Concomitantemente à celebração de cada Termo de Cessão, a Cedente deverá assinar, juntamente com o Fundo, todo e qualquer documento que venha a ser necessário ou exigido para a efetivação da cessão perante o Devedor e terceiros.

Artigo 22. Com vistas a aumentar as chances de recebimento dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo e de reduzir o risco de crédito dos respectivos Devedores, a Assembléia Geral de Quotistas, respeitado o quorum do Capítulo XVI, poderá, a qualquer tempo, estabelecer (i) critérios adicionais de elegibilidade para a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo em acréscimo àqueles previstos no Artigo 19 supra, desde que previamente discutidos e acordados com o Custodiante e com a Cedente; e (ii) regras operacionais a serem obedecidas pela Administradora, na aquisição e na cobrança de Direitos Creditórios, as quais deverão vincular terceiros prestadores de serviços por ela eventualmente contratados.

Artigo 23. Caso os Direitos Creditórios ofertados ao Fundo atendam a todas as condições e aos Critérios de Elegibilidade descritos nos Artigos 17 e 19 supra, e, cumulativamente, a todas as exigências do Capítulo X abaixo, o Fundo poderá adquirir, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra ou coobrigação da Cedente, observados os termos e condições do Contrato de Cessão, Direitos Creditórios elegíveis e todos e quaisquer direitos, prerrogativas e garantias assegurados em razão de sua titularidade.

Parágrafo 1º. Pela aquisição de cada Direito Creditório, será pago pelo Fundo à Cedente, em moeda corrente nacional, conforme indicado em cada Termo de Cessão (o "Preço de Aquisição"), o valor apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PA_i = \frac{VN_i}{(Fator_{ce})^{DU_i}}$$

onde:

PA_i = Preço de Aquisição do Direito Creditório "i".

VN_i = Valor nominal do Direito Creditório "i", objeto da cessão.

DU_i = Número de dias úteis compreendido entre a data de aquisição, inclusive, e a data de vencimento do Direito Creditório "i", exclusive.

$Fator_{ce}$ = Fator de cessão, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$Fator_{ce} = \left\{ \left[\left(1 + \frac{DI_{fut}}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times \frac{FSE}{100} \right\} + 1$$

Onde "DIfut" corresponde à taxa média anual, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de acordo com as taxas verificadas na "Estrutura a Termo de Taxas de Juros da Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F" no fechamento do Dia Útil imediatamente anterior à data da cessão, equivalente ao prazo médio dos valores atuais das parcelas cedidas; e "FSE" corresponde ao fator *spread* excedente de 155 (cento e cinquenta e cinco).

Parágrafo 2º. Como regra geral, o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios a serem cedidos ao Fundo será pago em moeda corrente nacional, podendo, entretanto, mediante ajuste mútuo entre as Partes em cada caso, ser pago com outros Direitos Creditórios de titularidade do Fundo.

Artigo 24. Na hipótese do Fundo não receber o valor dos Direitos Creditórios a ele cedidos pela Cedente no prazo de vencimento, no todo ou em parte, a Administradora, seguindo instruções da Gestora, e através da Cedente, como agente de cobrança, atuará em nome do Fundo, às expensas da Cedente, que poderá, para tanto, subcontratar, também às suas expensas, empresas especializadas de cobrança, ficando desde já autorizada a tomar todas as medidas cabíveis nos termos da legislação vigente visando à recuperação dos créditos não pagos, de acordo com a política de cobrança constante do Anexo 24 a este Regulamento, e especialmente as seguintes providências:

I. Notificar os respectivos Devedores para que efetuem o pagamento no prazo de até 5 (cinco) dias, sem prejuízo da mora e do pagamento de todos os consectários moratórios legais e/ou contratuais; e

II. Uma vez transcorrido o prazo supra sem que o correspondente pagamento tenha sido efetuado pelos respectivos Devedores, a Administradora, seguindo instruções da Gestora, e através da Cedente atuando como agente de cobrança, poderá:

- (a) contratar terceiro, inclusive a Cedente, para promover a cobrança da dívida, executando, sempre que possível, eventuais garantias outorgadas em relação aos Direitos Creditórios vencidos e não pagos; ou
- (b) exercer os direitos previstos nos Contratos de Cessão; ou

- (c) tentar, em regime de melhores esforços, ceder, em caráter oneroso, os Direitos Creditórios a terceiros.

Parágrafo 1º. Observados os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação legal aplicável, a Administradora, seguindo instruções da Gestora, poderá:

I. Iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários à cobrança ou recuperação dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, conforme definidos no Capítulo X abaixo, ou à execução de quaisquer garantias prestadas ao Fundo, inclusive por meio de medidas acautelatórias e de preservação de direitos;

II. Celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação ou transferência, no todo ou em parte, relacionado aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros, conforme definidos no Capítulo X abaixo, sempre de forma a preservar os direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas; e

III. Constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável ou judicial dos ativos integrantes da Carteira do Fundo, sendo que todas as procurações outorgadas pela Administradora, em nome do Fundo, não poderão ter prazo de validade superior a 12 (doze) meses contados da data de sua outorga, exceção feita às procurações com poderes de representação em juízo, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica.

Parágrafo 2º. Ainda, observados os termos deste Regulamento e da regulamentação legal aplicável, a Administradora, conforme instruída pela Gestora, deverá tentar em regime de melhores esforços, no dia 15 (quinze) de cada mês ou, caso este não seja um Dia Útil, no primeiro Dia Útil subsequente, e enquanto perdurar o Prazo de Duração, ceder a terceiros, em caráter oneroso, todos e quaisquer Direitos Creditórios que, embora atendessem a todos os Critérios de Elegibilidade no momento de sua cessão pela Cedente ao Fundo, deixem de fazê-lo a qualquer momento entre tal cessão e a data de seu efetivo pagamento.

Artigo 25. Todos os custos e despesas incorridos pelo Fundo para salvaguarda de seus direitos e prerrogativas e/ou com a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros, conforme definidos no Capítulo X abaixo, serão de inteira responsabilidade da Cedente, não estando a Administradora, a Gestora ou o Custodiante, de qualquer forma, obrigados pelo adiantamento ou pagamento ao Fundo dos valores necessários à cobrança dos mesmos, sem prejuízo das obrigações assumidas pela Cedente nos Contratos de Cessão. A Administradora, a Gestora, o Custodiante ou o Fundo não serão responsáveis por quaisquer custos, taxas, despesas, emolumentos, honorários advocatícios e periciais ou quaisquer outros encargos relacionados com os procedimentos aqui referidos, inclusive eventuais custos de condenação, que o Fundo venha a iniciar em face dos Devedores, de terceiros ou da Cedente, os quais deverão ser custeados exclusivamente pela Cedente.

Parágrafo 1º. As despesas relacionadas com as medidas judiciais e/ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e prerrogativas do Fundo e/ou a cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros (conforme definido no Capítulo X abaixo) serão suportadas diretamente pela Cedente.

Parágrafo 2º. Caso a Administradora ou a Gestora entendam ser necessária a tomada de alguma providência urgente ou que, conforme o caso, não seja tempestivamente tomada pela Cedente, tais despesas poderão ser arcadas pelo Fundo até o limite de 1% (um por cento) do Patrimônio Líquido, e neste caso, a Cedente deverá ressarcir o

Fundo integralmente das despesas efetuadas, em até 15 (quinze) dias da data da solicitação de ressarcimento pelo Fundo.

Parágrafo 3º. A parcela que exceder o limite de 1% (um por cento) descrito no parágrafo anterior deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim. Caso não seja obtida tal aprovação, a Administradora, a Gestora e o Custodiante não serão responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos.

CAPÍTULO X - POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

Artigo 26. Os recursos do Fundo serão utilizados para a aquisição de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) do Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios elegíveis.

Artigo 27. Além dos Direitos Creditórios, a Gestora poderá alocar a parcela de até 50% (cinquenta por cento) do Patrimônio Líquido exclusivamente nos seguintes ativos financeiros ("Ativos Financeiros"):

- (a) moeda corrente nacional;
- (b) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- (c) títulos de emissão do BACEN; e
- (d) operações compromissadas de até 30 (trinta) dias, lastreadas exclusivamente em ativos previstos nos itens (b) e (c) acima.

Artigo 28. Após o prazo de 90 (noventa) dias contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores do Fundo ("Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores") no mínimo 50% (cinquenta por cento) da Carteira do Fundo deverá ser representada por Direitos Creditórios.

Parágrafo Único. Mediante apresentação de motivos justificados pela Administradora à CVM e desde que haja expressa concordância ou autorização desta, e após a sua aprovação pela Assembléia Geral, o prazo de alocação do Patrimônio Líquido estipulado no *caput* deste Artigo poderá ser prorrogado, mediante comunicação aos Quotistas por meio de envio de correio eletrônico aos respectivos representantes indicados na forma do Capítulo XI abaixo.

Artigo 29. Ocorrendo a prorrogação prevista no Parágrafo Único do Artigo 28 acima, automaticamente ocorrerá a prorrogação do prazo para cumprimento da exigência prevista no Artigo 26 acima.

Artigo 30. O Fundo deverá realizar operações de derivativos de forma a proteger a Carteira do Fundo contra o risco de descasamento de taxas de juros. Tais operações serão realizadas exclusivamente na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F, na modalidade com garantias, com o único objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite dessas, e de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo.

Artigo 31. O Fundo (i) não realizará operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo; (ii) não realizará aquisição de Direitos

Creditórios que estejam lastreados em outras operações que não as operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões; e (iii) não realizará aquisição de ativos ou aplicação de recursos em modalidades de investimento de renda variável, como, por exemplo, ações.

Artigo 32. Os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo serão mantidos em custódia pelo Custodiante, de forma escritural, bem como registrados e/ou mantidos (i) em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, ou (ii) em contas específicas abertas no SELIC, ou (iii) em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN ou (iv) em outras instituições ou entidades autorizadas à prestação de serviços de custódia pelo BACEN e/ou pela CVM.

CAPÍTULO XI - QUOTAS

Artigo 33. O Fundo emitirá inicialmente Quotas Seniores da Primeira Série e Quotas Subordinadas. O Fundo poderá, adicionalmente, emitir Quotas Seniores da Segunda Série, nos termos do Artigo 34 abaixo. As Quotas Seniores da Primeira Série e as Quotas Seniores da Segunda Série terão suas características previstas em cada respectivo Suplemento (conforme definido no Artigo 44 abaixo).

Parágrafo Único. As Quotas serão emitidas, distribuídas, subscritas e integralizadas de acordo com o disposto no Capítulo XII abaixo.

Artigo 34. Após a emissão da Primeira Série de Quotas Seniores (abaixo definida), fica autorizada, desde já, independente de deliberação da Assembléia Geral de Quotistas, a emissão da Segunda Série de Quotas Seniores (abaixo definida), a qual poderá ser deliberada pela Administradora, a qualquer tempo, no prazo máximo de até 12 (doze) meses contados da Data de Início do Fundo, de acordo com as características e condições descritas neste Regulamento, especialmente no Capítulo XII abaixo. Fica vedada a emissão de novas Quotas do Fundo que não a Primeira e a Segunda Série de Quotas Seniores e as respectivas Quotas Subordinadas nos termos do Capítulo XII abaixo.

Parágrafo 1º. Na hipótese de emissão da Segunda Série de Quotas, o valor das respectivas Quotas Seniores, para fins de emissão, subscrição, integralização, amortização e resgate será calculado de acordo com o disposto no Capítulo XII abaixo, e com o respectivo Suplemento, conforme previsto no Artigo 44 abaixo.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, as Quotas Seniores da Segunda Série somente poderão ser emitidas após as Quotas Seniores da série anterior terem sido totalmente integralizadas e/ou canceladas.

Parágrafo 3º. Na hipótese de emissão de Quotas Seniores da Segunda Série, a Agência Classificadora de Risco será responsável pela avaliação das Quotas Seniores da nova emissão e pela reavaliação das Quotas Seniores das emissões anteriores.

CAPÍTULO XII - CARACTERÍSTICAS, DIREITOS, CONDIÇÕES DE EMISSÃO, SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 35. As Quotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio e são divididas em duas classes, sendo uma de Quotas Seniores a outra de Quotas Subordinadas.

Parágrafo 1º. O Fundo poderá emitir até 2 (duas) Séries de Quotas Seniores, observado que:

I. a emissão da Segunda Série é condicionada à colocação da série anterior ou ao cancelamento do saldo não colocado;

II. as Séries conferirão aos respectivos Quotistas os mesmos direitos, privilégios e vantagens; e

III. a emissão de uma nova série não poderá prejudicar a classificação de risco atribuída às Quotas Seniores em circulação.

Parágrafo 2º. O Fundo poderá emitir, em uma ou mais distribuições, uma única série de Quotas Subordinadas, observado que o valor agregado destas Quotas Subordinadas seja sempre equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido, de forma a respeitar a Razão Mínima definida e exposta no Artigo 39 abaixo.

Artigo 36. Todas as Quotas do Fundo terão forma escritural e serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, aberta, escriturada e controlada pelo Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, e doravante denominado, quando envolvido nos serviços de abertura, escrituração e controle das contas de depósito das Quotas escriturais do Fundo (o "Agente Escriturador").

Parágrafo Único. A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador de conta de depósito em nome do respectivo Quotista.

Artigo 37. As Quotas Seniores são aquelas que não se subordinam às demais para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da Carteira do Fundo, nos termos deste Regulamento. As Quotas Subordinadas somente serão resgatadas após o último pagamento de amortização e resgate das Quotas Seniores.

Artigo 38. Cada uma das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas conferirão aos seus titulares direito a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas, observado o disposto no Capítulo XVI abaixo.

Artigo 39. A razão entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação deverá ser de, no mínimo, 143% (cento e quarenta e três por cento) ("Razão Mínima"). Essa relação será apurada todo Dia Útil pela Administradora.

Parágrafo 1º. Na hipótese de desenquadramento da Razão Mínima acima, os Quotistas detentores de Quotas Subordinadas ("Quotistas Subordinados") serão imediatamente informados pela Administradora ("Aviso de Desenquadramento").

Parágrafo 2º. Os Quotistas Subordinados deverão responder ao Aviso de Desenquadramento, impreterivelmente até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente à data do seu recebimento, informando por escrito se desejam integralizar ou não novas Quotas Subordinadas. Caso desejem integralizar novas Quotas Subordinadas, deverão se comprometer de forma irrevogável e irretratável a prontamente subscrever Quotas Subordinadas no valor equivalente a, no mínimo, o necessário para o reenquadramento da Razão Mínima e a integralizar tais novas Quotas Subordinadas no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis também contados do recebimento do Aviso de Desenquadramento.

Parágrafo 3º. Na hipótese dos Quotistas Subordinados decidirem subscrever novas Quotas Subordinadas, a Administradora poderá deliberar pela emissão de tais Quotas sem a necessidade de autorização de quaisquer Quotistas do Fundo ou de realização de Assembléia Geral.

Parágrafo 4º. Na hipótese dos Quotistas Subordinados não informarem tempestivamente à Administradora ou não desejarem subscrever novas Quotas Subordinadas, será considerado ocorrido um Evento de Liquidação, devendo-se observar o disposto no Capítulo XVII a respeito do assunto.

Artigo 40. O Fundo poderá realizar uma ou mais emissões de Quotas Seniores, em até 2 (duas) séries ("Primeira Série" e "Segunda Série", respectivamente, e, em conjunto, as "Séries").

Parágrafo Único. No caso de emissão da Segunda Série de Quotas Seniores, a Administradora deverá observar a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor das Quotas Seniores em circulação, calculados *pro forma*, considerando-se a emissão da Segunda Série das Quotas Seniores, devendo ser respeitada, na respectiva Data de Subscrição (conforme definida no Artigo 41 abaixo), a Razão Mínima referida no Artigo 39 acima;

Artigo 41. As emissões de Quotas Seniores da Primeira Série e/ou da Segunda Série poderão, a critério da Administradora, ser distribuídas em uma única ou sucessivas ocasião(ões) ("Distribuições").

Parágrafo Único. Necessariamente deverão constar do boletim de subscrição de Quotas Seniores ("Boletim de Subscrição"), nos termos do Anexo 41 deste Regulamento, todas as características da respectiva emissão de Quotas Seniores. Cada emissão de Quotas Seniores, seja a emissão da Primeira Série ou da Segunda Série, reputar-se-ão subscritas na data de assinatura do respectivo Boletim de Subscrição ("Data de Subscrição").

Artigo 42. As Quotas Seniores de qualquer emissão, independentemente se realizadas através de uma ou sucessivas Distribuições, deverão ser subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data do protocolo na CVM dos documentos a que se refere o parágrafo primeiro do Artigo 20 da Instrução CVM nº 356, observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo.

Parágrafo Único. As Quotas Seniores que venham a ser emitidas pelo Fundo e que não sejam subscritas e integralizadas dentro do prazo máximo de colocação de 180 (cento e oitenta) dias corridos acima referido, serão necessariamente canceladas pela Administradora, exceto se o prazo de distribuição for prorrogado, mediante solicitação à CVM, na forma prescrita na regulamentação em vigor.

Artigo 43. O anúncio de início de distribuição pública de cada uma das séries de Quotas Seniores apresentará os termos e condições da respectiva oferta, bem como informará as condições e prazos para subscrição e integralização das Quotas Seniores, observado o disposto neste Regulamento.

Artigo 44. Todas as emissões de Quotas Seniores deverão ser precedidas da elaboração, pela Administradora, de um Suplemento ao Regulamento que contemple todas as características, inclusive o *Benchmark* para cada série de Quotas Seniores, de acordo com as normas regulamentares pertinentes e com o estabelecido neste Regulamento ("Suplemento"), conforme o Anexo 44 deste Regulamento. Cada

Suplemento será, ainda, levado para registro, às expensas da Cedente, no Cartório de Títulos e Documentos em que estiver registrado este Regulamento.

Parágrafo 1º. A Primeira Série e a Segunda Série de Quotas Seniores deverão ter, cada uma, prazo de resgate de 36 (trinta e seis) meses.

Parágrafo 2º. Observadas as demais condições descritas no Suplemento, a Primeira Série terá as seguintes características:

(a) as Quotas serão amortizadas trimestralmente, após um período de carência de 9 (nove) meses, sendo que a primeira amortização deverá ocorrer a partir do último Dia Útil do 9º (nono) mês após a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores da Primeira Série;

(b) as 9 (nove) amortizações seguintes ocorrerão, de forma trimestral e sucessiva, no mesmo dia de cada mês subsequente, sendo que a 10ª (décima) e última Data de Amortização, no 36º (trigésimo sexto) mês após a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, coincidirá com a Data de Resgate (abaixo definida).

Parágrafo 4º. A Primeira Série e a Segunda Série poderão ser emitidas por deliberação da Administradora, independente de deliberação de Assembleia Geral de Quotistas, sendo que a Segunda Série poderá ser emitida, no máximo, até o 12º (décimo segundo) mês após a Data de Início do Fundo.

Parágrafo 5º. Cada Suplemento de emissão de cada série deverá conter, no mínimo, as seguintes características:

- i) quantidade de Quotas Seniores, compreendida como o número máximo e mínimo de Quotas a serem emitidas e colocadas;
- ii) valor unitário de emissão, compreendido como o valor de emissão das Quotas, da Data de Emissão ("Valor Unitário de Emissão");
- iii) data de emissão, compreendida como a data em que as Quotas serão emitidas pela Administradora (a "Data de Emissão");
- iv) amortizações programadas, que compreende os termos, datas e valores de cada amortização prevista para a respectiva série de Quotas ("Amortizações Programadas");
- v) data de resgate, compreendida como a data de resgate integral das Quotas Seniores de cada série ("Data de Resgate"); e
- vi) meta de rentabilidade prioritária, entendida como o *Benchmark* de remuneração da respectiva série, obtida pela multiplicação da Taxa DI pelo Fator Multiplicador, conforme o Artigo 50 abaixo;

Artigo 45. As Quotas Subordinadas serão sempre subscritas de forma privada, nos termos do Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas ("Contrato de Subscrição"), Anexo 45 a este Regulamento.

Parágrafo Único. O Contrato de Subscrição regulará a subscrição e integralização das Quotas Subordinadas, a qualquer tempo, de acordo com o disposto neste Regulamento para a manutenção da Razão Mínima.

Artigo 46. No ato de subscrição das Quotas – tanto Quotas Seniores quanto Quotas Subordinadas – o subscritor (i) assinará o Boletim de Subscrição, que será autenticado pela Administradora ou terceiro devidamente habilitado que venha a ser contratado pela Administradora para distribuir Quotas do Fundo; (ii) receberá exemplar deste Regulamento, declarando, por meio da assinatura de termo de ciência e adesão a este Regulamento, na forma do Anexo 46 ("Termo de Adesão"), estar ciente (a) das disposições contidas neste Regulamento, especialmente aquelas referentes à política de investimento, à composição da Carteira do Fundo e à Taxa de Administração referida no Artigo 10 acima, e (b) dos riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos neste Regulamento e (iii) deverá indicar um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento.

Artigo 47. As Quotas Seniores deverão ser integralizadas da seguinte forma: (i) se distribuídas em uma única ocasião, então a integralização deve ocorrer à vista, na Data de Subscrição, pelo Valor Unitário de Emissão; (ii) se distribuídas sucessivamente, então as Quotas deverão ser pagas nas datas estabelecidas no Boletim de Subscrição, pelo Valor Unitário de Emissão, porém atualizadas na forma do Artigo 50 abaixo.

Artigo 48. Na hipótese de emissão da Segunda Série de Quotas Seniores, conforme previsto no Artigo 34 acima, as Quotas deverão ser integralizadas conforme dispuser o respectivo Boletim de Subscrição e o Contrato de Subscrição, sendo ainda que: (i) se a distribuição de Quotas ocorrer em apenas uma ocasião, o pagamento delas deverá ser à vista pelo seu Valor Unitário de Emissão, conforme atualizado na forma do Artigo 50; (ii) se as Quotas objeto da respectiva emissão forem distribuídas de forma sucessiva, as mesmas deverão ser pagas nas datas definidas no respectivo Boletim de Subscrição, a partir do seu Valor Unitário de Emissão, acrescidas de atualização na forma do Artigo 50 abaixo.

Artigo 49. A integralização das Quotas do Fundo será efetuada por meio de depósito na Conta do Fundo, mediante a realização de Transferência Eletrônica Disponível – TED, ou por meio de transferência de recursos de conta corrente de titularidade do subscritor, mantida na mesma instituição financeira em que o Fundo mantiver conta corrente, para a Conta do Fundo.

Artigo 50. O valor inteiro referencial de cada Quota Sênior, para efeito de integralização, amortização ou resgate, posterior à Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, apurado diariamente, será equivalente ao menor valor entre (a) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação na ocasião, inteiras ou fracionadas, e (b) $VII \times [(f1 \times f2 \times f3 \times \dots \times fj)]$,

onde:

VII Valor Unitário de Emissão da Quota Sênior na Data de Subscrição da respectiva série de Quotas Seniores.

$(f1 \times f2 \times f3 \times fj)$ fator de variação acumulada de correção da Quota Sênior da respectiva série, calculado de acordo com a seguinte expressão:

Os termos $f1, f2, f3, \dots, fj$ serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$

onde:

- **Fj** fator diário da Taxa DI.
- **Taxa Dij** 100% (cem por cento) da Taxa DI, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP, a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, referente ao dia "j".
- **S** percentual da Taxa DI, expresso em forma de decimal (o "Fator Multiplicador"), definido em cada Suplemento.

Parágrafo 1º. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista referente às Quotas Seniores, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI, até a data de observação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares de Quotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Parágrafo 2º. Na ausência de apuração ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Administradora, mediante aviso aos Quotistas, substituirá a Taxa DI pela Taxa Selic. No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa Selic, a Administradora deverá convocar imediatamente a Assembléia Geral para que seja definido pelos titulares das Quotas Seniores o novo parâmetro a ser aplicado. Neste caso, qualquer Quotista titular de Quotas Subordinadas terá o poder de vetar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembléia Geral. Até a deliberação do novo parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas neste Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembléia Geral.

Parágrafo 3º. "Taxa Selic" significa a taxa básica de juros referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia, divulgada pelo Comitê de Política Monetária do BACEN.

Artigo 51. A partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas terão seu valor de integralização, amortização ou resgate apurado, diariamente, de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{VUQS} = \frac{\text{PL} - [(\text{VIO}_1 \times \text{OS}_1) + (\text{VIO}_2 \times \text{OS}_2)]}{\text{QSUB}}$$

onde:

VUQS valor unitário da Quota Subordinada em qualquer data de integralização ou resgate, conforme o caso, posterior à Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores.

PL	Patrimônio Líquido.
VIQ₁	valor inteiro referencial das Quotas Seniores da Primeira Série em circulação apurado diariamente na forma do Artigo 50 acima.
QS₁	número, inteiro ou fracionário, de Quotas Seniores da Primeira Série em circulação na data de apuração do VUQS.
VIQ₂	valor inteiro referencial das Quotas Seniores da Segunda Série em circulação apurado diariamente na forma do Artigo 50 acima.
QS₂	número, inteiro ou fracionário, de Quotas Seniores da Segunda Série em circulação na data de apuração do VUQS.
QSUB	número, inteiro ou fracionário, de Quotas Subordinadas em circulação na data de apuração do VUQS.

Artigo 52. As Quotas Seniores do Fundo serão admitidas à negociação em mercado secundário, podendo ser registradas no sistema de negociação de títulos de renda fixa – BOVESPAFIX, da BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo, em seu mercado de balcão organizado – SOMAFIX e no SFF – Sistema de Fundos Fechados da Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, a critério da Administradora.

Parágrafo Único. Na hipótese de negociação das Quotas Seniores do Fundo em operações de mercado secundário, caberá ao agente intermediador da respectiva negociação comprovar a qualidade de investidor qualificado do adquirente de tais Quotas Seniores.

Artigo 53. As Quotas Subordinadas não poderão ser negociadas por meio de operações públicas e nem privadas, ressalvada a possibilidade das Quotas Subordinadas serem negociadas entre empresas do mesmo Grupo Econômico a que pertence o Cedente.

Parágrafo Único. Entender-se-á por “Grupo Econômico” o grupo de empresas composto por empresas controladoras, controladas, coligadas e sob controle comum da Cedente, de acordo com o Artigo 243 da Lei 6.404/76.

Artigo 54. As Quotas Seniores do Fundo serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco, conforme mencionado no Capítulo III acima.

CAPÍTULO XIII - CONDIÇÕES DE AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS E RESERVA DE PAGAMENTO

Artigo 55. Com relação a cada série Quotas Seniores em circulação, após a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores da respectiva série, as Quotas Seniores de tal série serão amortizadas periodicamente, conforme as Amortizações Programadas descritas em cada respectivo Suplemento (as “Datas de Amortização”). A data da última Data de Amortização será a Data de Resgate.

Parágrafo Único. Quando o dia de uma Data de Amortização de um dado mês ou a Data de Resgate não for um Dia Útil, a respectiva Data de Amortização ou a Data de Resgate correrá no primeiro Dia Útil subsequente, sem quaisquer acréscimos.

Artigo 56. Exceto em relação ao disposto nos parágrafos seguintes, o resgate das Quotas Subordinadas está condicionado ao pagamento integral prévio de todas as

parcelas de amortização e do resgate integral das Quotas Seniores do Fundo. Todas as Quotas Subordinadas concorrerão em igualdade de condições para fins de pagamento de resgate.

Parágrafo 1º. Caso a Razão Mínima seja superior a 145% (cento e quarenta e cinco por cento) (o "Excesso de Cobertura"), a Administradora poderá realizar a amortização parcial das Quotas Subordinadas, até o limite do Excesso de Cobertura, mediante solicitação dos Quotistas Subordinados (a "Amortização por Excesso de Cobertura"), desde que sejam atendidos os seguintes requisitos e prazos:

- (a) a Reserva de Pagamento (abaixo definida) esteja devidamente constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Regulamento;
- (b) o Fundo tenha liquidado todos os seus encargos e despesas vencidos, bem como tenha feito as provisões exigidas pela regulamentação pertinente;
- (c) até a data da Amortização por Excesso de Cobertura, não se tenha verificado qualquer dos Eventos de Avaliação ou Eventos de Liquidação, ou, caso tenham ocorrido tais eventos, eles tenham sido adequadamente sanados; e
- (d) a ocorrência de Excesso de Cobertura será apurada ao término dos pagamentos de cada amortização trimestral e será comunicado pela Administradora aos Quotistas Subordinados. As Amortizações por Excesso de Cobertura serão efetuadas em até 5 (cinco) dias contados da respectiva comunicação.

Parágrafo 2º. A Administradora poderá, a seu critério, não realizar a Amortização por Excesso de Cobertura, caso isso possa representar riscos para que o Fundo atribua a rentabilidade definida pelo *Benchmark* às Quotas Seniores.

Artigo 57. Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo XIV, e desde que o Patrimônio Líquido assim permita e o Fundo possua disponibilidades para tanto, o Fundo procederá, em cada Data de Amortização, à amortização das Quotas Seniores, cujo valor será obtido através das informações de cada Suplemento.

Artigo 58. A Administradora, conforme orientação da Gestora, deverá constituir reserva para pagamento das amortizações das Quotas Seniores ("Reserva de Pagamento"). Para tanto, a Administradora deverá interromper a aquisição de novos Direitos Creditórios e/ou iniciar a liquidação de aplicações em Ativos Financeiros que não apresentem liquidez diária, de modo que, a partir de 90 (noventa) dias corridos antes de cada Data de Amortização, o Fundo sempre mantenha recursos em disponibilidades (líquidas de quaisquer impostos, taxas, contribuições, encargos ou despesas de qualquer natureza) cuja soma seja equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão, e, a partir de 60 (sessenta) dias, a 100% (cem por cento) do valor futuro estimado a ser amortizado na Data de Amortização em questão.

Artigo 59. Os titulares das Quotas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

Parágrafo 1º. Uma vez tendo recebido os recursos decorrentes da amortização ou resgate de suas Quotas, o Quotista beneficiário dará à Administradora, em nome do Fundo, a mais ampla e irrevogável e irretratável quitação.

Parágrafo 2º. Quaisquer impostos, contribuições ou taxas que legalmente incidam sobre os recursos referentes ao resgate e/ou amortização de Quotas do Fundo serão retidos pelo Fundo e deduzidos dos valores em questão, não cabendo ao Quotista qualquer tipo de compensação.

Artigo 60. O Agente Escriturador efetuará o pagamento das amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pela legislação aplicável.

Parágrafo 1º. Os pagamentos serão feitos aos titulares das Quotas, quando de sua amortização ou resgate, de acordo com os registros de titularidade mantidos pelo Agente Escriturador no Dia Útil imediatamente anterior ao da realização do referido pagamento.

Parágrafo 2º. Caso a data de pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, o Fundo efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem a incidência de qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XIV - ORDEM DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Artigo 61. Diariamente, a partir da Data de Início do Fundo e até a liquidação do Fundo, a Administradora e a Gestora obrigam-se a utilizar as disponibilidades do Fundo para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo, descritos no Capítulo XVIII abaixo;
- (b) formação de reserva equivalente ao montante estimado dos Encargos do Fundo a serem incorridos no mês calendário imediatamente subsequente àquele em que for efetuado o respectivo provisionamento;
- (c) formação de Reserva de Pagamento, de acordo com o previsto no Artigo 58 acima.
- (d) pagamento dos valores referentes à amortização periódica e/ou ao resgate das Quotas Seniores;
- (e) formação de reserva para pagamento das despesas relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao encerramento de suas atividades; e
- (f) novas aquisições de Direitos Creditórios.

CAPÍTULO XV - AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 62. Entende-se por Patrimônio Líquido a soma algébrica dos valores correspondentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros disponíveis na Carteira, menos as exigibilidades do Fundo ("Patrimônio Líquido").

Artigo 63. Observadas as disposições legais aplicáveis, os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo devem ser registrados pelo seu Preço de Aquisição.

Artigo 64. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da Carteira do Fundo devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos e parâmetros definidos na Resolução 2.682 do Conselho Monetário Nacional, de 21 de dezembro de 1999 ("Resolução 2682/99") e de acordo com o plano contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), criado pela Circular 1.273 do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou outro plano contábil que, eventualmente venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável.

Artigo 65. Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos integrantes da Carteira do Fundo deverão ser provisionados, sendo admitida a reversão da respectiva provisão, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou à sua constituição, limitada ao seu respectivo valor, acrescido dos rendimentos auferidos.

Parágrafo Único. As provisões previstas neste Artigo 65 deverão ser efetuadas e revertidas de acordo com os procedimentos e parâmetros previstos na Resolução 2682/99 e no COSIF.

Artigo 66. Os Ativos Financeiros deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, observadas as regras e os procedimentos definidos pela Administradora e aceitos pelo BACEN e pela CVM, aplicáveis aos fundos de investimento.

Parágrafo Único. Os ajustes dos valores dos Ativos Financeiros, decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento, serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos e parâmetros definidos no COSIF.

Artigo 67. As perdas e provisões com Ativos Financeiros serão reconhecidas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos e parâmetros definidos no COSIF e na Resolução 2682/99. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das mesmas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

CAPÍTULO XVI - ASSEMBLÉIA GERAL DE QUOTISTAS

Artigo 68. É de competência da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (ii) alterar o disposto neste Regulamento, sem prejuízo de outras deliberações previstas neste Artigo 68 que acarretem na alteração deste Regulamento;
- (iii) deliberar sobre a substituição da Administradora e do Custodiante;
- (iv) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Quotistas, nomeado(s) conforme o Artigo 72 abaixo;

- (v) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (vi) deliberar sobre a fusão, incorporação e cisão do Fundo;
- (vii) deliberar sobre a liquidação do Fundo;
- (viii) deliberar sobre proposta de alteração dos Contratos de Cessão, do Contrato de Custódia e do Contrato de Subscrição;
- (ix) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação (conforme definidos no Capítulo XVII abaixo), tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação (conforme definido no Capítulo XVII abaixo);
- (x) resolver se, na ocorrência de quaisquer Eventos de Liquidação (conforme definidos no Capítulo XVII abaixo), tais Eventos de Liquidação devem acarretar a liquidação antecipada do Fundo;
- (xi) elevar e/ou diminuir o *Benchmark* das Quotas Seniores;
- (xii) alterar o *Benchmark* na hipótese de indisponibilidade, extinção ou impossibilidade legal de utilização da Taxa DI ou da Taxa Selic, como base de cálculo do referencial de rentabilidade das Quotas Seniores;
- (xiii) deliberar sobre a substituição da Agência Classificadora de Risco;
- (xiv) deliberar sobre a alteração no Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo previsto no Parágrafo 1º do Artigo 23 acima.
- (xv) deliberar sobre alterações na sistemática em vigor para a formalização da cessão dos Direitos Creditórios, isto é, sobre a forma pela qual a Cedente irá ceder os Direitos Creditórios, bem como o Devedor de cada Direito Creditório será notificado a respeito da cessão do mesmo para o Fundo;
- (xvi) deliberar sobre alterações dos Critérios de Elegibilidade para aquisição de Direitos Creditórios, previstos no Artigo 19 ou das condições necessárias para tal aquisição, previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 17;
- (xvii) deliberar sobre as despesas de que trata o Artigo 25 deste Regulamento.
- (xviii) deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração do Fundo da qual trata o Artigo 2º deste Regulamento.

Parágrafo Único. O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às determinações da CVM, hipótese em que deverá ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Quotistas, conforme as regras de divulgação previstas no presente.

Artigo 69. As Quotas Seniores conferirão a seus titulares direito de voto em todas as matérias indicadas no Artigo 68 acima.

Artigo 70. Os Quotistas Subordinados têm o direito de, por maioria de votos dentre os Quotistas Subordinados presentes, vetar qualquer deliberação relativa às matérias indicadas nos itens "xi", "xii", "xiv", "xv" e "xvi", observado o Parágrafo 3º do Artigo 71 abaixo.

Artigo 71. Os quoruns de deliberação das matérias indicadas no Artigo 68 acima seguem indicados nos parágrafos a seguir.

Parágrafo 1º. Dependerá dos votos favoráveis dos titulares de pelo menos 2/3 (dois terços) das Quotas do Fundo toda e qualquer deliberação referente às matérias indicadas nos itens "ii", "vii", e "xv".

Parágrafo 2º. A deliberação a respeito das matérias indicadas nos itens "iii" e "vi" acima dependerá, em 1ª convocação, de aprovação pela maioria das Quotas emitidas e, em 2ª convocação, do quorum previsto no Parágrafo Quarto abaixo.

Parágrafo 3º. A aprovação da prorrogação do Prazo de Duração do Fundo, tratada no item "xviii" acima dependerá da aprovação unânime de todos os Quotistas Subordinados e Quotistas Seniores.

Parágrafo 4º. Ressalvado o disposto nos Parágrafos Primeiro a Terceiro deste Artigo, toda e qualquer matéria submetida à deliberação da Assembléia Geral será aprovada pelos votos favoráveis da maioria dos Quotistas presentes ao conclave assemblear.

Artigo 72. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes dos Quotistas para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Quotistas.

Parágrafo 1º. Somente pode exercer as funções de representante dos Quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas;
- (ii) não ser titular de Quotas Subordinadas;
- (iii) não exercer cargo ou função na Administradora, em seus controladores, em sociedades por eles direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum;
- (iv) não exercer cargo de administração ou ser funcionário da Cedente; e
- (v) não exercer cargo de administração ou ser funcionário dos controladores, diretos ou indiretos, da Cedente, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum da Cedente.

Parágrafo 2º. Os representantes dos Quotistas eventualmente nomeados nos termos deste Artigo não farão jus, em nenhuma circunstância, ao recebimento de qualquer remuneração do Fundo, da Administradora, do Custodiante ou da Cedente para exercer tal função.

Artigo 73. A convocação de Assembléia Geral de Quotistas será feita pela Administradora, através de publicação de anúncio de convocação no periódico

mentionado no Artigo 87 abaixo, indicando o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia Geral, bem como os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º. A convocação da Assembléia Geral deverá ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contados da data de envio da carta ou da correspondência eletrônica.

Parágrafo 2º. Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado anúncio de convocação no jornal mencionado no Capítulo XIX abaixo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. A segunda convocação poderá ser feita juntamente com o anúncio ou carta de primeira convocação.

Parágrafo 3º. Independentemente das formalidades previstas neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecem a totalidade dos Quotistas com direito a voto para deliberar sobre todos os assuntos constantes da ordem do dia.

Artigo 74. As Assembléias Gerais deverão ser realizadas na sede social da Administradora, salvo motivo de força maior, sendo vedada a sua realização fora da cidade do Rio de Janeiro.

Artigo 75. Os titulares de Quotas Subordinadas terão o direito de comparecer a toda e qualquer Assembléia Geral de Quotistas do Fundo, independentemente de terem ou não direito a voto com relação a matéria objeto de deliberação.

Artigo 76 Além da ocasião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de Quotistas poderá reunir-se por convocação da Administradora, a seu critério, ou mediante solicitação à Administradora por titulares de Quotas do Fundo que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas – independentemente da classe ou série.

Parágrafo 1º. A presidência da Assembléia Geral caberá ao representante eleito pela maioria dos Quotistas presentes entre aqueles indicados pelos Quotistas e/ou pela Administradora, todos presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 2º. A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Quotas emitidas do Fundo poderão convocar representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria e/ou da Agência Classificadora de Risco, para participarem das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 3º. Independentemente de quem as tenha convocado, os representantes da Administradora e da Gestora deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais, e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Artigo 77. As Assembléias Gerais de Quotistas serão instaladas com a presença de pelo menos um Quotista.

Artigo 78. Poderão votar nas Assembléias Gerais de Quotistas os procuradores dos Quotistas legalmente constituídos há menos de um ano.

Artigo 79. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido neste evento.

Parágrafo 1º. Das Assembléias Gerais serão lavradas atas no Livro de Registro de Atas de Assembléias Gerais, as quais, para sua validade, deverão ser assinadas por Quotistas que bastem para formar o quorum de deliberação exigido para a aprovação das respectivas matérias.

Parágrafo 2º. As deliberações tomadas em cada Assembléia Geral serão divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização do respectivo conclave assemblear, por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo. As atas de Assembléias Gerais serão encaminhadas à CVM e aos demais agentes de mercado sempre que necessário, na forma e nos prazos previstos na legislação.

CAPÍTULO XVII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 80. São considerados eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. criação de novos impostos, taxas, contribuições, elevação das alíquotas dos já existentes ou modificação da base de cálculo de impostos, taxas e contribuições, presentes ou futuros, que afetem negativamente o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo e/ou onerem excessivamente a consecução do seu objetivo;
- II. aquisição reiterada, pelo Fundo de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade e/ou com as condições previstas no Parágrafo Segundo do Artigo 17, conforme apurado pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante;
- III. rebaixamento do *rating* das Quotas Seniores de qualquer série em circulação, de acordo com os critérios de classificação atualmente adotados pela Agência Classificadora de Risco ou outro critério equivalente adotado por agência de classificação de risco que venha a substituí-la.
- IV. alteração deste Regulamento por força de determinação ou de normas editadas pela CVM que afetem ou possam afetar prejudicialmente a performance do Fundo;
- V. caso a Taxa DI, de qualquer Dia Útil, seja superior a 130% (cento e trinta por cento) da Taxa DI do Dia Útil imediatamente anterior;
- VI. caso existam evidências de que Direitos Creditórios tenham sido onerados, gravados ou sujeitos a qualquer encargo, constituídos previamente à sua aquisição pelo Fundo;
- VII. caso a Administradora não concorde com os critérios de fixação do preço dos Ativos Financeiros e dos outros ativos integrantes da Carteira do Fundo definidos pelo Custodiante para a apuração do valor do Patrimônio Líquido nos termos do Regulamento e do Contrato de Custódia;
- VIII. caso a Cedente ofereça Direitos Creditórios elegíveis em quantidade inferior a 50% (cinquenta por cento) das disponibilidades do Fundo, após a Reserva de Pagamento, por períodos superiores a 10 (dez) dias ininterruptos;
- IX. caso a Administradora ou a Gestora entendam que há uma situação não prevista de risco relevante em potencial para o Fundo;
- X. caso o Fundo desrespeite a proporção prevista no Artigo 26 por prazo superior a 90 (noventa) dias consecutivos;

XI. caso a Administradora não constitua, no prazo e percentual estipulado, a Reserva de Pagamento prevista no Artigo 58 e não corrija o problema no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados a partir do momento em que a Reserva de Pagamento deveria estar corretamente constituída;

XII. caso os Quotistas Subordinados vetem eventual deliberação da Assembléia Geral a respeito da matéria tratada no item "xi" do Artigo 68;

XIII. caso a Cedente descumpra qualquer das cláusulas do Contrato de Cessão e não sanar tal descumprimento no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data em que receber notificação escrita do Fundo neste sentido;

XIV. caso ocorra a amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto neste Regulamento;

XV. caso o Custodiante descumpra quaisquer de seus deveres e obrigações previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, desde que, se notificado pela Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, o Custodiante não o faça no prazo de 5 (cinco) dias contado do recebimento da referida notificação;

XVI. em caso de inadimplemento, pela Cedente, ou qualquer de suas controladas e/ou controladoras diretas no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária e/ou declaração do vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária das pessoas acima referidas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto quando existir medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;

XVII. em caso de apresentação para protesto ou protesto de títulos emitidos pela Cedente ou sacados contra a Cedente, suas controladas e/ou controladoras diretas, cujo valor unitário ou total seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, excetuados os que tenham sido objeto de medida judicial adequada para anulação ou sustação de seus efeitos;

XVIII. em caso de ajuizamento contra a Cedente, suas controladoras diretas ou contra qualquer controlada, de ação ou conjunto de ações de execução para pagamento de quantia certa, incluindo as execuções fiscais, cujo valor seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

XIX. em caso de alteração no controle acionário da Cedente; e

XX. caso a inadimplência da carteira de Direitos Creditórios (títulos vencidos e não pagos) supere 11% (onze por cento) entre 31 (trinta e um) dias e 60 (sessenta) dias, 9,5% (nove inteiros e cinco décimos por cento) entre 61 (sessenta e um) dias e 90 (noventa) dias, 8,5% (oito inteiros e cinco décimos por cento) entre 91 (noventa e um) dias e 120 (cento e vinte) dias, 7% (sete por cento) entre 121 (cento e vinte e um) dias em até 150 (cento e cinquenta) dias ou 6% (seis por cento) acima de 151 (cento e cinquenta e um) dias, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Custodiante ao Fundo.

Parágrafo 1º. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação, a Administradora comunicará os Quotistas acerca do fato, nos termos do Capítulo XIX, e suspenderá imediatamente o processo de aquisição de Direitos Creditórios até que seja realizada a Assembléia Geral mencionada no parágrafo seguinte.

Parágrafo 2º. A Administradora convocará, na data em que tomar ciência de um Evento de Avaliação, uma Assembléia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento das atividades do Fundo. Caso os Quotistas deliberem que o Evento de Avaliação não constitui um Evento de Liquidação, conforme definido no Artigo 81 abaixo, ainda que com a necessidade de ajustes para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do Fundo, será retomada a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo. Neste caso, a Administradora, se necessário, promoverá os ajustes no Regulamento aprovados pelos referidos Quotistas na Assembléia Geral. Caso os Quotistas deliberem que os efeitos do Evento de Avaliação constituem um Evento de Liquidação, serão adotados os procedimentos próprios definidos neste Regulamento.

Artigo 81. Sem prejuízo de outras hipóteses previstas na legislação aplicável, são considerados eventos de liquidação antecipada do Fundo ("Eventos de Liquidação") quaisquer das seguintes ocorrências:

- I. a totalidade das Quotas Seniores em circulação não seja totalmente integralizada, exceto se houver cancelamento de Quotas não subscritas ou prorrogação de prazo, expressamente autorizada pela CVM;
- II. caso haja atraso no pagamento do resgate ou das amortizações das Quotas Seniores previstos neste Regulamento;
- III. caso haja inobservância, por 5 (cinco) dias úteis consecutivos, da Razão Mínima, caso a Cedente não responda tempestivamente o Aviso de Desenquadramento à Administradora;
- IV. caso haja o pedido de decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária ou regimes semelhantes com relação (a) à Cedente; e/ou (b) ao Custodiante; e/ou (c) à Administradora; e/ou (d) a quaisquer sociedades controladoras diretas das pessoas referidas anteriormente;
- V. deliberação nesse sentido da Assembléia Geral de Quotistas do Fundo;
- VI. caso os Quotistas venham a deliberar, nos termos do disposto no Artigo 80 supra, que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;
- VII. caso não ocorra a substituição da Administradora nos casos previstos neste Regulamento, sendo que, nesta hipótese, fica facultado à Administradora, a seu exclusivo critério, determinar a liquidação do Fundo;
- VIII. rescisão do Contrato de Custódia celebrado entre o Custodiante e o Fundo, sem que seja nomeado substituto;
- IX. caso os Quotistas Subordinados, após o recebimento de um Aviso de Desenquadramento, não procedam à integralização de Quotas prevista no Parágrafo Segundo do Artigo 39 acima, no prazo ali previsto;
- X. caso a Cedente pratique qualquer ato que, inequivocamente, implique em tentativa de impedir ou dificultar o Procedimento de Recebimento de Boletos previsto nos Parágrafos Terceiro e Quarto do Artigo 17 acima; e
- XI. caso exista evidência de que a Cedente tenha permitido a cessão dos Direitos Creditórios sem lastro.

Parágrafo 1º. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i)

interromper, imediatamente, a aquisição de Direitos Creditórios e, se for o caso, o pagamento da amortização de Quotas em curso; (ii) notificar os Quotistas, observado o disposto no Capítulo XIX deste Regulamento; e (iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada do Fundo definidos nos parágrafos seguintes deste Artigo.

Parágrafo 2º. Na ocorrência da hipótese prevista no Parágrafo Primeiro deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os Quotistas deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão pela interrupção da liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, que ocorrerá no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da realização da Assembléia Geral.

Parágrafo 3º. Observada a deliberação dos Quotistas na Assembléia Geral referida no Parágrafo Primeiro deste Artigo, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, sendo vedada qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores, devendo ser observado, no que couber, as disposições deste Regulamento.

Parágrafo 4º. Ocorrendo a hipótese prevista no inciso VIII deste Artigo, e não sendo realizada Assembléia Geral de Quotistas para decidir sobre a substituição do Custodiante, ou não sendo nomeado novo Custodiante, a Administradora liquidará o Fundo, independentemente de realização de Assembléia, promovendo o resgate das Quotas Seniores mediante a adoção dos procedimentos previstos no parágrafo anterior.

Artigo 82. A Administradora, segundo orientação da Gestora, poderá realizar o resgate das Quotas Seniores:

I. após deliberação dos Quotistas nesse sentido, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e/ou dos Ativos Financeiros integrantes da Carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou coobrigação deste, proporcionalmente à participação de cada titular de Quotas Seniores no valor total das Quotas Seniores em circulação, cedendo a cada titular de Quotas Seniores Direitos Creditórios e/ou Ativos Financeiros em valor equivalente a tal participação. Eventuais frações existentes para se chegar ao valor integral do resgate das Quotas Seniores poderão ser ajustadas entre os titulares dessas Quotas Seniores. Para o fim de efetuar o resgate ora previsto, a forma de pagamento aos titulares de Quotas Seniores poderá ser composta, a critério da Administradora, segundo orientação da Gestora, de Direitos Creditórios e/ou de Ativos Financeiros, sempre que possível de forma proporcional, dependendo do modo como a Carteira do Fundo estiver formada e do montante total e individual do resgate a ser realizado para os titulares de Quotas Seniores; ou

II. caso não seja possível a aplicação do inciso anterior, por qualquer motivo, ou se os Quotistas assim deliberarem, os Direitos Creditórios dados em pagamento aos titulares de Quotas Seniores constituirão um condomínio, cujas frações ideais de cada titular de Quotas Seniores serão calculadas de acordo com a proporção de Quotas Seniores detida por cada titular sobre o valor total das Quotas Seniores em circulação. A Administradora deverá notificar os titulares das Quotas Seniores, na forma do Capítulo XIX para que eles elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002); e (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios a que cada titular de Quotas Seniores faz jus.

Parágrafo 1º. Caso os titulares das Quotas Seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio a ser formado de acordo com o inciso II supra, fica desde já estabelecido que essa função será atribuída ao titular de Quotas Seniores que detenha, isoladamente ou em conjunto com suas Partes Relacionadas, a maioria dessas Quotas Seniores em circulação.

Parágrafo 2º. A Cedente fará, na qualidade de fiel depositário, a guarda dos documentos que dão lastro aos Direitos Creditórios (entre outros, o formulário de Solicitação de Financiamento, a Solicitação de Pagamento, o Termo de Alienação Fiduciária, o Termo de Avaliação do Bem, a Declaração de Estado e Condições do Bem, o Termo de Responsabilidade do Despachante, a CCB e outros documentos que eventualmente sejam assinados pela Cedente para a correta e devida formalização das operações – os “Documentos Comprobatórios”), podendo delegar a terceiros, em nome do Fundo e às suas expensas, a custódia dos Documentos Comprobatórios, sem afastar sua responsabilidade legal e sua responsabilidade perante o Fundo e os Quotistas pela guarda dos Documentos Comprobatórios, e garantindo o acesso aos Documentos Comprobatórios a quaisquer pessoas indicadas pelo Fundo, pelo prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias contados da Assembléia Geral mencionada no Parágrafo Segundo do Artigo 81, supra, dentro do qual os Quotistas, na hipótese do inciso I, *caput*, deste Artigo, e o administrador do condomínio a ser formado na hipótese do inciso II, *caput*, do mesmo Artigo, indicarão à Administradora e ao Cedente a hora e local para que seja feita a entrega dos Documentos Comprobatórios supra mencionados. Expirado este prazo, a Administradora e/ou o Cedente poderão promover a consignação dos mencionados documentos, na forma do Artigo 334 do Código Civil.

Parágrafo 3º. Para as quotas subordinadas, admite-se, nos termos deste Regulamento, que o resgate seja efetuado em Direitos Creditórios, sendo que as Quotas Seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios exclusivamente nas hipóteses de liquidação antecipada do Fundo.

Artigo 83. O Fundo será liquidado por ocasião do término de seu Prazo de Duração, no último dia do 48º (quadragésimo oitavo) mês após a Data de Início do Fundo, exceto se os Quotistas, por unanimidade, conforme previsto no Capítulo XVI acima, decidirem prorrogar o seu prazo, aplicando-se à liquidação o disposto neste Regulamento, sendo permitido o resgate em Direitos Creditórios, de acordo com os procedimentos descritos no Artigo 82.

CAPÍTULO XVIII - ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 84. Constituem encargos do Fundo (os “Encargos do Fundo”), além da Taxa de Administração, as seguintes despesas:

- I. taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II. despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do Fundo ou na regulamentação pertinente;
- III. despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;

- IV. honorários e despesas da Empresa de Auditoria encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- V. emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- VI. honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII. quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- VIII. taxas de custódia de ativos do Fundo;
- IX. a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação; e
- X. despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco.

Artigo 85. A Administradora pode estabelecer, nos termos do Capítulo IV acima, que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, inclusive a remuneração da Gestora, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

Artigo 86. Quaisquer despesas indispensáveis ao funcionamento do Fundo que não estejam previstas no Artigo 84 acima, como Encargos do Fundo, correrão por conta da Administradora.

CAPÍTULO XIX - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Artigo 87. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; ou (ii) carta com aviso de recebimento, ou, quando permitido pela legislação em vigor, comunicação eletrônica aos Quotistas e/ou aos seus representantes indicados na forma do Artigo 72 acima.

Parágrafo 1º. As publicações referidas no *caput* deste Artigo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora e das instituições que colocarem as Quotas.

Parágrafo 2º. Qualquer mudança no periódico referido no *caput* deste Artigo deverá ser aprovada pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral e deverá ser precedida de comunicado por meio de aviso aos Quotistas nos termos do *caput* deste Artigo.

Artigo 88. No prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês calendário, a Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I. o número e valor das Quotas de titularidade de cada Quotista;

II. a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês a que se referir; e

III. o comportamento da Carteira de Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 89. Todo o material de divulgação do Fundo deverá conter, sem prejuízo de outras informações exigidas pela legislação aplicável, a nota conferida pela Agência Classificadora de Risco às Quotas Seniores, suas respectivas atualizações, e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.

Artigo 90. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição dos Quotistas que as solicitarem, observados os seguintes prazos máximos:

I. - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II. - de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício social a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 91. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com o Regulamento e com as normas editadas pela CVM.

CAPÍTULO XX - DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 92. O Fundo terá escrituração contábil própria, destacada da relativa à Administradora e ao Custodiante.

Artigo 93. O exercício social do Fundo terá duração de um ano, com encerramento em 30 de setembro de cada ano.

Artigo 94. O Fundo está sujeito às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicidade de demonstrações financeiras determinadas pela CVM.

Artigo 95. As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas pela Empresa de Auditoria, registrada na CVM.

CAPÍTULO XXI - FATORES DE RISCO

Artigo 96. Não obstante a diligência da Administradora, da Gestora, quando aplicável, e do Custodiante, na observância aos termos e às condições do Regulamento, a implementação da política de investimento do Fundo, assim como a gestão ativa da Carteira de ativos do Fundo, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros, por sua própria natureza, estão sujeitos a flutuações de mercado, a riscos de crédito das respectivas contrapartes, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação, que, mesmo com sistemas e mecanismos de gerenciamento de riscos poderão gerar perdas ao Fundo e aos Quotistas, hipóteses pelas quais a Administradora, a Gestora, o Custodiante ou qualquer de suas Partes Relacionadas não poderão ser responsabilizados, entre outros eventos, (i) por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo; (ii) pela inexistência de mercado secundário para os Direitos

Creditórios e/ou os Ativos Financeiros; ou (iii) por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.

Artigo 97. As aplicações dos Quotistas não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante ou de suas respectivas Partes Relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Artigo 98. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:

I. Risco de mercado. Os ativos financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. Dessa forma, podem ocorrer oscilações nos preços dos títulos e valores mobiliários que compõem a Carteira do Fundo, podendo acarretar em uma depreciação do valor das Quotas. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a Carteira do Fundo, o Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser afetado negativamente. A queda do valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos e/ou indeterminados. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e a Cedente não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

II. Risco de limitação de ativos do Fundo. A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas das amortizações e resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e dos Ativos Financeiros pelos respectivos emitentes, ou, no caso de negociação dos Ativos Financeiros em mercado secundário, pelas respectivas contrapartes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas.

III. Risco de liquidez. O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e/ou a Gestora, alienarem os seus respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Devedores, e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora e a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

IV. Risco de crédito. Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa e/ou os Devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

V. Risco de modalidade de investimento recente e sofisticada. O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil, não havendo histórico disponível no mercado que possibilite aos investidores verificar a consistência dos retornos e da performance dos fundos da espécie no longo prazo.

VI. Riscos relacionados à fatores macroeconômicos. A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pela Cedente, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

VII. Inexistência de rendimento predeterminado. O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos nos Artigos 50 e 51 acima. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

VIII. Fundo fechado. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Quotas somente serão resgatadas na Data de Resgate ou ao término do Prazo de Duração, ou ainda em virtude de liquidação antecipada do Fundo, não havendo por parte da Administradora, da Gestora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Quotas dos quotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Quotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário.

IX. Liquidez reduzida das Quotas. As quotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

X. Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão a Carteira do Fundo. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto nos Artigos 50 e 51 acima, mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não

são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.

XI. Hedge indisponível ou imperfeito. Nos termos do Artigo 30 acima, a Gestora, deverá realizar operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. É possível, entretanto, que, no momento em que a Gestora tentar realizar as operações com derivativos (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Tais riscos poderão ocasionar perdas ao Fundo.

XII. Risco de Instrumentos Derivativos. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

XIII. Risco de liquidação antecipada do Fundo. Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

XIV. Risco do resgate das Quotas Seniores em Direitos Creditórios cedidos. Na hipótese da assembleia geral de quotistas do Fundo deliberar o resgate das Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios cedidos, conforme autorizado pelo Artigo 15, §1º, da Instrução CVM 356, os titulares das Quotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios cedidos recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios cedidos inadimplentes.

XV. Risco operacional. Considerando que a Cedente não preenche por completo as CCBs no ato de concessão do empréstimo ou financiamento, sendo esta apenas preenchida no caso de inadimplemento do Devedor, e não obstante o disposto no Artigo 891 do Código Civil Brasileiro, que permite o preenchimento dos títulos de crédito em data posterior à de emissão, caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios e/ou nos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo ao financiamento para aquisição dos Veículos em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Custodiante, e posteriormente ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas ou problemas internos das instituições financeiras em que foram feitos os pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

Artigo 99. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios, destacam-se, de forma não taxativa os seguintes:

I. Risco de crédito e ausência de coobrigação da Cedente. A Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Cedente e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Devedores ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores, e, conforme o caso, da solvência e capacidade de pagamento de tais terceiros, bem como, da execução de eventuais garantias e da alienação fiduciária do veículo financiado, em garantia do pagamento dos Direitos Creditórios. Em vista de que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Devedores, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo ou pelos coobrigados, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes as suas Quotas. É possível que a execução do bem dado em garantia em benefício do Fundo possa arrecadar valor inferior ao esperado, ocasionando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

II. Critérios de Elegibilidade. Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da Carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Devedores.

III. Risco de descontinuidade. Não obstante os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões já realizadas, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a contratar com seus Clientes as operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Devedores contratarem ou continuarem a contratar tais financiamentos e empréstimos. Ainda que a Cedente disponha de toda a infra-estrutura, recursos, conhecimento e tecnologia que suportem a continuidade das operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões, não há como assegurar que a demanda por tais financiamentos e empréstimos permitirá a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo.

Parágrafo 1º. A análise da correta constituição dos Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo será feita com base nos documentos a serem apresentados pela Cedente, em conformidade com o Artigo 19 supra, e a conclusão acerca do enquadramento aos Critérios de Elegibilidade se pautará na análise de tais documentos, os quais serão presumidos legítimos, corretos, integrais pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante ou qualquer outro terceiro por estes indicados.

Parágrafo 2º. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios que lhe dão suporte. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade de tais Direitos

Creditórios. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência e/ou correta e suficiente formalização dos Direitos Creditórios.

IV. Risco de liquidação antecipada pelos Devedores dos Direitos Creditórios.

Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas nas CCBs. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos neste Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos neste Regulamento.

V. Não Substituição dos Boletos Bancários relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

O Fundo e a Cedente decidiram não emitir novos Boletos Bancários relativos aos Direitos Creditórios cedidos, com o objetivo de substituir a Cedente pelo Fundo como cedente no corpo de tais Boletos Bancários. Tal decisão, entretanto, não implica na impossibilidade da emissão de novos Boletos Bancários com o objetivo de substituir erros ou incorreções naqueles originalmente emitidos ou como 2ª via, no caso de extravio ou inutilização dos mesmos. Por tal razão, os Direitos Creditórios cedidos continuarão sendo pagos pelos respectivos Devedores por meio dos Boletos Bancários originalmente enviados pela Cedente (ou por outros por esta última emitidos em reposição àqueles originalmente emitidos), os quais, quando pagos, geram a transferência automática, pelo Custodiante, dos recursos entregues pelos Devedores para a Conta do Fundo. A Cedente autorizou o Custodiante, responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, a transferir, automaticamente, tais recursos para a Conta do Fundo. Entretanto, é possível que a Cedente tente impedir ou dificultar tais transferências. Nesse caso, a Cedente pode conseguir receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores, em prejuízo do Fundo e/ou tais recursos podem vir a ser bloqueados por decisão judicial até que eventual litígio a respeito da titularidade dos mesmos e/ou da validade da revogação da autorização concedida ao Custodiante seja resolvido.

VI. Risco de ausência de notificação dos Devedores. Em vista da dificuldade operacional em se notificar os Devedores dos Direitos Creditórios acerca da realização da cessão ao Fundo pela Cedente, eventualmente, os Devedores podem vir a realizar o pagamento relativo aos Direitos Creditórios diretamente à Cedente, seja o pagamento no curso normal do financiamento, ou a liquidação antecipada do financiamento. Neste caso, a Cedente receberá tais valores na qualidade de fiel depositária, em benefício do Fundo, e deverá repassar tais valores ao Fundo em até 2 (dois) dias úteis da data em que receber os recursos, porém, tal procedimento pode não se concretizar, em virtude de diversos fatores, inclusive em razão de falhas operacionais ou problemas de crédito da Cedente, o que poderá causar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

VII. Risco da Cedente como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios. Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios serão guardados pela Cedente ou por empresa a ser contratada pela Cedente, até o integral pagamento do Direito Creditório ou sua eventual cessão pelo Fundo.

A Cedente e a empresa acima referida, na qualidade de fiéis depositárias, serão responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora a Cedente e a mencionada empresa tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e ao Fundo o livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos por terceiros poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos.

O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios. Entretanto, a verificação física da regularidade dos Documentos Comprobatórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Tendo em vista que tal auditoria será realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao

Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados neste Regulamento.

CAPÍTULO XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 100. O Custodiante, durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação dos Direitos Creditórios a protesto ou pela inserção de nome de Devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo ao Fundo, representado pela Administradora ou por terceiros por ela contratados para este fim, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

Artigo 101. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se mensagem eletrônica como uma forma válida de comunicação entre a Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Cedente e os Quotistas.

Artigo 102. A assinatura, pelo investidor qualificado, do Termo de Adesão ao Regulamento, na forma do **Anexo 46**, implicará na aceitação e concordância expressa com todas as disposições deste Regulamento, às quais estará vinculado.

Artigo 103. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2007

Mellon Serviços Financeiros
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

ANEXO 17 - Política de Concessão de Crédito da Cedente

A central de crédito será responsável pela análise e aprovação dos créditos a serem conferidos aos potenciais Devedores. A aprovação do crédito é realizada após a análise conjunta dos seguintes critérios, que, entre outros, compõem a Política de Concessão de Crédito:

- (a) perfil cadastral: análise de informações pessoais, tais como idade, documentação (documento de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF), profissão, rendimentos, residência, bens próprios, profissão e tempo de atividade, etc.;
- (b) dados cadastrais: pesquisa em bancos de dados do setor financeiro que contêm informações sobre pessoas inadimplentes, sendo que a aprovação dos créditos depende da inexistência de débito em aberto em nome dos potenciais Devedores; e
- (c) referências bancárias, pessoais, de crédito, de contadores (para pessoas jurídicas), do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (para aposentados e pensionistas), comerciais, e outras referências que se façam necessárias: pesquisa perante pessoas e/ou instituições relacionadas aos potenciais Devedores (bancos, familiares, superiores de trabalho, instituições públicas), sendo que a aprovação dos créditos se dará na medida em que o conteúdo de tais informações for compatível com aquele fornecido anteriormente pelos próprios potenciais Devedores ou aceitável pela Cedente;
- (d) garantia de avalista, o qual também deverá cumprir todos os requisitos referentes ao potencial Devedor, para os seguintes casos: (i) proponentes que não comprovem tempo mínimo de 4 (quatro) meses de atividade profissional; (ii) proponentes que utilizem renda do cônjuge ou de parente de primeiro grau residente no mesmo endereço para complemento dos rendimentos mínimos requisitados para a concessão do crédito; e (iii) mulher casada proponente que não possua rendimentos e utilize os rendimentos do cônjuge, desde que sejam casados em regime de comunhão total ou parcial de bens;
- (e) alienação fiduciária do Veículo em garantia do pagamento da CCB, avaliado de acordo com o valor da tabela publicada pela empresa de consultoria Molicar Publicações Automotivas Ltda. em seu *site* (www.molicar.com.br) acrescido de 10% (dez por cento) ou com o valor da tabela publicada pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da data da proposta de concessão de crédito; e
- (f) enquadramento das parcelas do financiamento ou do empréstimo às porcentagens de comprometimento da renda mensal do potencial Devedor estabelecidas como aceitáveis pela Cedente.

ANEXO 24 - Política de Cobrança

A cobrança dos Direitos Creditórios cedidos, vencidos e não pagos, será feita pela Cedente e/ou por prestadoras de serviços de cobrança, de forma amigável e/ou judicial, contratadas pela Cedente, sempre com o objetivo de receber a integralidade dos valores devidos sob as CCBs que lastreiam os Direitos Creditórios, com a máxima diligência, agindo da mesma forma como age para receber os seus próprios créditos, de acordo com as seguintes fases:

- (a) Fase Preventiva, por meio de contato telefônico com o Devedor do Direito Creditório inadimplente para (1) identificar o motivo da inadimplência e incentivar o Devedor a efetuar os pagamentos que estejam atrasados; e/ou (2) negociar com o Devedor, fazendo com que o pagamento seja efetuado no período contratado, sendo que, nessa fase, o Devedor é comunicado que o não pagamento acarretará a inclusão do Devedor nos órgãos de proteção ao crédito;
- (b) Fase Pré-Judicial, por meio da comunicação aos órgãos de proteção ao crédito sobre o inadimplemento e cobrança através de notificação em cartório, visando receber o pagamento e/ou celebrar um acordo para o pagamento do Devedor quanto ao Direito Creditório inadimplente. Não havendo sucesso, há a decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão e/ou protesto e execução dos Documentos Comprobatórios do Direito Creditório inadimplente;
- (c) Fase Judicial, que compreende (1) controle do processo ajuizado para satisfação do Direito Creditório inadimplente; e (2) gerenciamento da guarda e da venda do veículo automotor dado em garantia, desde que o mesmo seja apreendido ou devolvido amigavelmente, nos termos do respectivo contrato de financiamento; e
- (d) Fase de Negociação, pela qual, no decorrer de todas as fases acima mencionadas, o Devedor é atendido em suas diversas solicitações, inclusive sugerindo acordos, observados os interesses do Fundo.

ANEXO 41 - Boletim de Subscrição

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ADMINISTRADORA

AV. PRESIDENTE WILSON, Nº 231, 11º ANDAR - RIO DE JANEIRO - RJ
CNPJ/MF: 02.201.501/0001-61

CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS

Nº:

CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

[•] EMISSÃO, NO MONTANTE DE ATÉ [•] ([•]) QUOTAS SENIORES ESCRITURAIS DA PRIMEIRA SÉRIE DO CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS ("FUNDO"), COM VALOR UNITÁRIO DE R\$ [•] ([•]), DELIBERADA PELO INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, FIRMADO PELA DIRETORIA DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA DO FUNDO EM [•] DE [•] DE [•].

QUALIFICAÇÃO DO SUBSCRITOR

NOME / DENOMINAÇÃO OU RAZÃO SOCIAL				CPF / CNPJ	
ESTADO CIVIL	DATA NASC.	PROFISSÃO	NACIONALIDADE	DOC. IDENTIDADE	ÓRGÃO EMISSOR
ENDEREÇO				Nº	COMPLEM.
BAIRRO	CEP	CIDADE	ESTADO	PAÍS	TELEFONE
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL				CPF	
DOCUMENTO DE IDENTIDADE		ÓRGÃO EMISSOR		TELEFONE / FAX	
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL				CPF	
DOCUMENTO DE IDENTIDADE		ÓRGÃO EMISSOR		TELEFONE / FAX	

QUOTAS SUBSCRITAS

SÉRIE	NUMERO DE QUOTAS	VALOR UNITÁRIO DE SUBSCRIÇÃO EM R\$	VALOR UNITÁRIO DE INTEGRALIZAÇÃO EM R\$	VALOR TOTAL DE INTEGRALIZAÇÃO EM R\$	DATA DE INTEGRALIZAÇÃO
					NA MESMA DATA DA ASSINATURA DESTE BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO
TOTAL					

INSTRUÇÕES PARA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS E DEMAIS OBRIGAÇÕES

I - AS QUOTAS TERÃO VALOR UNITÁRIO IDÊNTICO NA DATA DA EMISSÃO. **II** - AS QUOTAS TERÃO O SEU VALOR UNITÁRIO ATUALIZADO CONFORME OS ARTIGOS 47 E 50 DO REGULAMENTO. **III** - AS QUOTAS SERÃO INTEGRALIZADAS POR MEIO DE QUALQUER FORMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS AUTORIZADA PELO BANCO CENTRAL - BACEN NA CONTA-CORRENTE DO FUNDO INDICADA PELA ADMINISTRADORA OU, AINDA, DIRETAMENTE COM A ADMINISTRADORA, CONFORME FACULTA O REGULAMENTO, SERVINDO O COMPROVANTE DE DEPÓSITO COMO RECIBO DA QUITAÇÃO, DESDE QUE OS RECURSOS ESTEJAM EFETIVAMENTE DISPONÍVEIS À ADMINISTRADORA NO DIA DA INTEGRALIZAÇÃO. AS QUOTAS SERÃO INTEGRALIZADAS COM O VALOR DA QUOTA NA DATA DA EFETIVA DISPONIBILIDADE DOS RECURSOS À ADMINISTRADORA. **IV** - O VALOR MÍNIMO PARA REALIZAÇÃO DE APLICAÇÕES NO FUNDO SERÁ DE R\$ 25.000,00 (VINTE E CINCO MIL REAIS). **V** - CASO A INTEGRALIZAÇÃO DE QUOTAS ESTEJA PREVISTA PARA SÁBADOS, DOMINGOS OU FERIADOS BANCÁRIOS NACIONAIS, DEVERÁ, PARA TODOS OS EFEITOS, SER FEITA NO PRIMEIRO DIA ÚTIL SUBSEQUENTE, SEM NENHUM ACRÉSCIMO AO VALOR A SER PAGO. **VI** - O EXTRATO DA CONTA DE DEPÓSITO EMITIDO PELO CUSTODIANTE SERÁ O DOCUMENTO HÁBIL PARA COMPROVAR A OBRIGAÇÃO DA ADMINISTRADORA, PERANTE O QUITISTA, DE CUMPRIR AS PRESCRIÇÕES CONTANTES DO REGULAMENTO E DAS DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS AO FUNDO E PARA COMPROVAR A PROPRIEDADE DO NÚMERO DE QUOTAS PERTENCENTES A CADA QUITISTA, AJUSTADO DE TEMPOS EM TEMPOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO REGULAMENTO. **VII** - A DISTRIBUIÇÃO DA PRIMEIRA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES SERÁ DE ATÉ [•] QUOTAS. **VIII** - AS QUOTAS SUBSCRITAS DEVERÃO SER INTEGRALIZADAS EM MOEDA CORRENTE NACIONAL. **IX** - APÓS A INTEGRALIZAÇÃO DESTA SÉRIE, A ADMINISTRADORA PODERÁ DELIBERAR PELA EMISSÃO DA SEGUNDA SÉRIE, CONFORME PREVISTO NO REGULAMENTO, DESDE QUE OBSERVADOS OS PROCEDIMENTOS EXIGIDOS PELA INSTRUÇÃO CVM Nº 356/01, CONFORME ALTERADA. AS QUOTAS SENIORES DA SEGUNDA SÉRIE, CASO ESTA SEJA EMITIDA, TERÃO DIREITOS, TAXAS E DESPESAS IGUAIS AOS CONFERIDOS ÀS QUOTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE, OBSERVADO O DISPOSTO NO REGULAMENTO.

DECLARAÇÃO

DECLARO, PARA TODOS OS FINS, QUE ESTOU DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES EXPRESSAS NO PRESENTE BOLETIM, BEM COMO TER RECEBIDO E TOMADO CONHECIMENTO DO REGULAMENTO DO FUNDO E ESTAR CIENTE DOS RISCOS INERENTES AO INVESTIMENTO NO MESMO, INCLUINDO MAS NÃO LIMITADOS ÀS OSCILAÇÕES DOS MERCADOS DE ATUAÇÃO DO FUNDO E SEUS EFEITOS SOBRE O SEU PATRIMÔNIO.

LOCAL / DATA	ASSINATURA DO SUBSCRITOR OU DO REPRESENTANTE LEGAL

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

LOCAL / DATA	ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

ANEXO 44 - Suplemento ao Regulamento

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO

CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II – VEÍCULOS

EMIÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES DA [•] SÉRIE

Suplemento ao Regulamento para emissão e distribuição pública de Quotas Seniores da [•] Série do Credibel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II – Veículos (o “Fundo”), realizada nos termos do seu regulamento (“Regulamento”), conforme as seguintes características:

- a) O Valor Unitário de Emissão: [•], atualizado na forma dos Artigos 47 e 50 do Regulamento do Fundo;
- b) Quantidade de Quotas Seniores:
 - b.1) Quantidade Mínima: [•] ([•]) Quotas Seniores;
 - b.2) Quantidade Máxima: [•] ([•]) Quotas Seniores;
- c) Data de Emissão: [•] e até 180 (cento e oitenta dias) da data de registro da distribuição pública das Quotas Seniores da Primeira Série;
- d) Amortizações Programadas: as amortizações programadas serão realizadas, após um prazo de carência de [•] ([•]) meses, trimestralmente, no último Dia Útil do respectivo mês, a partir do [•] ([•]) mês após a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, conforme o cronograma a seguir:

Amortizações	Datas de Amortização

- e) Valor das Amortizações: o valor da Quota Sênior na respectiva Data de Amortização, calculado na forma do Artigo 50 do Regulamento, dividido pelo número de amortizações remanescentes;
- f) Data de Resgate: no último Dia Útil do 36º (trigésimo sexto mês), contados a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores da Primeira Série, o qual ocorrerá, na mesma data da última Amortização Programada; e
- e) *Benchmark* (meta de rentabilidade prioritária): [•]% ([•]) da Taxa DI.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

São Paulo, [•].

**CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II -
VEÍCULOS**

Por:

Cargo: Administrador

Testemunhas:

1. _____

Nome:

RG:

C.P.F.:

2. _____

Nome:

RG:

C.P.F.:

ANEXO 45 - Compromisso de Subscrição de Quotas Subordinadas

ANEXO 46 - Termo de Adesão ao Regulamento

TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E DE CIÊNCIA DE RISCO

CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS II – VEÍCULOS

Nome do Quotista:			Identificação do Quotista:
Agência Nº:	Conta Nº:	Data:	Valor:

1. DECLARO(AMOS) TER RECEBIDO, LIDO E ENTENDIDO O REGULAMENTO DO CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("FUNDO") E TER TOMADO CIÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DOS RISCOS DELA DECORRENTES, DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DE TODOS OS DEMAIS TERMOS E CONDIÇÕES RELATIVOS AO FUNDO. DECLARO(AMOS) TER ADERIDO AO INTEIRO TEOR DO REGULAMENTO, SOBRE O QUAL NÃO TENHO(MOS) QUALQUER DÚVIDA.

2. Para os fins deste Termo de Adesão, os termos e expressões aqui não definidos expressamente terão o significado que lhes é atribuído no Regulamento do Fundo, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.

3. Estou(amos) ciente(s) de que:

3.1. O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Quotistas, (i) por meio do investimento preponderante de recursos do Fundo na aquisição, pelo Fundo, de tempos em tempos, de direitos creditórios performados (os "Direitos Creditórios") de titularidade do Banco Credibel S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1754, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 69.141.539/0001-67 ("Banco Credibel") e que atendam às condições e aos critérios de origemação, formalização e elegibilidade, conforme estipulados no Regulamento e (ii) de forma complementar, por meio da aplicação de seus recursos em ativos financeiros e modalidades disponíveis no mercado, de acordo com os critérios de composição e diversificação da Carteira do Fundo.

3.2. O objetivo do FUNDO, assim como o *Benchmark* de rentabilidade, os procedimentos de constituição de reserva de pagamento de amortizações e resgate e quaisquer outras disposições estabelecidas no Regulamento não constituem, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora e da Gestora, consistindo apenas um objetivo a ser perseguido pelos mesmos.

3.3. Quanto aos principais riscos associados ao investimento no Fundo, decorrentes das características dos mercados nas quais o mesmo investe, destacam-se:

I. **Risco de mercado.** Os ativos financeiros de liquidez diária do Fundo são contabilizados a valor de mercado, que é afetado por fatores econômicos gerais e específicos como, por exemplo, alteração de legislação e de política econômica, situação econômico-financeira dos emissores dos títulos e ciclos econômicos. Dessa forma, podem ocorrer oscilações nos preços dos títulos e valores mobiliários que compõem a Carteira do Fundo, podendo acarretar em uma depreciação do valor das Quotas. Em caso de queda do valor dos ativos que compõem a Carteira do Fundo, o

Patrimônio Líquido do Fundo poderá ser afetado negativamente. A queda do valor dos ativos integrantes da Carteira do Fundo poderá se estender por períodos longos e/ou indeterminados. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e a Cedente não poderão ser responsabilizados por qualquer depreciação devido às oscilações de mercado.

II. **Risco de limitação de ativos do Fundo.** A única fonte de recursos do Fundo para o pagamento aos Quotistas das amortizações e resgate das Quotas é o pagamento do valor dos Direitos Creditórios pelos respectivos Devedores e dos Ativos Financeiros pelos respectivos emitentes, ou, no caso de negociação dos Ativos Financeiros em mercado secundário, pelas respectivas contrapartes. Após esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos referidos ativos, o Fundo não disporá de quaisquer outros recursos para efetuar a amortização e/ou o resgate, total ou parcial, das Quotas e o correspondente pagamento aos Quotistas.

III. **Risco de liquidez.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Ativos Financeiros que compõem o seu patrimônio e aos mercados em que eles são negociados, incluindo a eventual impossibilidade de a Administradora e/ou a Gestora, alienarem os seus respectivos ativos em caso de necessidade, especialmente os Direitos Creditórios, devido à inexistência de mercado secundário ativo e organizado para a negociação deste tipo de ativo. Considerando-se que o Fundo somente procederá às amortizações e/ou ao resgate das Quotas na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos pelos respectivos Devedores, e/ou os Ativos Financeiros sejam devidamente liquidados pelas respectivas contrapartes, tanto a Administradora e a Gestora quanto o Custodiante encontram-se impossibilitados de assegurar que as amortizações e/ou o resgate das Quotas ocorrerão nas datas originalmente previstas, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora e o Custodiante, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza.

IV. **Risco de crédito.** Existe o risco dos emissores de títulos e ativos financeiros de renda fixa e/ou os Devedores de Direitos Creditórios que integrem ou que venham a integrar a Carteira de ativos do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo.

V. **Risco de modalidade de investimento recente e sofisticada.** O Fundo enquadra-se em modalidade de investimento recentemente instituída no Brasil, não havendo histórico disponível no mercado que possibilite aos investidores verificar a consistência dos retornos e da performance dos fundos da espécie no longo prazo.

VI. **Riscos relacionados à fatores macroeconômicos.** A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou regulatórias, assim como em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco descritos neste Capítulo, poderá resultar em perda, pelos Quotistas, do valor principal de suas aplicações. Não será devida pelo Fundo, pela Cedente, pela Administradora, pela Gestora ou pelo Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, qualquer indenização, multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante do risco aqui descrito.

VII. **Inexistência de rendimento predeterminado.** O valor unitário das Quotas será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos nos Artigos 50 e 51 acima. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese

de amortização e/ou resgate de suas respectivas Quotas Seniores, e não representa nem deverá ser considerada, sob qualquer hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, da Gestora ou do Custodiante e de suas respectivas Partes Relacionadas em assegurar tal remuneração aos referidos Quotistas.

VIII. **Fundo fechado.** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que as Quotas somente serão resgatadas na Data de Resgate ou ao término do Prazo de Duração, ou ainda em virtude de liquidação antecipada do Fundo, não havendo por parte da Administradora, da Gestora ou do Custodiante qualquer obrigação de adquirir qualquer quantidade de Quotas dos quotistas do Fundo. Dessa forma, os investidores do Fundo estarão sujeitos à baixa liquidez do mercado secundário de quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, não havendo qualquer garantia de que os investidores do Fundo encontrarão compradores no mercado secundário para suas Quotas, ou, caso encontrem, não há qualquer garantia de que o preço praticado atenderá às expectativas dos investidores do Fundo, havendo, inclusive, a possibilidade destes incorrerem em perdas quando de uma eventual alienação no mercado secundário.

IX. **Liquidez reduzida das Quotas.** As quotas dos fundos de investimento em direitos creditórios enfrentam baixa liquidez no mercado secundário brasileiro. Por conta dessa característica e do fato de o Fundo ter sido constituído na forma de condomínio fechado, ou seja, sem admitir a possibilidade de resgate de suas Quotas a qualquer momento, os Quotistas podem ter dificuldade em vender suas Quotas no mercado secundário.

X. **Descompasso entre as taxas de atualização das Quotas e dos ativos do Fundo.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios e, também, em Ativos Financeiros que comporão a Carteira do Fundo. Os Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo serão atualizados diariamente de acordo com regime de competência de apropriação de juros, enquanto os Ativos Financeiros serão atualizados diariamente de acordo com o critério de remuneração da respectiva aplicação. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado diariamente na forma do disposto nos Artigos 50 e 51 acima, mesmo com a ativa gestão da Administradora e da Gestora, poderá ocorrer o descompasso entre as taxas de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros e (ii) das Quotas. A Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, inclusive pela eventual perda do valor principal de suas aplicações, em razão de tal descompasso.

XI. **Hedge indisponível ou imperfeito.** Nos termos do Artigo 30 do Regulamento, a Gestora, deverá realizar operações com derivativos, com o propósito de mitigar, total ou parcialmente, os riscos de descasamento entre a taxa de atualização das Quotas e a taxa de atualização dos ativos do Fundo. É possível, entretanto, que, no momento em que a Gestora tentar realizar as operações com derivativos (i) não exista contraparte disposta a firmar as operações com o Fundo e (ii) o Fundo não consiga firmar operação com exatamente o mesmo montante, taxa de juros e prazo das operações ativas do Fundo. Tais riscos poderão ocasionar perdas ao Fundo.

XII. **Risco de Instrumentos Derivativos.** A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas. Mesmo para o Fundo, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção

das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “*hedge*” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao Fundo.

XIII. **Risco de liquidação antecipada das Quotas.** Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento, o Fundo poderá resgatar as Quotas ou proceder à sua amortização em data anterior às previstas no presente instrumento. Neste caso, os Quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Administradora, a Gestora, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

XIV. **Risco do resgate das Quotas Seniores em Direitos Creditórios cedidos.** Na hipótese da assembléia geral de quotistas do Fundo deliberar o resgate das Quotas Seniores mediante a entrega de Direitos Creditórios cedidos, conforme autorizado pelo Artigo 15, §1º, da Instrução CVM 356, os titulares das Quotas Seniores poderão encontrar dificuldades para (a) vender os Direitos Creditórios cedidos recebidos; e/ou (b) cobrar os valores eventualmente devidos pelos Devedores em relação aos Direitos Creditórios cedidos inadimplentes.

XV. **Risco operacional.** Considerando que a Cedente não preenche por completo as CCBs no ato de concessão do empréstimo ou financiamento, sendo esta apenas preenchida no caso de inadimplemento do Devedor, e não obstante o disposto no Artigo 891 do Código Civil Brasileiro, que permite o preenchimento dos títulos de crédito em data posterior à de emissão, caso ocorra alguma falha nos processos de constituição ou de manutenção dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios e/ou nos processos operacionais de cobrança e fluxos financeiros, o Fundo poderá ser afetado negativamente. Ademais, o pagamento relativo ao financiamento para aquisição dos Veículos em instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, bem como o repasse de tais recursos ao Custodiante, e posteriormente ao Fundo, podem atrasar, ou deixar de ocorrer, por diversos motivos, tais como falhas ou problemas internos das instituições financeiras em que foram feitos os pagamentos dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo.

XVI. **Risco de crédito e de ausência de coobrigação da Cedente.** A Administradora, a Gestora, o Custodiante, a Cedente e suas respectivas Partes Relacionadas não assumem qualquer responsabilidade pelo adimplemento ou solvência dos Devedores ou dos coobrigados, conforme o caso. Assim, o recebimento do valor dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo depende exclusivamente da solvência e do efetivo pagamento pelos Devedores, e, conforme o caso, da solvência e capacidade de pagamento de tais terceiros, bem como, da execução de eventuais garantias e da alienação fiduciária do veículo financiado, em garantia do pagamento dos Direitos Creditórios. Em vista de que os Direitos Creditórios são a principal fonte de recursos para o cumprimento das obrigações do Fundo perante os Quotistas, o não pagamento, pelos Devedores, dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo ou pelos coobrigados, poderá comprometer o recebimento, pelos Quotistas, dos valores correspondentes às suas Quotas. É possível que a execução do bem dado em garantia em benefício do Fundo possa arrecadar valor inferior ao esperado, ocasionando prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

XVII. **Critérios de Elegibilidade.** Os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da Carteira depende integralmente da situação econômico-financeira dos Devedores. Dessa forma, embora assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância

pela Administradora, pela Gestora e/ou pelo Custodiante, dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência dos Devedores.

XVIII. Risco de descontinuidade. Não obstante os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões já realizadas, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios pela Cedente ao Fundo depende (i) da Cedente continuar a contratar com seus Clientes as operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões, de forma a gerar novos Direitos Creditórios; e (ii) dos Devedores contratarem ou continuarem a contratar tais financiamentos e empréstimos. Ainda que a Cedente disponha de toda a infra-estrutura, recursos, conhecimento e tecnologia que suportem a continuidade das operações de concessão de financiamento para aquisição de Veículos, e de empréstimo pessoal garantido por alienação fiduciária de Veículos Leves ou Caminhões, não há como assegurar que a demanda por tais financiamentos e empréstimos permitirá a continuidade da geração de Direitos Creditórios e, conseqüentemente, da manutenção da cessão de Direitos Creditórios da Cedente para o Fundo.

III.1. A análise da correta constituição dos Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo será feita com base nos documentos a serem apresentados pela Cedente, em conformidade com o Artigo 19 supra, e a conclusão acerca do enquadramento aos Critérios de Elegibilidade se pautará na análise de tais documentos, os quais serão presumidos legítimos, corretos, integrais pela Administradora, pela Gestora, pelo Custodiante ou qualquer outro terceiro por estes indicados.

III.2. O Custodiante realizará auditoria periódica, por amostragem, nos Direitos Creditórios, para verificar a regularidade dos Documentos Comprobatórios que lhe dão suporte. Uma vez que essa auditoria é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade de tais Direitos Creditórios. A Administradora, a Gestora e o Custodiante não são responsáveis pela existência e/ou correta e suficiente formalização dos Direitos Creditórios.

IV. Risco de liquidação antecipada pelos Devedores dos Direitos Creditórios. Os Devedores podem, a qualquer tempo, proceder ao pagamento antecipado de suas obrigações contratadas nas CCBs. Este evento poderá prejudicar o atendimento, pelo Fundo, de seus objetivos definidos no Regulamento e/ou afetar sua capacidade de atender aos índices, parâmetros e indicadores definidos no Regulamento.

V. Não Substituição dos Boletos Bancários relativos aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo. O Fundo e a Cedente decidiram não emitir novos Boletos Bancários relativos aos Direitos Creditórios cedidos, com o objetivo de substituir a Cedente pelo Fundo como cedente no corpo de tais Boletos Bancários. Tal decisão, entretanto, não implica na impossibilidade da emissão de novos Boletos Bancários com o objetivo de substituir erros ou incorreções naqueles originalmente emitidos ou como 2ª via, no caso de extravio ou inutilização dos mesmos. Por tal razão, os Direitos Creditórios cedidos continuarão sendo pagos pelos respectivos Devedores por meio dos Boletos Bancários originalmente enviados pela Cedente (ou por outros por esta última emitidos em reposição àqueles originalmente emitidos), os quais, quando pagos, geram a transferência automática, pelo Custodiante, dos recursos entregues pelos Devedores para a Conta do Fundo. A Cedente autorizou o Custodiante, responsável pelo processamento do recebimento de recursos decorrente do pagamento dos Boletos Bancários, a transferir, automaticamente, tais recursos

para a Conta do Fundo. Entretanto, é possível que a Cedente tente impedir ou dificultar tais transferências. Nesse caso, a Cedente pode conseguir receber e movimentar os recursos recebidos dos Devedores, em prejuízo do Fundo e/ou tais recursos podem vir a ser bloqueados por decisão judicial até que eventual litígio a respeito da titularidade dos mesmos e/ou da validade da revogação da autorização concedida ao Custodiante seja resolvido.

VI. Risco de ausência de notificação dos Devedores. Em vista da dificuldade operacional em se notificar os Devedores dos Direitos Creditórios acerca da realização da cessão ao Fundo pela Cedente, eventualmente, os Devedores podem vir a realizar o pagamento relativo aos Direitos Creditórios diretamente à Cedente, seja o pagamento no curso normal do financiamento, ou a liquidação antecipada do financiamento. Neste caso, a Cedente receberá tais valores na qualidade de fiel depositária, em benefício do Fundo, e deverá repassar tais valores ao Fundo em até 2 (dois) dias úteis da data em que receber os recursos, porém, tal procedimento pode não se concretizar, em virtude de diversos fatores, inclusive em razão de falhas operacionais ou problemas de crédito da Cedente, o que poderá causar prejuízo ao Fundo e aos Quotistas.

VII. Risco da Cedente como fiel depositária dos Documentos Comprobatórios. Os Documentos Comprobatórios relativos aos Direitos Creditórios serão guardados pela Cedente ou por empresa a ser contratada pela Cedente, até o integral pagamento do Direito Creditório ou sua eventual cessão pelo Fundo. A Cedente e a empresa acima referida, na qualidade de fiéis depositárias, serão responsáveis pela guarda da documentação física representativa dos créditos cedidos ao Fundo. Embora a Cedente e a mencionada empresa tenham a obrigação de permitir ao Custodiante e ao Fundo o livre acesso à referida documentação, a guarda desses documentos por terceiros poderá representar dificuldades à verificação da constituição e performance dos créditos cedidos. O Custodiante realizará a verificação da regularidade dos Documentos Comprobatórios. Entretanto, a verificação física da regularidade dos Documentos Comprobatórios será realizada apenas por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Tendo em vista que tal auditoria será realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a Carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A auditoria será feita nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios especificados no Regulamento.

A Administradora e a Gestora empreenderão seus melhores esforços na seleção de ativos para composição da Carteira de Ativos do FUNDO, e se valerão de mecanismos e de sistemas de gerenciamento de riscos, que monitoram, mas não anulam referidos riscos. Apesar disso, e não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocarem em prática a política de investimento do FUNDO, a Administradora e a Gestora, individual ou conjuntamente, assim como as suas Partes Relacionadas, não se responsabilizarão por eventuais perdas que o FUNDO venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do FUNDO, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, neste Termo de Adesão. As aplicações realizadas no FUNDO não contam com garantia da Administradora, da Gestora ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

3.5 A Taxa de Administração anual será de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, caso o Patrimônio Líquido (conforme definido no Regulamento) apurado ao término de cada mês-calendário seja menor ou igual a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou à taxa de 0,175% (cento e setenta e cinco milésimos por cento) ao ano, caso o Patrimônio Líquido apurado ao término de cada mês-calendário seja

maior que R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), observado o limite mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) ao ano. A Taxa de Administração será calculada e provisionada diariamente, com base no patrimônio líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

3.6. O periódico utilizado para divulgação das informações do FUNDO é o jornal **Valor Econômico**.

Local:	Data:
Assinatura do Quotista ou representante legal:	

ANEXO 2
Relatório Preliminar da Agência Classificadora de Risco

Crédito Direto ao Consumo/Brasil
Relatório Analítico

Credibel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II – Veículos – Série 2006-1

Ratings

Emissão Classe	Montante BRL ml	Vencimento Final	Rating Atual
1a Série Sênior	56,0	Nov./2009	AA(bra)
Subordinada	24,0	Nov./2009	

bra – Escala Nacional para o Brasil.

Analistas

Finanças Estruturadas

Silvano Gersztel
55 11 4504-2600
silvano.gersztel@fitchratings.com

Jayme D. Bartling
55 21 4504-2600
jayme.bartling@fitchratings.com

Instituições Financeiras

Jean C. Lopes
55 21 4503 2600
jean.lopes@fitchratings.com

■ Fundamentos do Rating

Esta transação é uma operação de securitização de Créditos Diretos ao Consumidor (CDC) concedidos pelo Banco Credibel S.A. (Credibel) para financiamento de veículos usados. A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA(bra)' à primeira série de cotas seniores emitidas em 27 de Novembro de 2006 pelo Credibel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II – Veículos (Credibel FIDC II) em montante nominal de BRL56,0 milhões.

O rating atribuído considera a probabilidade de investidores seniores receberem, de forma pontual e integral, o principal investido acrescido da taxa benchmark de rendimento pretendido de 110% do CDI.

Ao mesmo tempo, foram integralizadas cotas subordinadas, não avaliadas pela Fitch, em montante nominal de BRL24,0 milhões a serem integralizadas pelo Credibel, perfazendo um patamar inicial e mínimo de subordinação equivalente a 30% do patrimônio líquido (PL) do fundo.

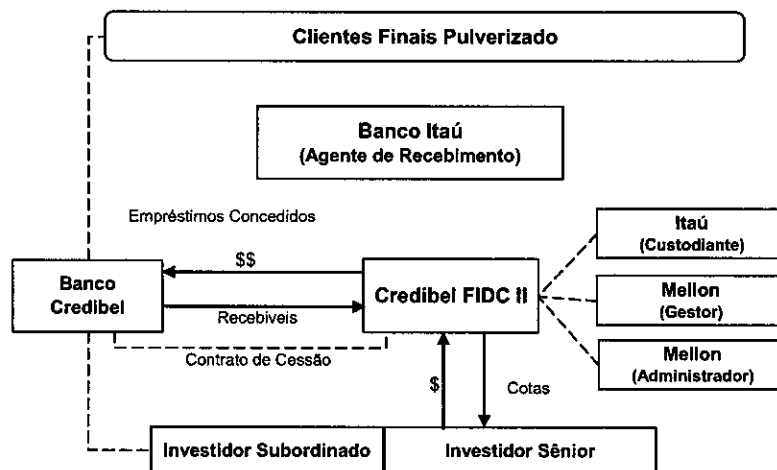
Na escala de classificação de risco da Fitch, o rating 'AA(bra)' atribuído à primeira série de cotas seniores do Credibel FIDC II é comparável a qualquer rating de crédito nacional para emissões de renda fixa atribuídos pela Fitch, sejam estas emitidas por instituições financeiras, empresas ou outra emissora.

O rating atribuído baseia-se, principalmente, nos seguintes fatores:

- Elevado patamar de pulverização dos direitos creditórios a serem cedidos; nicho de atuação do Credibel; e estrutura de garantia da operação com alienação fiduciária dos veículos;
- Reforço de crédito total de 40,3%, sendo composto de 30% de subordinação e spread excedente bruto de 10,3% a.a. A possibilidade de amortização extraordinária de cotas subordinadas caso o patamar atinja valor superior a 31% de subordinação. Contudo, a tendência apresentada na projeção do fluxo de caixa é que o acúmulo do excesso de spread ocorra de forma lenta;
- Capacidade da cedente de atuar como agente cobrador dos direitos creditórios inadimplentes em benefício do fundo, com retaguarda de cobrança, efetuada via custodiante da transação, detentor das informações da carteira cedida;
- Estrutura da proteção para descasamento de taxas de juros através de operações de derivativos, estas realizadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) na modalidade "com garantia" favorece a operação, que conta com ativo lastro de prazo longo;

Finanças Estruturadas

Fluxo Inicial da Estrutura



- Destacam-se como fatores restritivos ao rating atribuído o curto histórico de originação de créditos e os procedimentos de concessão de crédito e cobrança;
- Ampla base de dados disponível de indicadores de mercado relativos à inadimplência nesta classe de ativo, que proporciona a realização de projeções consistentes e em linha com o rating atribuído à operação.

■ Resumo da Estrutura

O emissor é um Fundo de Investimento de Direitos Creditórios (FIDC) de condomínio fechado com prazo determinado de 48 meses. O objetivo principal do fundo é conceder aos cotistas uma participação indivisível nos direitos creditórios, atendendo aos critérios relevantes de elegibilidade.

O fundo é administrado pela Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. (Mellon) e gerido pela Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda., em conformidade com o regulamento do fundo. O Banco Itaú S.A. (Itaú) realiza a custódia dos ativos e atua na qualidade de agente de recebimento dos direitos creditórios. A cobrança dos direitos creditórios inadimplentes está a cargo do Credibel.

Os recursos oriundos desta emissão se destinam à aquisição de direitos creditórios elegíveis referentes a contratos de financiamento ao consumo, notadamente CDC, concedidos para aquisição de veículos automotivos.

Esta primeira série de cotas seniores, em montante nominal de BRL56 milhões, tem prazo de duração de 36 meses. A partir de 27 de Novembro de 2006, data de primeira subscrição desta série, após um período de carência de nove meses, as cotas seniores deverão ser amortizadas trimestralmente em dez parcelas de principal e juros acumulados.

No início de atividades do fundo, o Credibel realizou subscrição de cotas subordinadas em montante nominal de BRL24 milhões, equivalentes a um patamar mínimo estabelecido em 30% do PL do fundo, sendo integralizadas em moeda nacional corrente. Esta razão de garantia mínima será verificada todo dia útil pelo custodiante. Se a subordinação exceder a 31% do PL do fundo, as cotas subordinadas poderão ser amortizadas em regime prorata, desde que respeitada a razão mínima de garantia de 30% do PL do fundo. Ao verificar que a razão de garantia está abaixo da mínima, o administrador irá notificar o cedente, que terá cinco dias corridos para recompor direitos creditórios suficientes para atender a razão de garantia mínima.

Reserva de Liquidez

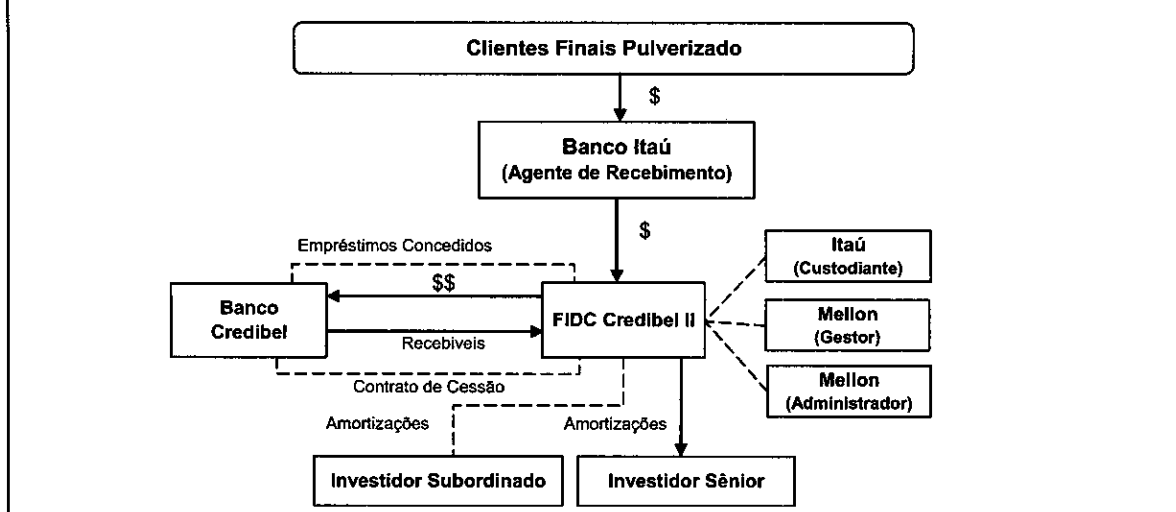
Com o objetivo de constituir uma reserva de liquidez, denominada no regulamento como Reserva de Pagamento, a compra de novos direitos creditórios elegíveis, com o fluxo de caixa oriundo dos direitos creditórios, será interrompida para atender um percentual da estimativa dos valores a serem amortizados das cotas seniores anteriormente a data de amortização programada. Esta reserva será gerida pela Mellon e deverá observar o seguinte procedimento:

Dias Corridos Anteriores	% Próxima Amortização
90	50%
60	100%
30	100%

Informações-Chave

Cedente: Banco Credibel S.A.
Administrador: Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Gestor: Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda.
Custodiante: Banco Itaú S.A. (AA+(bra)/F1+(bra))
Cordenador e Distribuidor: Banco Votorantim S.A. (AA+(bra)/F1+(bra))
Agente de Recebimento: Banco Itaú S.A.
Agente de Cobrança: Banco Credibel S.A.

Fluxo Contínuo da Estrutura



Os recursos desta reserva serão aplicados em ativos financeiros elegíveis, exclusivamente títulos públicos federais e de emissão do Banco Central, portanto consistentes com a categoria de rating atribuída às cotas seniores.

Ordem de Prioridade de Pagamento

Com os recebimentos dos direitos creditórios, o administrador e gestor do fundo irão alocar tais recursos, obedecendo à ordem de prioridade de pagamentos:

- Pagamento e/ou provisionamento de encargos e despesas relativos à administração do fundo;
- Constituição e Reposição da Reserva de Liquidez (pagamento);
- Pagamento integral da amortização programada das cotas seniores;
- Amortização extraordinária de cotas subordinadas se houver excesso de cobertura e somente após verificação que todos os índices e parâmetros previstos no regulamento do fundo estejam enquadrados; e
- O saldo remanescente será aplicado na aquisição de novos contratos de financiamento de veículos elegíveis ao FIDC.

■ Critérios de Elegibilidade

O colateral consiste dos direitos creditórios adquiridos da concessão de financiamento para aquisição de veículos pelos clientes do Banco Credibel, considerados elegíveis pelo Itaú de acordo com os critérios especificados nos documentos do fundo. Os principais critérios de elegibilidade específicos para este FIDC são:

- Os direitos creditórios a serem cedidos não devem ter prazo de vencimento superior ao vencimento

final da última série de cotas seniores em circulação;

- O devedor do direito creditório não poderá ter, na data de sua aquisição, seu nome incluso no cadastro de emitentes de cheques sem fundos do Banco Central do Brasil (Bacen) (CCF), no registro de cadastro da Centralização dos Serviços dos Bancos S.A. (Serasa) ou no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC);
- A concentração máxima por devedor será de 0,4% do PL do fundo, sendo calculada na data de cessão com base no valor de face dos direitos creditórios;
- As informações referentes ao respectivo direito creditório deverão ser transmitidas ao fundo por meio eletrônico ou magnético, de acordo com o Contrato de Cessão;
- Os direitos creditórios a serem cedidos deverão ter prazo de vencimento final superior a sessenta dias, contado da data em que foi realizada a cessão;
- Os direitos creditórios não poderão ter sido cedidos anteriormente ao fundo e devolvidos à cedente;
- O valor correspondente ao somatório do valor nominal dos direitos creditórios de titularidade do fundo, devidos por um único devedor, será igual ou inferior a BRL40 mil.

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo fundo devem obedecer, cumulativamente, as seguintes condições adicionais, que serão verificadas pela cedente:

- A idade máxima do veículo financiado não deverá ser maior do que três anos para motocicletas; vinte anos para veículos leves; e 25 para veículos pesados;

- Não haja qualquer parcela em atraso perante o Credibel no momento da cessão;
- Duas parcelas já quitadas, quando o direito creditório for referente a veículos leves, ou motocicletas; e quatro parcelas já quitadas, quando o direito creditório for referente a veículos pesados;
- Os contratos originados deverão estar de acordo com a política de crédito e constituição de garantias procedidas pelo Credibel, descrita no regulamento do fundo.
- Os direitos creditórios não poderão ter sido objeto de prévia negociação pela cedente com terceiros;
- Os direitos creditórios deverão ter seu valor limitado a 80% (oitenta por cento) do valor do veículo financiado ou dado em garantia, conforme o Termo de Avaliação do Bem.

■ Originação

Banco Credibel S.A.

A origem do Credibel está diretamente ligada ao Grupo Splice, que iniciou suas atividades em 1962 com a criação da Companhia Rede Telefônica Sorocaba (CRTS), no interior de São Paulo, estatizada em 1976. O Grupo Splice atuava principalmente no setor de telecomunicações e construção civil e, em 1998, adquiriu o controle da Tele Centro Oeste Celular Participações S.A. (TCO). No ano seguinte, a TCO criou a Norte Brasil Telecom S.A. (NBT), empresa de telecomunicações que opera nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, formando uma das principais operadoras de telefonia celular do Brasil. A partir de 2003, o Grupo Splice começou um amplo processo de reestruturação, que culminou na venda da TCO e NBT, além de outras atividades operacionais, que serviu em parte para amortizar dívidas e reforçar o caixa do grupo, o qual se mantém ainda elevado. O Grupo Splice está integralmente controlada pela família Beldi.

A Fitch não atribui ratings às empresas do Grupo Splice. Este, por sua vez, com a assessoria de consultorias renomadas, redefiniu suas estratégias em cinco áreas de atuação: bancária através do Credibel; setor imobiliário, com parcerias com construtoras renomadas; em infra-estrutura, onde avalia investimentos em estradas e hidrelétricas; agronegócios, com foco nas culturas de álcool e açúcar; e educação, através da Faculdade de Engenharia de Sorocaba (Facens). Em dezembro de 2005, os demonstrativos consolidados preliminares e não auditados da Splice do Brasil apresentavam PL de BRL334,1 milhões; ativos totais de BRL407,4 milhões; lucro líquido de BRL28,8 milhões e faturamento de BRL15,6 milhões.

Com sede em São Paulo, o Credibel foi fundado em 1992, para financiar a compra de linhas telefônicas para pessoas físicas, o que perdurou até 1998. Desde então, o banco vem passando por alguns processos de reestruturação, sendo que o mais relevante foi iniciado em 2004. O banco possui duas subsidiárias: a Credibel Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e a Credibel Corretora de Seguros S.A.

O Credibel tornou-se um dos principais negócios dos acionistas, após a venda dos investimentos em telecomunicações. O Credibel contratou executivos com experiência no mercado para a gestão das principais áreas da instituição. Estes sanearam a carteira de crédito e redefiniram toda a estratégia e foco de atuação do banco. Uma das primeiras ações da nova gestão foi dar baixa nos créditos de difícil liquidação, em montante aproximado de BRL20,7 milhões, tendo os acionistas realizado novo aporte de capital.

Em sequência, os novos administradores tornaram a estrutura do banco mais enxuta, após a demissão de funcionários, fechamento de agências e ajuste das ferramentas de controle para o novo perfil de negócios.

O Credibel atua nos segmentos de crédito: middle market para empresas com faturamento entre BRL30 milhões e BRL100 milhões, principalmente com garantia de recebíveis; e varejo, ainda em menor escala, através de cinquenta pontos de distribuição por meio de Correspondentes Bancários – Consignado para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e órgãos públicos; crédito pessoal; e, principalmente, financiamento de veículos, com idade superior a dez anos.

No banco, as decisões estratégicas são feitas através do Conselho de Administração, composto por cinco membros – os quatro acionistas controladores e o diretor geral da instituição. Todas as decisões são aprovadas de forma colegiada, a partir de reuniões e comitês formais entre os membros da diretoria e, no mínimo, dois acionistas.

Estratégias: Para 2006 e 2007, as metas de crescimento do crédito e funding são ambiciosas, dado os volumes e competição existente, e o resultado do banco deverá ser beneficiado pela evolução das atividades. A estratégia de crescimento da carteira de crédito do Credibel considera, principalmente, o aumento de operações no varejo via financiamento de veículos usados e crédito consignado, utilizando correspondentes bancários fora dos grandes centros, onde a concorrência tem sido menor. Em junho de 2006, essa carteira era de BRL57 milhões e a expectativa do banco é de que

atinja BRL87 milhões no final de 2006. O banco também espera, embora em menor escala, o aumento de operações no middle market via desconto de recebíveis. Em junho de 2006, essa carteira montava a BRL117 milhões e a expectativa é de crescimento de 25% em 2006. Com isso, o banco espera fechar 2006 com uma carteira de até BRL140 milhões, o que o levaria a apresentar lucro final em torno de BRL12 milhões e ROE entre 16% e 17%.

No funding, o Credibel tem procurado diversificar suas fontes de captação, o que a Fitch considera necessário para sua estratégia de desenvolvimento de operações no futuro. Em dezembro de 2005, o Credibel fez um FIDC de BRL25 milhões e, até o final de 2006, atualmente segue com este Credibel FIDC II no montante de BRL56 milhões. Além disso, estuda a possibilidade de emissão de linhas externas. A expectativa é que no final de 2006 o funding de terceiros represente 49,6% do total da captação (20,8% em 2005).

Dados Financeiros

Banco Credibel S.A.

	30/06/2006	31/12/2005
Total de Ativos (USD mi)	148,0	107,1
Total de Ativos (BRL mi)	320,4	250,6
Patrimônio (BRL mi)	77,0	70,5
Lucro Líquido (BRL mi)	4,1	6,5
ROA (%)	2,9	3,2
ROE (%)	11,1	9,5
Patrimônio/Ativos (%)	24,0	28,1

Fonte: Credibel

Originação/Concessão de Crédito/Cobrança

Para concessão de crédito, o Credibel adota uma política de acordo com os seguintes procedimentos:

- Análise de perfil cadastral, ou seja, informações pessoais, ocupação profissional, rendimentos, comprovação de residência, dentre outros;
- Levantamento em bancos de dados do SPC e do Serasa;
- Coleta de referências bancárias e pessoais, de crédito sobre os potenciais tomadores de crédito;
- Garantia adicional de avalista, o qual deverá cumprir todos os requisitos referentes ao potencial tomador, basicamente:
 - a) tempo mínimo de quatro meses de atividade profissional;
 - b) renda do cônjuge ou de parente de primeiro grau residente no mesmo endereço para complemento dos rendimentos mínimos necessários;
- Alienação fiduciária do veículo em garantia do pagamento do financiamento; e

- Compatibilidade do valor das parcelas do financiamento ou do empréstimo às porcentagens de comprometimento da renda mensal do potencial tomador.

A Fitch considera que as medidas de crédito conduzidas pelo Credibel estão em linha com as práticas de mercado utilizados para esta classe de ativo, contudo, cabe resaltar que a carteira de crédito do Credibel está em formação e naturalmente em fase de forte expansão, fato que eleva o potencial de exposição a perdas e eventualmente pode gerar ajustes em sua política de concessão de crédito.

Está prevista a assunção, pelo custodiante do fundo, do papel de agente cobrador de retaguarda em lugar do Credibel no evento de decretação de falência, intervenção ou liquidação extrajudicial deste.

Sistema de Cobrança/Liquidação

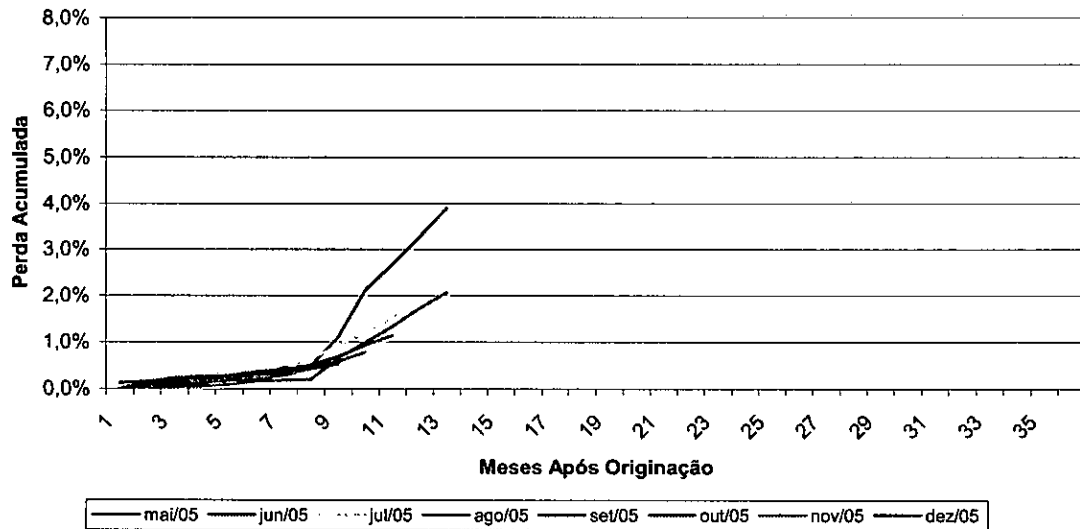
Os direitos creditórios adquiridos pelo fundo serão pagos eletronicamente na rede bancária mediante boleto de cobrança registrado pelo Itaú, porém, emitido e enviado pelo Credibel. O Itaú, na qualidade de custodiante e agente de recebimento dos direitos creditórios do fundo, será responsável pelo registro dos boletos de cobrança em que todos os pagamentos feitos sejam transferidos para conta corrente de titularidade do fundo, sem transitar por qualquer conta corrente da cedente. O Credibel mantém relacionamento contratual direto com o Itaú, que é responsável pela sua cobrança em geral, e, portanto, deverá manter este informado e com acesso a todas as informações relevantes referentes aos direitos creditórios e seus respectivos sacados.

A cedente é responsável pela cobrança dos direitos creditórios inadimplentes. Sua política política de cobrança envolve três etapas:

- **Fase Preventiva:** contato telefônico e negociação. Em caso de insucesso, o não pagamento acarretará a inclusão do tomador nos órgãos de proteção ao crédito;
- **Fase Pré-Judicial:** comunicação aos órgãos de proteção ao crédito e cobrança através de notificação em cartório. Se não houver acordo, ocorrerá decisão acerca de ajuizamento ou não de ação de busca e apreensão e/ou protesto e execução do direito creditório inadimplente; e
- **Fase Judicial:** processo já ajuizado para recuperação do direito creditório inadimplente e gerenciamento da guarda e da venda do veículo alienado em garantia.

Se nenhuma dessas medidas forem eficientes para solucionar a inadimplência, o custodiante instruirá a cedente a iniciar a cobrança extrajudicial. A cedente é responsável por todas as despesas referentes aos

Histórico: Safra de Originação



Elaboração: KPMG

procedimentos judiciais de cobrança. Para essa transação, direitos creditórios vencidos e não pagos por mais de 180 dias, assim como os vencidos do mesmo contrato de financiamento, serão considerados como perda efetiva em detrimento das cotas subordinadas.

■ Amortização Antecipada/Liquidação

Na ocorrência de certos eventos, o administrador convocará assembléia de cotistas para decidir se tal evento é ou não motivo para amortização/liquidação antecipada das cotas. Caso seja decidido que sim, a aquisição de direitos creditórios adicionais será interrompida e todo o caixa será retido e direcionado para liquidação das cotas seniores ainda em circulação.

Eventos de Avaliação

Alguns eventos de avaliação específicos são:

- Aquisição reiterada de direitos creditórios, pelo fundo, em desacordo com os Critérios de Elegibilidade;
- Rebaixamento do rating inicialmente atribuído às cotas seniores do fundo.
- Caso a taxa DI de qualquer dia útil seja 130% superior a taxa DI do dia útil anterior;
- Caso o Credibel não ofereça direitos creditórios elegíveis em quantidade de até 50% das disponibilidades do fundo, após a Reserva de Pagamento, por períodos superiores a dez dias ininterruptos;
- Caso a administradora não constitua, no prazo e percentual estipulados, a Reserva de Pagamento prevista no regulamento do fundo;

- Caso ocorra amortização das cotas subordinadas em desacordo com o regulamento;
- Caso ocorra inadimplemento da cedente ou controladas em valor igual ou superior a BRL10 milhões;
- Caso as parcelas vencidas e não pagas entre trinta e sessenta dias supere 11% da carteira de direitos creditórios;
- Caso as parcelas vencidas e não pagas entre sessenta e noventa dias supere 9,5% da carteira de direitos creditórios;
- Caso as parcelas vencidas e não pagas entre noventa e 120 dias supere 8,5% da carteira de direitos creditórios;
- Caso as parcelas vencidas e não pagas entre 120 e 150 dias supere 7% da carteira de direitos creditórios;
- Caso as parcelas vencidas e não pagas acima de 151 dias supere 6% da carteira de direitos creditórios.

Os eventos de avaliação serão verificados pelo custodiante diariamente. Caso o fundo fique desenquadrado quanto ao nível mínimo de subordinação, o administrador deverá suspender a aquisição de novos direitos creditórios até que este seja restabelecido.

Eventos de Liquidação Antecipada

Alguns eventos de liquidação antecipada específicos incluem:

- Caso as cotas seniores não forem amortizadas na data programada;

- Caso o fundo permaneça desenquadrado com relação ao patamar mínimo de subordinação de 30% do PL do fundo por período superior a cinco dias úteis;
- Caso haja pedido de decretação de falência, intervenção, liquidação extrajudicial, regime de administração especial temporária com relação à cedente, ou ao custodiante, ou à administradora;
- Caso haja rescisão do contrato de custódia, sem que seja nomeado substituto.

■ Análise do Fluxo de Caixa

Análise do Colateral

Para derivar uma expectativa de cenário básico para a perda acumulada da carteira de direitos creditórios que lastreia esta respectiva série de cotas seniores, a Fitch analisou dados estatísticos por safra de originação do Credibel, entre maio de 2005 e junho de 2006, elaborados pela KPMG Auditores Independentes (KPMG). O uso de dados estatísticos por safra de originação fornece uma estimativa mais adequada de perdas acumuladas líquidas de quaisquer recuperações, comparadas às estatísticas consolidadas de performance da carteira, visto que os efeitos diluidores de crescimento da carteira são removidos.

Em vista do curto histórico de originação desta modalidade de crédito pelo Credibel, observamos que, apesar de crescente, tal histórico não é suficiente em termos de volume e período observado para concluir uma expectativa de perda acumulada líquida. Por exemplo, da safra de originação mais antiga deste levantamento, apresenta um prazo remanescente de aproximadamente vinte meses, com volume de originação de contratos pouco expressivo em relação às safras de originação mais recentes. Portanto, a Fitch estipulou uma curva de perda acumulada líquida utilizando como base o comportamento de inadimplência deste segmento e desempenho de carteiras semelhantes, sendo ajustados para refletir a composição da carteira deste fundo.

Do período observado de 14 meses, o prazo médio ponderado dos financiamentos foi de 34 meses com concentração em veículos leves (65%), motocicletas (30%) e outros financiamentos (5%). Atualmente, veículos pesados não são representativos na originação.

Reforço de Crédito

Para atingir ratings nacionais elevados é necessário um reforço de crédito para proteger os investidores seniores contra perdas realizadas em função da deterioração na performance dos direitos creditórios lastreantes. Fatores que poderão afetar a performance dos direitos creditórios lastreantes de financiamento

de veículos incluem: deterioração no processo de concessão de crédito do Credibel; interrupção ou transferência de serviço de cobrança; turbulências econômicas; e níveis de recuperação sobre veículos retomados abaixo do esperado.

Normalmente considerado um fator relevante nesta classe de ativo, a depreciação do veículo não foi considerada de maior relevância nesta análise, tendo em vista o nicho de atuação estratégica do Credibel voltado para veículos com idade elevada e concentração no segmento de motocicletas, que, historicamente, apresenta baixo patamar de recuperação.

O reforço total de crédito de 40,3% para as séries de cotas seniores consiste de uma subordinação inicial de 30% e spread excedente bruto de 10,3%. O spread excedente bruto é definido como a rentabilidade bruta da carteira deduzida da remuneração das cotas seniores e despesas do fundo. O spread excedente bruto é disponibilizado para assegurar que, caso ocorram inadimplências e perdas, o valor nominal das cotas subordinadas não será afetado de imediato. O valor líquido dessa margem será incorporado às cotas subordinadas e poderá retornar à cedente mensalmente na forma de amortização. Para essa transação, a Fitch considera disponível um spread excedente bruto de 10,3% a.a.

Spread Excedente Bruto Disponível

Taxa Média Contratual (a.a.)	42,6%
(a) Taxa de Cessão (155% do CDI)	21,4%
(b) Rendimento Cota Sênior (110% CDI x 70% do PL)	(10,6%)
(c) Despesas Operacionais	(1,0%)
(a+b+c) Spread Excedente Bruto	10,3%

O fundo irá adquirir os direitos creditórios a taxa de cessão inferior à taxa contratual, resultando em um preço de aquisição de BRL80,0 milhões. Entretanto, utilizando um prazo médio ponderado de 36 meses e taxa média contratual de 42,6% a.a., o saldo devedor de principal da carteira de direitos creditórios no início do fundo estará estimado em BRL66,6 milhões. A diferença destes valores de BRL13,4 milhões representa o ágio pago pela aquisição da carteira, ou seja, receita financeira antecipada à cedente. Ao considerar esta antecipação em relação do reforço de crédito disponível, a subordinação inicial do fundo seria ajustada de 30% para 16%.

Fluxo de Caixa

A Fitch desenvolve seu próprio modelo de fluxo de caixa simulado para aplicar em cada transação analisada. Diferentes cenários de estresse são incorporados ao modelo de fluxo de caixa para avaliar o efeito dos riscos inerentes da transação, tal como a deterioração da performance dos ativos

poderia refletir no fluxo de caixa da carteira frente aos compromissos para os cotistas seniores. Através do modelo de fluxo de caixa, a Fitch constituiu um cenário base, simulado para a emissão desta primeira série de cotas seniores, e utilizou as seguintes premissas:

- Montante inicial subscrito em cotas seniores de BRL56 milhões e em cotas subordinadas de BRL24 milhões;
- 100% do PL do fundo investido em direitos creditórios a partir do primeiro dia;
- Prazo médio de vencimento por contrato de 36 meses;
- Aquisição pelo fundo dos direitos creditórios a taxa de cessão equivalente a 57% da taxa média contratual de juros dos financiamentos ofertados. Neste caso, foi utilizada a taxa contratual de juros de 3,0% a.m., sendo adquirido pelo fundo com ágio a taxa de cessão de 1,71% a.m.;
- Utilização de taxa benchmark de 110% sobre o CDI de 13,75% ao ano para pagamento da cota sênior, mantida constante ao longo do prazo das cotas seniores e contratação de derivativos de renda fixa registrados na BM&F com modalidade de garantia;
- Performance da carteira em questão modelada com hipóteses de inadimplência e perdas históricas observadas no trabalho da KPMG sobre a carteira da Credibel e, para complementação de informações relativas a perdas acumuladas foi realizado trabalho comparativo entre as carteiras já observadas pela Fitch, conforme mencionado acima, com o objetivo de compor um cenário de projeção de perda esperada. A Fitch considerou uma perda acumulada esperada acima de 180 dias de 8,2% da totalidade de direitos creditórios, patamar mais conservador que o estimado pela administração do Credibel;

As premissas foram submetidas aos diversos cenários de estresse e como resultado obtivemos o reforço de crédito necessário e condizente com a categoria de rating atribuída.

Risco de Desvio de Pagamentos

Nesta operação, este risco é mitigado pelas medidas estruturais de cobrança, celebradas entre as partes, que visam segregar os pagamentos pertencentes do fundo aos da cedente.

No caso desta primeira série, todas as cobranças serão realizadas via boleto bancário e centralizadas em uma conta corrente mantida no Itaú.

Descasamento da Taxa de Juros

Os direitos creditórios adquiridos são ativo financeiros que rendem uma taxa prefixada, fazendo frente ao rendimento pós-fixado das cotas seniores do fundo. Além da volatilidade da taxa de juros atrelada às cotas seniores, tal exposição de descasamento de taxas é também influenciada pelo prazo dos direitos creditórios. No caso desta transação, o administrador contratará instrumentos derivativos de renda fixa, de modalidade com garantia, registrados na BM&F.

Considerações Legais

A Fitch entende que a estrutura legal do fundo é sólida e que uma eventual decretação da falência da cedente dos direitos creditórios não comprometeria a titularidade dos direitos creditórios. A Fitch solicitou, e espera receber, parecer legal ressaltando que, no evento de decretação da falência ou intervenção da cedente, os direitos creditórios cedidos e transferidos da cedente para o fundo constituirão uma cessão perfeita e acabada e não um empréstimo com garantia de direitos creditórios. Portanto, ressalta que, neste caso, os direitos creditórios de titularidade do fundo não deverão ser incorporados à massa falida ou ao processo de intervenção.

Monitoramento

A Fitch irá monitorar o perfil creditício da transação em base regular ou conforme justificado pelos acontecimentos. Esse monitoramento garante que os ratings atribuídos permaneçam, na opinião da agência, como um reflexo apropriado do risco de crédito das cotas emitidas.

Copyright © 2006 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004.

Telefone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros coobrigados, underwriters e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável), por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercado, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

DECLARAÇÃO

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, 231, 11º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, neste ato representada por seu Diretor abaixo assinado, na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de Instituição Administradora do CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS (o "Fundo"), declara que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da oferta das quotas seniores da primeira série do Fundo e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2007.

MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A., Instituição Administradora do
CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS

JOSÉ CARLOS XAVIER DE OLIVEIRA
DIRETOR

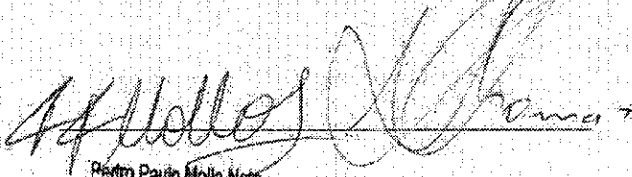
DECLARAÇÃO

BANCO VOTORANTIM S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, n.º 999, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 55.588.111/0001-03, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de Coordenador da oferta da primeira série de quotas seniores do CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS (o "Fundo"), declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na qualidade de administradora do Fundo, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão a respeito da oferta.

São Paulo, 18 de dezembro de 2006.

BANCO VOTORANTIM S.A., Coordenadora da oferta da primeira série de quotas seniores do
CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS




Pedro Paulo Mello Neto
Diretor

Mário A. Thomazi
Diretor

ANEXO 5
Estatuto Social do Banco Credibel S.A.

BANCO CREDIBEL S/A

ESTATUTO SOCIAL

CAPITULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINS

ARTIGO PRIMEIRO

O **BANCO CREDIBEL S/A** é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto e pela legislação aplicável em vigor.

ARTIGO SEGUNDO

O Banco tem sede social e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo único - Sempre que o interesse social o exigir, o Banco poderá, a critério e por deliberação de sua Diretoria, abrir, manter e fechar escritórios, sucursais, filiais, agências e outras dependências, no País, ou no exterior, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor e mediante autorização do Banco Central do Brasil.

ARTIGO TERCEIRO

O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

ARTIGO QUARTO

A sociedade tem por objeto social a realização de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (Comercial, de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimento, e de Câmbio), de acordo com as normas legais e regulamentares em vigor.

CAPITULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO QUINTO

O capital social é de **R\$86.375.340,00**, dividido em **210.180** ações nominativas, sendo **153.366** ordinárias e **56.814** preferenciais, sem valor nominal.

IR

As

ARTIGO SEXTO

Nas deliberações da Assembléia Geral cada ação ordinária dará direito a um voto.

ARTIGO SÉTIMO

A sociedade poderá emitir certificados múltiplos de ações ou cautelas que as representem, sempre assinadas por dois diretores.

ARTIGO OITAVO

A sociedade observará, quanto à negociação ou à subscrição de ações, as disposições constantes de Acordo de Acionistas, quando existente e arquivado na sua sede.

ARTIGO NONO

Os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de aumentos do Capital na proporção das ações que possuem.

Parágrafo Primeiro - O acionista que pretender ceder seu direito, de preferência deverá, previamente, por escrito, oferecê-lo aos demais.



Parágrafo Segundo - O acionista que pretender alienar suas ações, no todo ou em parte, deverá, previamente, por escrito, oferecê-las aos demais que, na proporção de cada qual, terão preferência na aquisição.

CAPITULO III**ASSEMBLÉIA GERAL****ARTIGO DÉCIMO**

A Assembléia Geral, convocada na forma da Lei, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, o qual convidará um acionista ou um diretor do Banco para secretariar os trabalhos, a ela competindo o exercício das funções que lhe são atribuídas em Lei e neste Estatuto Social.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, caberá tomar as contas e apreciar o relatório da administração, examinar e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, eleger os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso, fixando-lhes a respectiva remuneração.



ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á, mediante convocação na forma da Lei, para tratar dos assuntos especificados no respectivo edital ou aviso de convocação.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Caberá ao Presidente do Conselho de Administração, a pedido do acionista interessado, fazer observar nas votações o que dispuser o Acordo de Acionistas arquivado na sede da Sociedade, se for o caso, relativamente ao exercício do voto nas assembléias.

CAPITULO IV

ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

A Sociedade será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, após sua homologação pelo Banco Central do Brasil, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores.

Parágrafo Segundo - A remuneração global dos administradores da Instituição será anualmente fixada pela Assembléia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua respectiva distribuição.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 4 (quatro) e no máximo 7 (sete) membros efetivos, residentes ou não no país, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, todos com mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - Após a eleição dos Conselheiros, estes deverão designar, dentre os eleitos, o Presidente do Conselho de Administração, que deverá convocar e presidir as reuniões do Conselho, as Assembléias Gerais, bem como indicar os respectivos secretários.

112

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer dos Conselheiros, este deverá indicar outro membro do Conselho de Administração para substituí-lo, o qual, além de praticar todos os atos que caberiam ao Conselheiro impedido ou ausente, também votará em nome do Conselheiro substituído, como se o mesmo estivesse presente à reunião. Na hipótese de renúncia ou impedimento permanente de qualquer Conselheiro durante o mandato para o qual foi eleito, nova Assembléia Geral será convocada para eleição de seu substituto, o qual completará o mandato do Conselheiro substituído.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

O Conselho de Administração se reunirá no mínimo a cada 03 (três) meses. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente ou por seu substituto indicado nos termos deste Estatuto Social, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, e com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença de, no mínimo, a metade de seus membros em exercício, por si ou representados na forma do artigo décimo sexto.

Parágrafo Único - Independentemente das formalidades previstas neste Artigo décimo oitavo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros em exercício, por si ou representados na forma do Artigo décimo sexto acima.

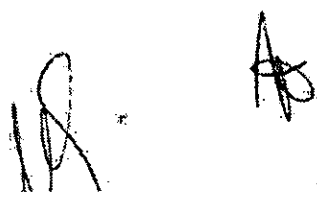
ARTIGO DÉCIMO NONO

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos de seus membros e as atas de suas reuniões serão lavradas no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, cabendo ao Presidente do Conselho, nos casos de empate, o voto de qualidade.

ARTIGO VIGÉSIMO

Sem prejuízo das demais matérias que lhe são atribuídas por lei ou por este Estatuto Social, competirá ao Conselho de Administração deliberar a respeito das seguintes matérias:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Instituição;
- (b) eleger e destituir os Diretores da Instituição, fixando-lhes as atribuições, observadas as disposições do presente Estatuto Social;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando a qualquer tempo, os livros e papéis da Instituição, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de ser celebrado e quaisquer outros atos ou negócios;
- (d) manifestar-se sobre os relatórios da administração, as contas da Diretoria e a destinação do resultado da Instituição;
- (e) escolher e destituir os auditores independentes da Instituição;
- (f) manifestar-se e submeter à aprovação da Assembléia Geral as propostas que disserem respeito às seguintes matérias: alteração do objeto social, dissolução, liquidação, requerimento de concordata ou falência da Instituição;
- (g) aprovar a liquidação, venda, transferência, alienação, hipoteca, oneração ou criação de qualquer gravame sobre qualquer ativo permanente da Instituição desde que não especificados;
- (h) autorizar a aquisição de participações em outras empresas;
- (i) aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Instituição e qualquer de seus acionistas e/ou controladas, coligadas ou sociedades sob o controle comum dos seus acionistas e/ou membros do Conselho de Administração ou Diretoria;
- (j) submissão à Assembléia Geral da proposta de destinação do lucro líquido do exercício ou períodos intermediários; e
- (k) manifestar-se e aprovar propostas de cisão, fusão e incorporação, bem como quaisquer outras operações de reestruturação societária aprovadas pela diretoria.

Two handwritten signatures are visible at the bottom right of the page. The first signature is a stylized, cursive 'R' or 'A' with a long horizontal stroke. The second signature is a more compact, stylized 'A' or 'B' with a horizontal stroke.

DIRETORIA

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

A Diretoria será composta por, no mínimo, 02 (dois), e, no máximo 08 (oito) diretores, sendo um Diretor Geral, um Diretor Financeiro, um Diretor Comercial, um Diretor Administrativo e os demais Diretores sem designação específica, acionistas ou não, todos residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, por maioria de votos, para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo Primeiro - Compete ao Diretor Geral privativamente: I - conduzir, em caráter amplo, os negócios do Banco, acompanhando todas as atividades, bem como aprovando planos, programas, projetos, políticas, metas e estratégias; II - representar o Banco, ativa e passivamente, em juízo e fora dele; III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria, assim como propor matérias para sua deliberação e dar execução às decisões tomadas;

Parágrafo Segundo - Compete aos demais diretores, especificamente: - ao Diretor Financeiro: conduzir as atividades do Banco na área financeira, de acordo com a regulamentação interna; - ao Diretor Comercial, conduzir as atividades do Banco dirigindo sua Carteira Comercial, de acordo com a regulamentação interna, ao Diretor Administrativo, conduzir as atividades do Banco na área administrativa, conforme regulamentação interna, e aos Diretores, sem designação específica, exercer as atribuições que lhes forem designadas pelo Diretor Geral.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

Ocorrendo vacância do cargo de Diretor da Instituição por morte, impedimento definitivo ou destituição, o Conselho de Administração elegerá um novo Diretor ou designará um dos diretores remanescentes para exercer as funções do Diretor falecido, impedido ou destituído, durante todo o tempo restante do mandato do Diretor substituído.

Parágrafo Único - No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos Diretores, suas funções serão exercidas cumulativamente por um dos demais Diretores da Instituição a ser indicado pelo Conselho de Administração.



ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

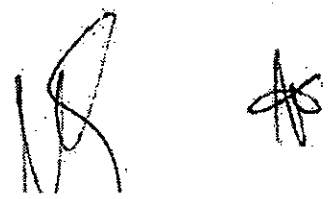
A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros com antecedência mínima de 03 (três) dias e, somente será instalada com a presença da maioria de seus membros. Observados os limites previstos no parágrafo segundo do artigo vigésimo quarto, as deliberações nas reuniões de Diretoria serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria de seus membros. Cópias das atas de reunião de Diretoria serão obrigatoriamente encaminhadas a todos os membros do Conselho de Administração.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

Observada a necessidade de aprovação prévia da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração para a prática de determinados atos conforme previsto em lei e/ou no presente Estatuto, a representação da Instituição, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros e repartições públicas federais, estaduais e municipais, e a assinatura de escrituras de qualquer natureza, de letras de câmbio, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Instituição ou que exonerem a Instituição de obrigações para com terceiros, serão obrigatoriamente praticados por (i) 2 (dois) Diretores em conjunto; (ii) qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo em conjunto; (iv) por 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Instituição em juízo ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo Primeiro - As procurações serão outorgadas em nome da Instituição por 2 (dois) Diretores agindo em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a 1 (um) ano.

Parágrafo Segundo - São expressamente vedados, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à Instituição e terceiros, os atos de qualquer, diretor, funcionário ou procurador da Instituição que a envolverem em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao objeto social, bem como concessão de garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos ou outras garantias quaisquer, salvo quando expressamente autorizado pelo Conselho de Administração.

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The first signature is a stylized, cursive 'R' or 'A' with a long horizontal stroke. The second signature is a more compact, cursive mark, possibly initials.

CAPITULO V

CONSELHO FISCAL

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido dos acionistas e será constituído por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, acionista ou não, que serão eleitos pela Assembléia Geral que deliberar o seu funcionamento.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

O Conselho Fiscal entrará em funcionamento nos casos previstos em Lei e a remuneração dos membros em exercício será fixada, dentro dos limites legais, pela mesma Assembléia Geral que os elege.

CAPITULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

O exercício social terá duração de 1 (hum) ano e terminará em 31 de dezembro.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO



Ao fim de cada exercício social proceder-se-á a elaboração das demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais.

Parágrafo Primeiro - A Sociedade levantará obrigatoriamente balanços semestrais nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, e o Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembléia Geral, poderá declarar dividendos por conta do lucro apurado nesses balanços.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO

O dividendo obrigatório será de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social.

Parágrafo Primeiro - A Assembléia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendos inferiores ao obrigatório previsto neste artigo, ou a retenção de todo o lucro.



Parágrafo Segundo - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os Órgãos da Administração, informarem à Assembléia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Sociedade ou no caso de existir exigência regulamentar que leve a tornar indispensável a capitalização dos lucros. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação.

Parágrafo Terceiro - A Assembléia Geral Ordinária deliberará sobre a aplicação de lucros remanescentes, com base em proposta do Conselho de Administração.


Parágrafo Quarto - A Sociedade por deliberação do Conselho de Administração "ad referendum" da Assembléia Geral, poderá fixar e mandar pagar os juros sobre capital próprio. O valor dos juros pagos ou creditados a título de capital próprio, nos termos da legislação e regulamentação pertinentes será imputado ao valor do dividendo obrigatório e do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela companhia, para todos os efeitos legais.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

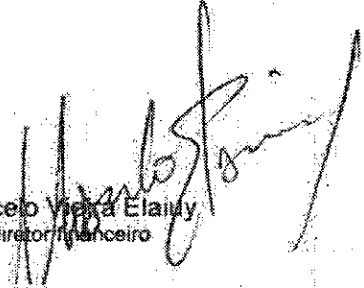
ARTIGO TRIGÉSIMO

A Sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, cabendo à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger não só o liquidante, ou liquidantes, como também, o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, fixando-lhes a remuneração.

ESTATUTO SOCIAL ATUALIZADO ATÉ A A.G.E DE 20.03.2006.


Humberto Casagrande Neto
diretor geral

BANCO CREDIBEL S/A


Marcelo Vieira Elaiury
diretor financeiro

ANEXO 6

Demonstrações Financeiras do Banco Credibel S.A.

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1
Hora: 10:18
Data: 11/08/2006
R\$ MIL

URelat11 Período: 06 / 2006

Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Quadro 7022

Desc. Quadro: Créditos Concedidos por Nível de Risco

Tipo de Operação	Montantes por Nível de Risco										Total	Total Garantido
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
00.0.0.01.01.00 Hot-money	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.02.00 Empréstimo	0,00	16.018,00	10.370,00	2.888,00	30,00	54,00	25,00	20,00	770,00	30.175,00	0,00	0,00
00.0.0.01.03.00 Desconto de Títulos e Duplicatas	0,00	1.950,00	1.816,00	1.176,00	452,00	0,00	0,00	0,00	3,00	5.397,00	0,00	0,00
00.0.0.01.04.00 Conta Garantida	14.146,00	1.935,00	27.068,00	15.330,00	0,00	0,00	0,00	49,00	11,00	58.539,00	0,00	0,00
00.0.0.01.05.00 Crédito Pessoal	54,00	5.448,00	47,00	72,00	62,00	81,00	4,00	0,00	1,00	5.769,00	27,00	0,00
00.0.0.01.06.00 CDC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.07.00 ACC	0,00	2.244,00	3.633,00	2.238,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.115,00	2.164,00	0,00
00.0.0.01.08.00 ACE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.09.00 Vendor	0,00	0,00	1.141,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.141,00	0,00	0,00
00.0.0.01.10.00 Compror	0,00	4.052,00	983,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.035,00	0,00	0,00
00.0.0.01.11.00 Financiamentos Rurais e Agroindustriais	0,00	0,00	315,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315,00	0,00	0,00
00.0.0.01.12.00 Financiamentos Imobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.13.00 Financiamentos de Títulos e Valores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.14.00 Financiamento de Infraestrutura e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.15.00 Outros Financiamentos	14,00	38.019,00	2.475,00	2.255,00	1.026,00	710,00	497,00	247,00	907,00	46.150,00	0,00	0,00
00.0.0.01.16.00 Arrendamentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.17.00 Arrendamentos Operacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.18.00 Subarrendamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.19.00 Outros Créditos	10.310,00	2.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.181,00	0,00	0,00
00.0.0.01.00.00 TOTAL	24.524,00	72.537,00	47.848,00	23.959,00	1.570,00	845,00	526,00	316,00	1.692,00	173.817,00	2.191,00	0,00

AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.

AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1
 Hora: 11:56
 Data: 28/07/2006
 R\$ MIL

URelat2 Período: 06 / 2006

Quadro 7024

Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Desc. Quadro: Cessão de Créditos

Código	Descrição	Instituições Financeiras Ligadas	Instituições Financeiras Não-Ligada	Securitizadoras Ligadas	Securitizadoras Não-Ligadas
00.0.0.01.01.00	Créditos Cedidos com Coobrigação	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.02.00	Créditos Cedidos sem Coobrigação	0,00	754,00	0,00	0,00
00.0.0.01.00.00	TOTAL	0,00	754,00	0,00	0,00
AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.					

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1
 Hora: 09:50
 Data: 27/07/2006
 R\$ MIL

URelat2 Período: 06 / 2006

Quadro 7026

Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Desc. Quadro: Imobilizado de Uso

Código	Descrição	Saldo Trimestre Anterior	Adições no Período	Baixas no Período	Saldo Trim. Referência
00.0.1.01.00.00	Móveis e Equipamentos em Estoque	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.02.00.00	Imobilizações em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.03.00.00	Imóveis de Uso	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.03.01.00	Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.03.02.00	Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.04.00.00	Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	173,00	25,00	9,00	189,00
00.0.1.05.00.00	Outros	556,00	80,00	42,00	594,00
00.0.1.00.00.00	TOTAL	729,00	105,00	51,00	783,00
AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.					

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1
Hora: 13:01
Data: 03/08/2006
R\$ MIL

URelat7 Período: 06 / 2006

Quadro 7027

Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Desc. Quadro: Obrigações - Vencimento

Código	Descrição	Sem Vencimento	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	acima de 15 anos
00.0.1.01.00.00	Depósitos		19.550,00	42.820,00	70.722,00	133,00	0,00	0,00
00.0.1.01.01.00	A Vista	6.851,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.01.02.00	A Prazo	0,00	11.434,00	35.740,00	70.722,00	133,00	0,00	0,00
00.0.1.01.03.00	Poupança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.01.04.00	Interfinanceiros	0,00	8.116,00	7.080,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.01.05.00	Em moedas estrangeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.01.06.00	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.02.00.00	Obrigações por Operações	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.03.00.00	Empréstimos no País	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.04.00.00	Empréstimos no Exterior	7.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.05.00.00	Repasses no País	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.06.00.00	Repasses no Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.07.00.00	Instrumentos Híbridos de Capital e	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.08.00.00	Dívidas Subordinadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.1.00.00.00	TOTAL	14.534,00	109.550,00	42.820,00	70.722,00	133,00	0,00	0,00

AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.

Pág.: 1
Hora: 10:24
Data: 11/08/2006
R\$ MIL

Quadro 7028

Desc. Quadro: Limites Operacionais

Código	Descrição	Exigência - Individu	Situação - Individual	Margem / Insuficiência	Exigência - Conglom	Situação - Conglomerado	Margem / Insuficiência	Exigência - Grupo Eco	Situação - Grupo Econômico	Margem / Insuficiência
00.0.0.01.00.00	Patrimônio Líquido Exigido	24.075,00	76.931,00	52.856,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.01.00	Risco de Crédito	21.814,00			0,00					
00.0.0.01.02.00	Risco de Mercado - Câmbio	0,00			0,00					
00.0.0.01.03.00	Risco de Mercado - Juros	2.261,00			0,00					
00.0.0.02.00.00	Índice de Imobilização	38.466,00	3.858,00	34.608,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.03.00.00	Patrimônio Líquido Mínimo	43.500,00	74.860,00	31.360,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.04.00.00	Capital Realizado Mínimo	43.500,00	86.376,00	42.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1
 Hora: 11:30
 Data: 02/08/2006
 R\$ MIL

URelat6 Período: 06 / 2006

Quadro 7029

Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Desc. Quadro: Resumo dos dados contábeis das dependênc

Código	Descrição	Código da Dependência	Ativos	Passivos	Resultado do Período
00.0.0.00.00.01	Primeira Dependência	248,00	311.795,00	242.535,00	1.646,00
00.0.0.00.00.02	Segunda Dependência	167,00	8.605,00	934,00	0,00
AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.					

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1

Período: 06 / 2006

Quadro: 7030 Encargos e Tributos

Hora: 11:37

URelat

Colligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Data: 16/08/2006

R\$ MIL

Código	Descrição	TOTAL
00.0.0.01.01.00	Previdência e Assistência Social	351,00
00.0.0.01.02.00	Previdência Privada	110,00
00.0.0.01.03.00	FGTS	93,00
00.0.0.01.04.00	PIS/PASEP	0,00
00.0.0.01.05.00	Indenizações pagas a empregados por dispensa	37,00
00.0.0.01.06.00	Prêmios de seguros de acidentes de trabalho	7,00
00.0.0.01.07.00	Outros benefícios concedidos aos empregados	150,00
00.0.0.01.00.00	TOTAL DE ENCARGOS	748,00
00.0.0.02.01.00	IOF	740,00
00.0.0.02.02.00	IR	914,00
00.0.0.02.03.00	CPMF	474,00
00.0.0.02.04.00	PIS/PASEP	66,00
00.0.0.02.05.00	COFINS	404,00
00.0.0.02.06.00	ISS	80,00
00.0.0.02.07.00	OUTROS	104,00
00.0.0.02.00.00	TOTAL DE TRIBUTOS	2.782,00

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1
 Hora: 12:33
 Data: 28/07/2006
 R\$ MIL

URelat1 Período: 06 / 2006
 Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Quadro 7031
 Desc. Quadro: Operações Realizadas por Correspondentes

Código	Descrição	Quantidade	Valores Movimentados
00.0.0.01.01.00	Depósitos à Vista	0,00	0,00
00.0.0.01.02.00	Depósitos a Prazo	0,00	0,00
00.0.0.01.03.00	Depósitos de Poupança	0,00	0,00
00.0.0.01.04.00	Fundos de Investimento	0,00	0,00
00.0.0.01.05.00	Ordens de Pagamento	0,00	0,00
00.0.0.01.06.00	Cobrança de Títulos	0,00	0,00
00.0.0.01.07.00	Outros	0,00	0,00
00.0.0.01.00.00	TOTAL	0,00	0,00
AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.			

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1
 Hora: 09:53
 Data: 27/07/2006
 R\$ MIL

URelat1 Período: 06 / 2006

Quadro 7032

Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Desc. Quadro: Movimentação com cheques e por meio elet

Código	Descrição	QUANTIDADE (UNIDADE)	Valores Movimentados
00.0.1.01.00.00	Cheques Compensados	3.589,00	4.063,00
00.0.1.01.01.00	Sistema Convencional	7,00	3,00
00.0.1.01.02.00	Sistema Eletrônico	3.582,00	4.060,00
00.0.1.02.00.00	Saques Eletrônicos Processados	0,00	0,00
00.0.1.03.00.00	Transferência Eletrônica	430,00	704,00
00.0.1.04.00.00	Cobrança Eletrônica	842,00	4.118,00
00.0.1.00.00.00	TOTAL	4.861,00	8.885,00
AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.			

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1
Hora: 12:37
Data: 28/07/2006
R\$ MIL

URelat2 Período: 06 / 2006

Quadro 7034

Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Desc. Quadro: Provisões

Código	Descrição	Trimestre Anterior	Adições	Subtrações	Trimestre de Referência
00.0.0.01.00.00	ATIVO	4.785,00	0,00	560,00	4.225,00
00.0.0.01.02.00	Titulos Públicos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.03.00	Titulos Públicos Estaduais e Municipais	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.04.00	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.05.00	Outros Titulos e Valores Mobiliarios	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.06.00	Operações de Crédito	4.785,00	0,00	560,00	4.225,00
00.0.0.01.07.00	Operações de Arrendamento Mercantil	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.08.00	Outros Créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.09.00	Participações Societárias	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.04.00.00	PASSIVO	1.699,00	0,00	0,00	1.699,00
00.0.0.04.01.00	Contingências com o BACEN	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.04.02.00	Contingências com outras Inst. Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.04.03.00	Passivos Trabalhistas	480,00	0,00	0,00	480,00
00.0.0.04.04.00	Outras demandas judiciais	1.219,00	0,00	0,00	1.219,00
00.0.0.04.05.00	Outras Contingências	0,00	0,00	0,00	0,00
AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.					

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1

Período: 06 / 2006

Quadro: 7035 Capital Social

Hora: 09:58

URelat

Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Data: 27/07/2006

R\$ MIL

Código	Descrição	Quantidade
00.0.1.00.00.00	Ações	210.180,00
00.0.1.01.00.00	Do Capital Integralizado	210.180,00
00.0.1.01.01.00	Ordinárias - País	153.366,00
00.0.1.01.02.00	Ordinárias - Exterior	0,00
00.0.1.01.03.00	Preferenciais - País	56.814,00
00.0.1.01.04.00	Preferenciais - Exterior	0,00
00.0.1.02.00.00	Em Tesouraria	0,00
00.0.1.02.01.00	Ordinárias	0,00
00.0.1.02.02.00	Preferenciais	0,00
00.0.2.00.00.00	Cotas	0,00
00.0.2.01.00.00	Do Capital Integralizado	0,00
00.0.2.01.01.00	Cotas - País	0,00
00.0.2.01.02.00	Cotas - Exterior	0,00

Pág.: 1
Hora: 12:43
Data: 28/07/2006
R\$ MIL

Quadro 7036

Desc. Quadro: Proventos em Dinheiro

Código	Descrição		Data Aprovação	Provento	Início do Pagamento	Ação/Cota	Valor do Provento

AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.

IFT - Informações Financeiras Trimestrais

Pág.: 1
 Hora: 18:36
 Data: 28/07/2006
 R\$ MIL

URelat2 Período: 06 / 2006

Quadro 7038

Coligada: 001 BANCO CREDIBEL S/A

Desc. Quadro: Contas de Compensação

Código	Descrição	Trimestre Anterior	Adições	Subtrações	Trimestre de Referência
00.0.0.01.00.00	Beneficiários de Garantias Prestadas	667,00	0,00	40,00	627,00
00.0.0.01.01.00	Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.02.00	Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.01.03.00	Outras	667,00	0,00	40,00	627,00
00.0.0.02.00.00	Coobrigações em Cessões de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.02.01.00	Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central	0,00	0,00	0,00	0,00
00.0.0.02.02.00	Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
AUTBANK - Projetos e Consultoria Ltda.					

ANEXO 7
Relatório dos Auditores Independentes

ABCD

Banco Credibel S.A.

**Relatório de revisão especial da
carteira de recebíveis**

Ao
Banco Credibel S.A.
São Paulo - SP

15 de agosto de 2006

Atenção: Sr. José Marcos Teixeira Costa Araújo

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para a prestação de serviços, apresentamos nosso relatório sobre a execução de determinados procedimentos pré-acordados definidos com representantes do Banco Credibel S.A. e seus parceiros estratégicos, grupo encarregado do processo de estruturação do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Nossos trabalhos foram executados em conformidade com as normas profissionais relativas à execução de trabalhos de revisão emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

Agradecemos o apoio da gerência e dos funcionários do Banco Credibel S.A. no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Ricardo Anhesini Souza
Sócio

Fernando Jun Miranda Omori
Gerente

Conteúdo

1	Introdução	1
2	Apresentação do perfil da carteira de recebíveis	2
3	Descrição dos procedimentos de revisão aplicados	13
4	Descrição do processo de crédito e cobrança	14
5	Testes de Aderência	14
6	Revisão dos procedimentos de funcionalidade do sistema relacionados à cessão dos direitos creditórios em duplicidade	23

Anexos

1 Introdução

O Banco Credibel S.A. (“Credibel” ou “Cedente”) e seus parceiros estratégicos - definidos em conjunto como Grupo Estruturador - estão desenvolvendo uma estrutura de securitização de recebíveis por meio da cessão de créditos a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC). Esses recebíveis são representados por operações de financiamento para aquisição de automóveis leves e pesados, envolvendo a alienação fiduciária dos bens objeto de financiamento, originados exclusivamente pelo Cedente. Os recebíveis serão cedidos ao FIDC mediante o atendimento a certos critérios de elegibilidade, a serem definidos pelo Grupo Estruturador.

Segundo informações fornecidas pelo Grupo Estruturador, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Confirmar, por meio de recálculo e verificação, os dados relativos às características demográficas e de desempenho da carteira de crédito, para um período histórico de 14 meses, compreendido entre 3 de maio de 2005 e 30 de junho de 2006;
- Levantar os fluxos de origemação e cobrança desses recebíveis, entendê-los e verificar sua aderência em relação às políticas estabelecidas pela Cedente dos recebíveis, com base em testes por amostragem.

Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos e foram executados, principalmente, por meio da leitura de um conjunto de informações e bases de dados fornecidas pela área de Tecnologia do Credibel, contemplando o período definido mencionado.

- Procedimentos relativos à verificação de dados demográficos:
 - Distribuição do volume mensal de contratos originados;
 - Distribuição do volume mensal de contratos originados por tipo de produto e localização geográfica;
 - Distribuição do volume financeiro e quantidade de contratos por prazo médio das operações;
 - Distribuição dos recebíveis por faixas de valor, para apurar a concentração de operações.
- Procedimentos relativos à verificação da pontualidade e do desempenho de crédito:
 - Cálculo do prazo médio de atraso e respectivos desvios-padrão;
 - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos na data-base de nossos trabalhos;
 - Distribuição dos volumes financeiros a vencer, liquidados e vencidos, segregados pelos respectivos meses de origemação (*Pool* estático);
 - Identificação dos volumes e dos respectivos percentuais em relação ao total de origemações, do evento de descontos concedidos a clientes.

A base de dados utilizada para o recálculo dos índices e indicadores discutidos foi submetida a procedimentos de reconciliação com os registros contábeis do Originador, conforme apresentado no item 3 deste Relatório.

Outras informações

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria executada conforme normas de auditoria aplicáveis no Brasil e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Nossos trabalhos foram executados no período de 17 de julho a 15 de agosto de 2006 e tomaram por base a estrutura das áreas de Crédito e Cobrança e Tecnologia vigentes naquele período. Conforme acordado com representantes do Grupo Estruturador da operação, não foi requerida a atualização dos dados entre a data de conclusão de nossos trabalhos e a data de emissão deste relatório.

Este relatório é de uso exclusivo do Banco Credibel S.A. e seus parceiros estratégicos envolvidos na operação em questão, não podendo ser distribuído a terceiros sem nosso prévio consentimento.

2 Apresentação do perfil da carteira de recebíveis

2.1 Dimensionamento da produção mensal

O somatório dos arquivos gerados pela Cedente indica que esta gerou, no período de 14 meses sob análise - entre 3 de maio de 2005 e 30 de junho de 2006 - um volume de 11.313 contratos, com um valor total de parcelas (PMT) de R\$ 100.437 mil.

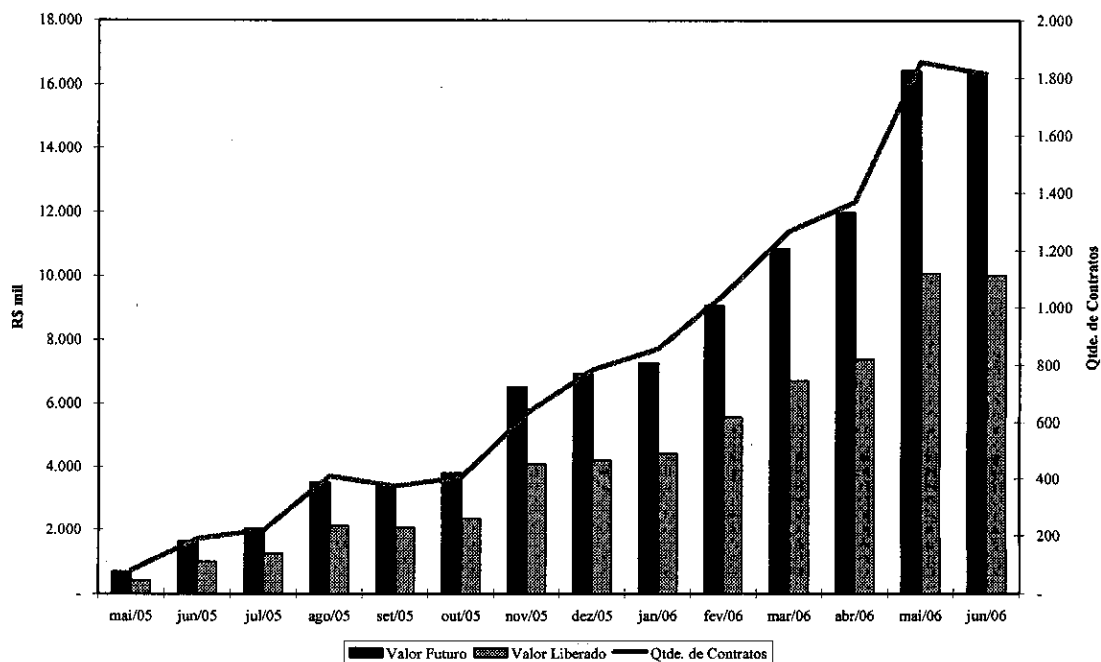
Uma consideração necessária em uma operação de securitização de recebíveis *revolving* é a capacidade de originação continuada, ou seja, a Cedente necessita ter capacidade de prover recebíveis em uma base constante, a fim de absorver a liquidez gerada com o recebimento, pelo FIDC, das operações vencidas e liquidadas.

Assim, foi compilado, para o período total de 14 meses sob análise, informações mensais referentes ao FLS da totalidade dos contratos, apresentadas na tabela e no gráfico 2.1:

Tabela 2.1 - Produção mensal referente ao valor liberado, valor das parcelas e da quantidade de contratos

Período	Σ Valor das parcelas - R\$ mil	%	Valor liberado - R\$ mil	%	Quantidade de contratos	%
mai/05	667	0,66	402	0,65	80	0,71
jun/05	1.641	1,63	976	1,58	190	1,68
jul/05	2.025	2,02	1.249	2,03	221	1,95
ago/05	3.505	3,49	2.125	3,45	410	3,62
set/05	3.392	3,38	2.064	3,35	375	3,31
out/05	3.793	3,78	2.353	3,82	407	3,60
nov/05	6.516	6,49	4.087	6,63	634	5,60
dez/05	6.934	6,90	4.203	6,82	784	6,93
jan/06	7.276	7,24	4.439	7,20	858	7,58
fev/06	9.072	9,03	5.571	9,03	1.045	9,24
mar/06	10.847	10,80	6.716	10,89	1.268	11,21
abr/06	11.995	11,94	7.387	11,98	1.369	12,10
mai/06	16.437	16,37	10.076	16,34	1.856	16,41
jun/06	<u>16.337</u>	<u>16,27</u>	<u>10.018</u>	<u>16,25</u>	<u>1.816</u>	<u>16,05</u>
Total	<u>100.437</u>	100,00	<u>61.666</u>	100,00	<u>11.313</u>	100,00

Gráfico 2.1 - Produção mensal



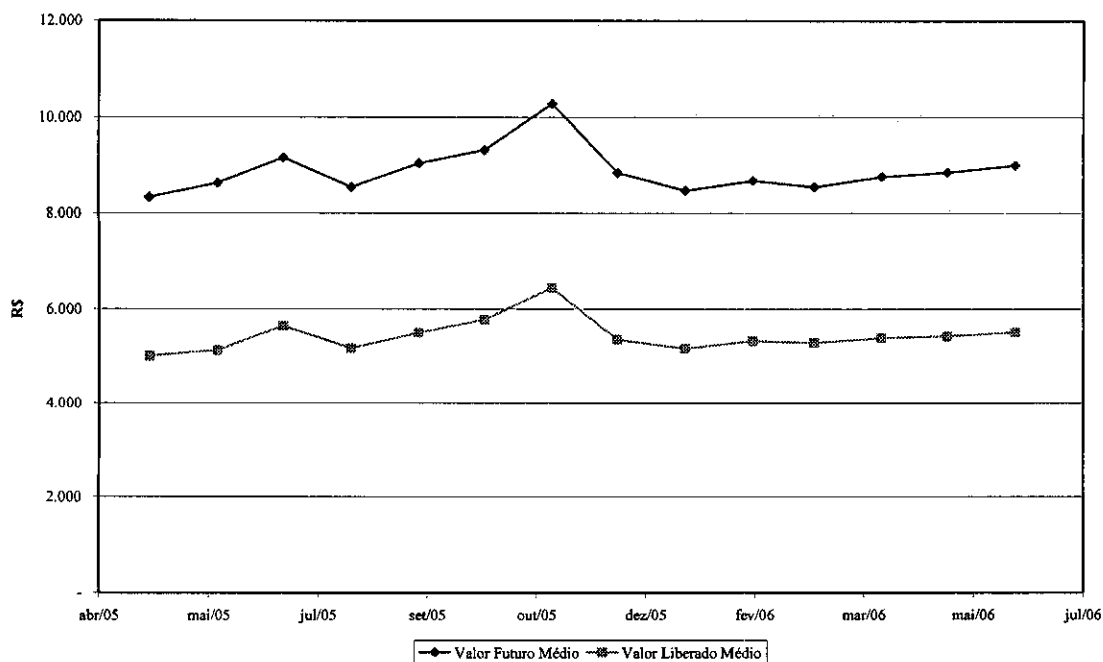
2.2 Saldo médio de contratos

Na tabela e no gráfico 2.2, são destacados os saldos médios mensais por valor liberado e por valor das parcelas.

Tabela 2.2 - Saldo médio mensal e consolidado

Período	Saldo médio - Valor futuro - R\$	Saldo médio - Valor liberado - R\$
mai/05	8.341	5.024
jun/05	8.634	5.136
jul/05	9.162	5.651
ago/05	8.549	5.182
set/05	9.046	5.505
out/05	9.319	5.782
nov/05	10.278	6.447
dez/05	8.845	5.361
jan/06	8.480	5.173
fev/06	8.682	5.331
mar/06	8.554	5.297
abr/06	8.762	5.396
mai/06	8.856	5.429
jun/06	<u>8.996</u>	<u>5.516</u>
Média geral	<u>8.878</u>	<u>5.451</u>

Tabela 2.2 - Evolução do saldo médio mensal



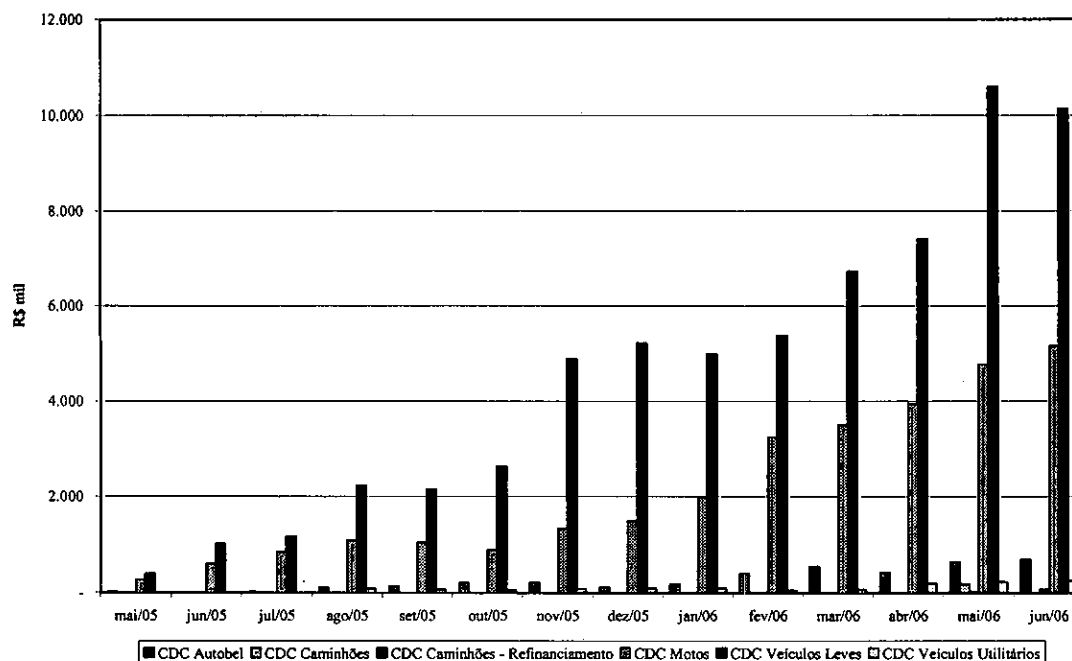
2.3 Representatividade de categorias de produtos financiados

Apresenta-se destacada a seguir, na tabela e no gráfico 2.3, a representatividade do percentual das operações referentes aos 14 meses sob análise, por categoria de produtos financiados, em volume financeiro. A base de dados disponibilizada apresenta a identificação da categoria correspondente a cada financiamento.

Tabela 2.3 - Representatividade de categorias de financiamento

Período	%						Total
	CDC Autobel	CDC Caminhões	CDC Caminhões Refinanciamento	CDC Motos	CDC Veículos leves	CDC Veículos utilitários	
mai/05	2,04	0,00	0,00	39,95	58,01	0,00	100,00
jun/05	0,54	0,00	0,00	36,93	62,02	0,51	100,00
jul/05	0,75	0,00	0,00	41,32	57,93	0,00	100,00
ago/05	2,98	0,00	0,00	31,02	63,44	2,55	100,00
set/05	4,08	0,00	0,00	30,72	63,37	1,83	100,00
out/05	5,39	0,00	0,00	23,48	69,65	1,48	100,00
nov/05	3,20	0,00	0,00	20,29	75,19	1,32	100,00
dez/05	1,63	0,00	0,00	21,58	75,46	1,33	100,00
jan/06	2,46	0,00	0,00	27,37	68,75	1,42	100,00
fev/06	4,32	0,00	0,00	35,80	59,33	0,55	100,00
mar/06	5,01	0,00	0,00	32,25	62,06	0,69	100,00
abr/06	3,46	0,00	0,00	32,98	62,01	1,56	100,00
mai/06	3,86	1,09	0,13	29,10	64,44	1,37	100,00
jun/06	4,28	0,00	0,45	31,64	62,07	1,56	100,00
Total	3,65	0,18	0,09	30,06	64,73	1,28	100,00

Gráfico 2.3 - Evolução mensal de categorias de financiamento

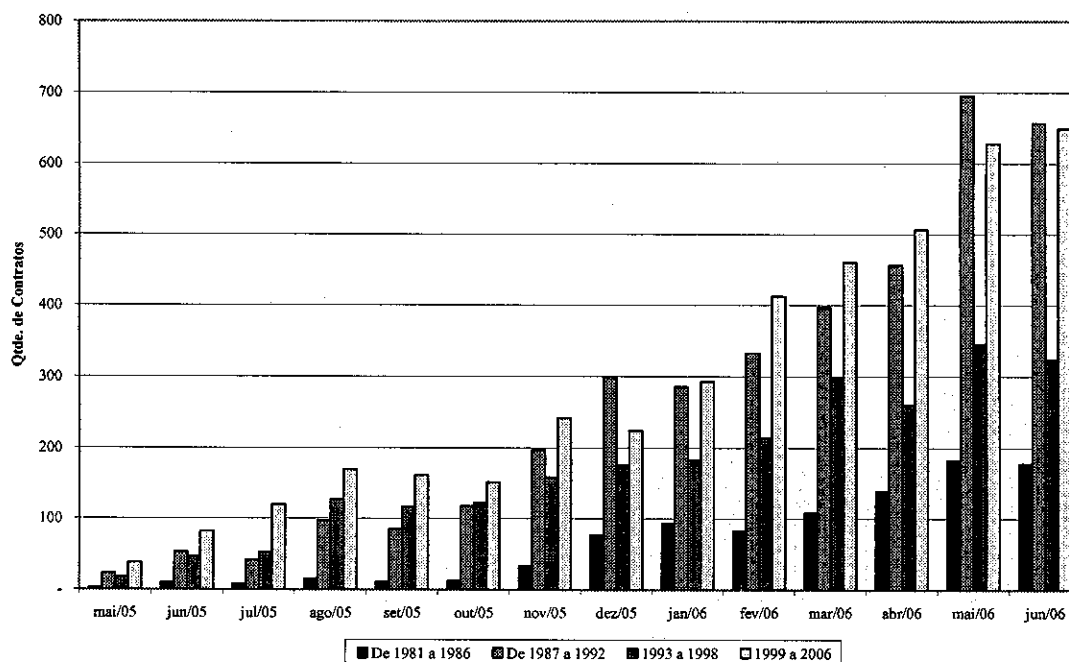


No Anexo I deste relatório relacionamos a movimentação mensal de cada uma das categorias de produto financiado destacadas, em volume financeiro e em quantidade de contratos.

2.4 Representatividade de anos dos veículos financiados

Ainda, com o objetivo de identificar o perfil da carteira em relação aos anos dos veículos financiados, destacamos no gráfico 2.4 a evolução de sua representatividade mensal em quantidade de contratos.

Gráfico 2.4 - Representatividade de anos dos veículos financiados



No Anexo II deste relatório relacionamos a movimentação mensal de cada um dos intervalos de anos dos veículos financiados em volume financeiro e em quantidade de contratos.

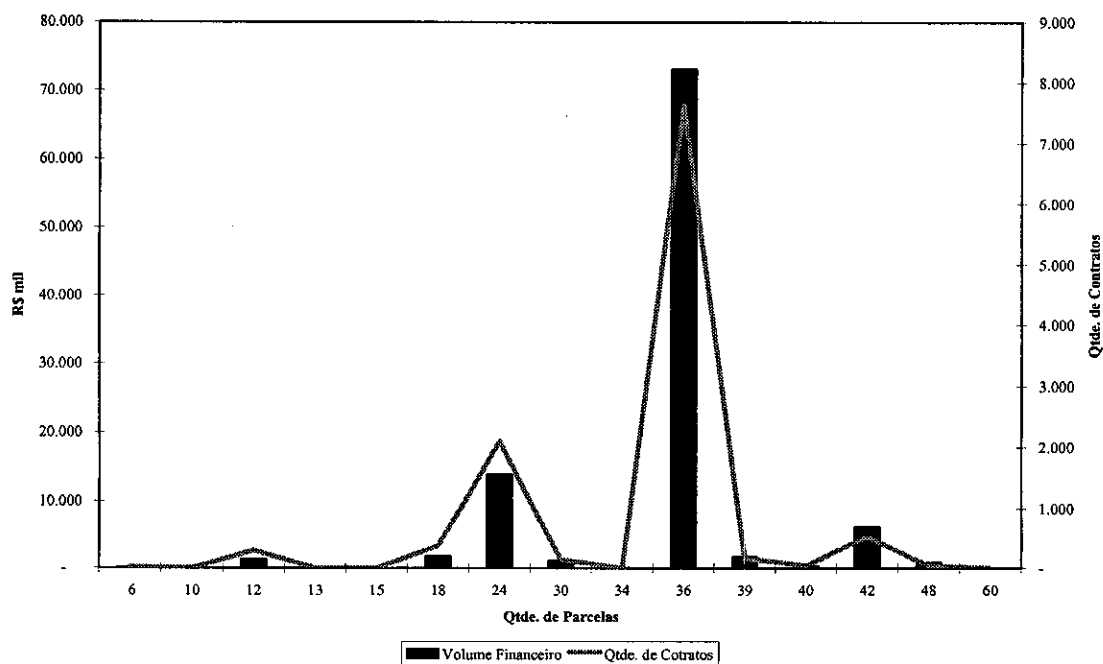
2.5 Distribuição por prazo médio das operações

Para fins de estabelecimento do prazo médio das operações, foram distribuídos o volume financeiro de parcelas e o total de contratos originados no período de 14 meses sob análise, por quantidade de parcelas. Por meio dessa compilação apurou-se um prazo médio ponderado de 34 meses das operações sujeitas à cessão, conforme apresentado na tabela 2.4 e no gráfico 2.5:

Tabela 2.4 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas

Quantidade de parcelas	Σ Valor das parcelas - R\$ mil	%	% acumulado	Quantidade de contratos	%	% acumulado
6	98	0,10	0,10	21	0,19	0,19
10	2	0,00	0,10	1	0,01	0,19
12	1.301	1,30	1,39	285	2,52	2,71
13	24	0,02	1,42	1	0,01	2,72
15	5	0,01	1,42	1	0,01	2,73
18	1.794	1,79	3,21	367	3,24	5,98
24	13.955	13,89	17,10	2.104	18,60	24,57
30	1.085	1,08	18,18	141	1,25	25,82
34	36	0,04	18,22	1	0,01	25,83
36	73.121	72,80	91,02	7.630	67,44	93,27
39	1.622	1,62	92,64	166	1,47	94,74
40	341	0,34	92,98	38	0,34	95,08
42	6.171	6,14	99,12	522	4,61	99,69
48	844	0,84	99,96	34	0,30	99,99
60	37	0,04	100,00	1	0,01	100,00
Total	<u>100.437</u>	<u>100,00</u>		<u>11.313</u>	<u>100,00</u>	

Gráfico 2.5 - Distribuição das operações por quantidade de parcelas - Período de 36 meses



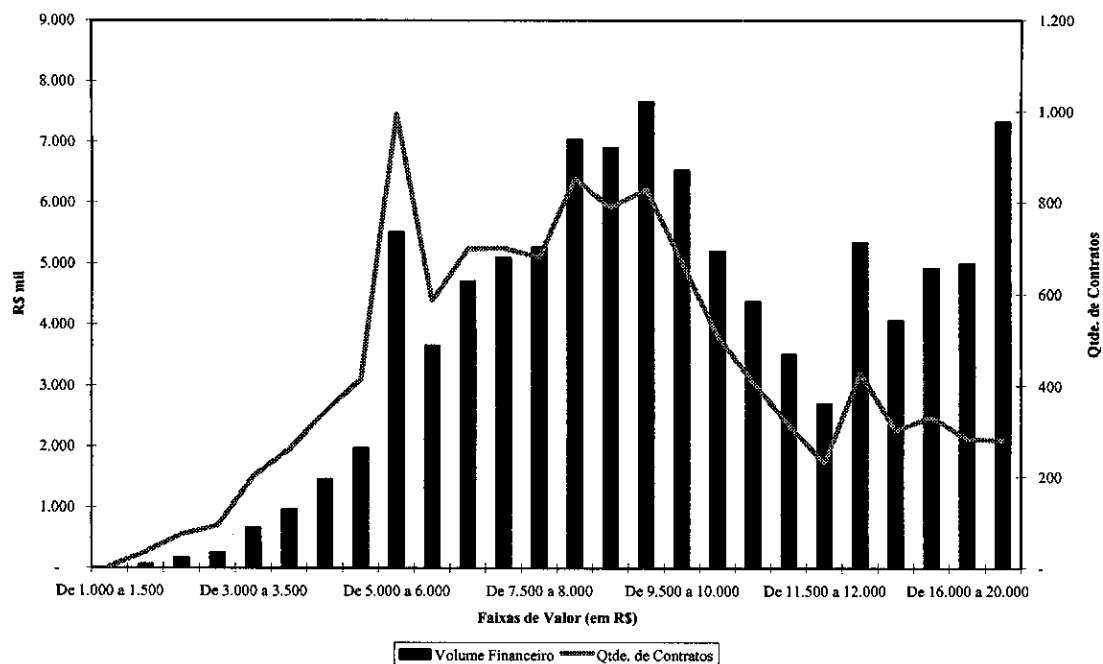
2.6 Distribuição das operações por faixas de valor

A tabela 2.5 e o gráfico 2.6 demonstram a distribuição dos contratos por faixa de valor considerando os volumes financeiros.

Tabela 2.5 - Distribuição das operações por faixa de valor

Faixas de valor - R\$	Σ Valor das parcelas - R\$ mil	%	% acumulado	Quantidade de contratos	%	% acumulado
De 1.000 a 1.500	4	0,00	0,00	3	0,03	0,03
De 1.500 a 2.000	61	0,06	0,06	35	0,31	0,34
De 2.000 a 2.500	168	0,17	0,23	74	0,65	0,99
De 2.500 a 3.000	260	0,26	0,49	93	0,82	1,81
De 3.000 a 3.500	660	0,66	1,15	202	1,79	3,60
De 3.500 a 4.000	973	0,97	2,12	260	2,30	5,90
De 4.000 a 4.500	1.464	1,46	3,57	344	3,04	8,94
De 4.500 a 5.000	1.978	1,97	5,54	414	3,66	12,60
De 5.000 a 6.000	5.513	5,49	11,03	995	8,80	21,39
De 6.000 a 6.500	3.659	3,64	14,67	585	5,17	26,56
De 6.500 a 7.000	4.709	4,69	19,36	699	6,18	32,74
De 7.000 a 7.500	5.097	5,08	24,44	701	6,20	38,94
De 7.500 a 8.000	5.267	5,24	29,68	680	6,01	44,95
De 8.000 a 8.500	7.034	7,00	36,69	853	7,54	52,49
De 8.500 a 9.000	6.894	6,86	43,55	789	6,97	59,46
De 9.000 a 9.500	7.665	7,63	51,18	829	7,33	66,79
De 9.500 a 10.000	6.532	6,50	57,69	670	5,92	72,71
De 10.000 a 10.500	5.205	5,18	62,87	508	4,49	77,20
De 10.500 a 11.000	4.378	4,36	67,23	408	3,61	80,81
De 11.000 a 11.500	3.520	3,51	70,73	314	2,78	83,59
De 11.500 a 12.000	2.713	2,70	73,43	231	2,04	85,63
De 12.000 a 13.000	5.351	5,33	78,76	428	3,78	89,41
De 13.000 a 14.000	4.071	4,05	82,81	302	2,67	92,08
De 14.000 a 16.000	4.927	4,91	87,72	332	2,93	95,01
De 16.000 a 20.000	5.005	4,98	92,70	284	2,51	97,52
Acima de 20.000	<u>7.330</u>	<u>7,30</u>	100,00	<u>280</u>	<u>2,48</u>	<u>100,00</u>
Total	<u>100.437</u>	<u>100,00</u>		<u>11.313</u>	<u>100,00</u>	

Gráfico 2.6 - Distribuição do volume de operações por faixas de valor



O Anexo III destaca a relação dos 100 maiores contratos realizados no período de 14 meses sob análise.

O Anexo IV apresenta a relação dos 100 maiores clientes e sua representatividade em relação ao todo.

2.7 Indicadores de desempenho

Para fins de mensuração do desempenho dos recebíveis submetidos à análise, foram definidos pelo Grupo Estruturador critérios para a apuração dos percentuais de pontualidade e adimplência das faturas, que representariam indicadores de desempenho.

Elaboramos um *aging list* em faixas de prazos definidas pelo Grupo Estruturador, conforme apresentado na tabela 2.6 a seguir, demonstrando os volumes de operações vencidas liquidadas antecipadamente, em dia e em atraso, como também os volumes das operações vencidas e não liquidadas, durante o período de 14 meses sob análise.

Tabela 2.6 - Distribuição dos prazos de liquidações das operações

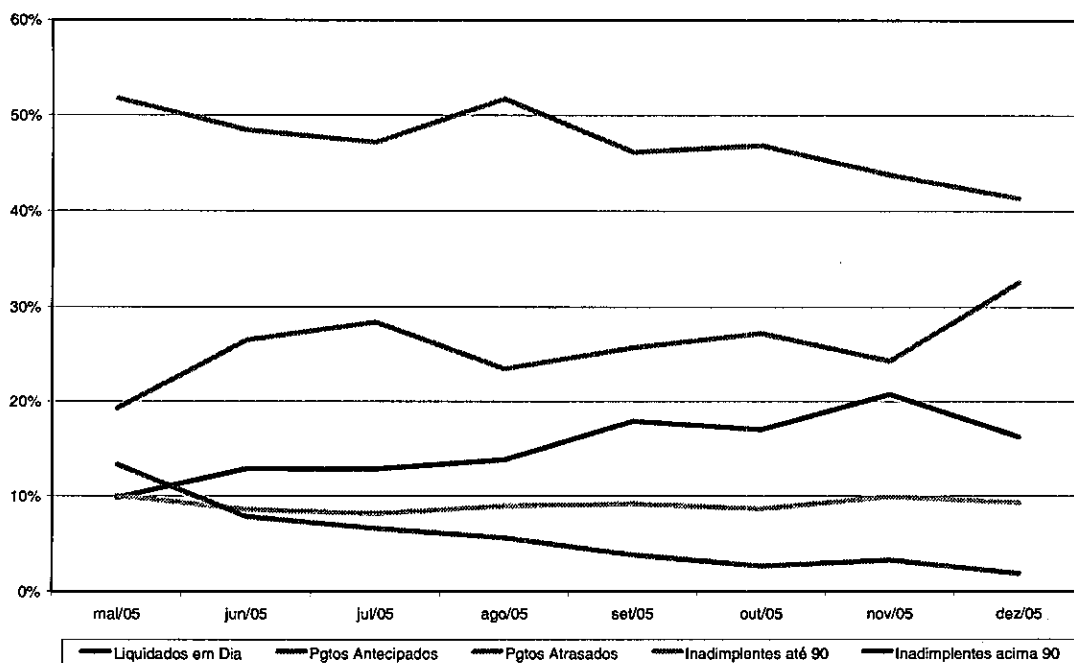
Faixas	Σ Valor das parcelas - R\$ mil	%
Total sob análise	100.437	
Parcelas a vencer	88.487	
Parcelas vencidas e/ou liquidadas	11.950	100,00%
Descontos	205	1,71%
Multas	-443	-3,71%
Parcelas antecipadas acima de 180 dias	50	0,42%
Parcelas antecipadas de 150 a 180 dias	7	0,06%
Parcelas antecipadas de 120 a 150 dias	10	0,08%
Parcelas antecipadas de 90 a 120 dias	12	0,10%
Parcelas antecipadas de 60 a 90 dias	19	0,16%
Parcelas antecipadas de 30 a 60 dias	84	0,70%
Parcelas antecipadas de 15 a 30 dias	257	2,15%
Parcelas antecipadas de 1 a 15 dias	3.080	25,77%
Parcelas liquidadas no vencimento	1.961	16,41%
Parcelas liquidadas de 1 a 15 dias de atraso	3.113	26,05%
Parcelas liquidadas de 16 a 30 dias de atraso	776	6,50%
Parcelas liquidadas de 31 a 60 dias de atraso	912	7,63%
Parcelas liquidadas de 61 a 90 dias de atraso	165	1,38%
Parcelas liquidadas de 91 a 120 dias de atraso	48	0,40%
Parcelas liquidadas de 121 a 150 dias de atraso	10	0,09%
Parcelas liquidadas de 151 a 180 dias de atraso	4	0,04%
Parcelas liquidadas acima de 180 dias de atraso	3	0,03%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 1 a 15 dias	566	4,74%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 15 a 30 dias	284	2,37%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 30 a 60 dias	310	2,59%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 60 a 90 dias	156	1,30%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 90 a 120 dias	104	0,87%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 120 a 150 dias	80	0,67%
Parcelas vencidas e não liquidadas de 150 a 180 dias	54	0,45%
Parcelas vencidas e não liquidadas acima de 180 dias	123	1,03%

Pool estático

Adicionalmente, como parte das informações a serem fornecidas ao Grupo Estruturador a fim de validar as constatações obtidas conforme definido no item 2.6 deste relatório, foi gerado um “pool estático” de pagamentos, demonstrando o *aging* dos valores a receber referentes às operações realizadas, em ciclos mensais, para cada um dos 14 meses de originação sob análise. Essa informação objetiva identificar o comportamento de uma safra de contratos ao longo de sua maturação.

Apresentamos no gráfico 2.7 uma representação gráfica deste “pool estático” considerando os prazos de liquidação das operações por safra de originação, tendo como data-base o mês de junho de 2006:

Gráfico 2.7 - Representação gráfica do pool estático - Data-base junho de 2006



Para este exercício, consideramos os contratos originados até dezembro de 2005, em razão de os contratos originados a partir dessa data não terem completado o prazo de 180 dias, o que prejudica a comparabilidade.

No Anexo V são apresentados os dados analíticos do pool estático para cada uma das safras originadas no período de 14 meses sob análise, considerando os percentuais de pagamento em cada mês.

3 Descrição dos procedimentos de revisão aplicados

Conciliação da base de dados

Com intuito de conciliar a base de dados, aplicamos procedimentos de comparação dos saldos dos arquivos fornecidos pelo Credibel com seus respectivos saldos contábeis.

No item a seguir apresentamos o resultado da aplicação desses procedimentos, incluindo as representações fornecidas pela gerência do Credibel, que foram submetidas a procedimentos de verificação da documentação-suporte contábil, com o propósito de averiguar sua razoabilidade.

Para este exercício, confrontamos os valores presentes de operações vencidas e não liquidadas e de operações a vencer, extraídos da base de dados sob análise, com o saldo de “Contas a receber” extraído dos registros contábeis do Credibel na data-base de 30 de junho de 2006:

Número da conta	Contas	Saldo (em R\$)
1.6.2.10.00.4 005.1	FINANC CDC VEICULOS-PRINCIPAL	71.604.504
1.6.2.10.00.4 007.8	(-) RENDAS FINANC CDC VEICULOS.	(-) 25.129.795
1.6.2.10.00.4 008.6	(-) RRF ATRASO-FINANC CDC VEICULOS	(-) 326.070
1.6.2.10.00.4 000.0	FINANCIAMENTOS	(=) 46.148.639
Valor Presente Base de Dados		46.112.540
Diferença		36.099
Diferença %		0,08%

Conciliação individual de parcelas com o sistema

Com o objetivo de verificar a integridade dos dados de parcelas apresentados na base de dados analisada, selecionamos dez contratos e confrontamos determinados itens de suas parcelas com as informações constantes do sistema Função. Foram verificados os seguintes campos:

- Número do contrato
- Data de emissão do contrato
- Valor do contrato
- CPF/CNPJ do cliente
- Número de parcelas contratuais
- Valor da parcela
- Valor pago (se aplicável)
- Data de pagamento (se aplicável)

Conclusão

Não foram identificadas divergências. No Anexo VI consta a relação dos dez contratos analisados.

4 Descrição do processo de crédito e cobrança

4.1 Processo de crédito e cobrança

Para atingir o objetivo descrito no item 1 deste relatório no que se refere à avaliação dos controles que envolvem a estrutura de crédito e cobrança do Credibel, revisamos a estrutura de concessão e monitoramento de créditos. Tais informações foram obtidas por indagação à Gerência do Credibel e estão em conformidade com as contidas nos manuais de crédito e cobrança da Cedente.

4.2 Estrutura da área de crédito

A área de crédito da Credibel é composta por um gerente de crédito e 16 analistas. O contato com o cliente é realizado por intermédio de promotoras de crédito/correspondentes bancários, que detêm o relacionamento com as lojas.

4.3 Fluxo de crédito

O fluxo de crédito do processo de financiamento de veículos realizado pelo Credibel é iniciado no momento em que os clientes procuram as lojas, os correspondentes bancários ou as promotoras de crédito associados ao Credibel, a fim de financiar ou autofinanciar veículos pesados, leves ou motos. O autofinanciamento é um empréstimo no qual o veículo é a garantia da operação, oferecido por meio dos produtos Autobel e Refinanciamento.

Com base nos parâmetros e variáveis estabelecidos pelo Credibel, o cliente preenche a solicitação de financiamento de acordo com suas necessidades, destacando as seguintes principais informações, referentes ao cliente, à(s) garantia(s) e ao financiamento:

- Nome do cliente
- CPF
- RG
- Endereço residencial
- Endereço comercial
- Tipo do bem
- Valor do bem
- Taxa
- Prazo
- Renda
- Conta-corrente
- Referências comerciais, bancárias e pessoais

Em seguida, as promotoras de crédito/correspondentes bancários transmitem esses dados, por Internet, à mesa de crédito do Credibel. A documentação do cliente torna-se disponível na esteira de crédito, ficando acessível aos analistas pelo sistema Função.

Nesse momento, um analista da mesa de crédito inicia as análises e consultas preliminares, que abordam os seguintes principais itens:

- Consultas automáticas ao SCPC e/ou à SERASA. O cliente não deverá apresentar restrições. Caso apresente, caberá ao analista avaliar sua relevância.
- Em casos em que se julga necessário, com a aprovação prévia do cliente, há a consulta ao sistema SISBACEN. O crédito pode ser negado nos seguintes casos, dependendo do julgamento do analista:
 - Dívidas vencidas há mais de 60 dias ou com créditos baixados para prejuízo no exercício ou no exercício anterior.
 - Montantes devidos no prazo de até 360 dias, mesmo que em dia, e que indiquem alto grau de endividamento do proponente em relação aos seus proventos, salários ou à capacidade de pagamentos demonstrada.
- Verificação de restrições internas no Credibel. Caso haja alguma pendência com este, são levantados os motivos da pendência para verificação da relevância.
- Consulta ao site da receita para verificação da regularização do CPF.

Após a realização de verificações preliminares, é iniciado o processo de confirmação e checagem. Segundo informações dos manuais de crédito, não são aceitas confirmações realizadas em telefones comunitários, por secretária eletrônica e telefone celular, sendo este último aceito como checagem complementar, desde que realizadas verificações de telefones fixos. Os procedimentos de confirmação e checagem abordam os seguintes itens:

- **Confirmação do Local de Trabalho (LT)**
São confirmados por telefonema ao LT os seguintes dados:
 - Nome do funcionário
 - Data de admissão
 - Cargo/função e, se possível, renda
- **Confirmações do Local de Residência (LR)**
É dado telefonema ao LR atual ou telefone de recado, que confirme o endereço.
- **Verificação de referências bancárias**
Para casos em que se julga necessário, são realizadas consultas a referências bancárias, no intuito de confirmar o titular da conta e o histórico do proponente com o Banco/Agência.
- **Levantamento de referências de crédito**
Fica a cargo do analista de crédito a decisão de consultar outras financeiras ou bancos, com o propósito de lhe auxiliar na análise de comportamento do proponente.
- **Referências comerciais (clientes e/ou fornecedores)**
Em casos de aplicabilidade e necessidades, são consultadas fontes informadas pelo cliente.
- **Referências pessoais**
São buscadas nos casos em que a confirmação do local de residência não foi concretizada. O propósito dessa confirmação é garantir que o proponente é conhecido pela referência.

- **Confirmação com o Contador**

É aplicável ao proponente cuja atividade profissional seja microempresário, sócio proprietário ou autônomo. São acessados dados como pró-labore, faturamento da empresa, percentual de participação do proponente do crédito etc.

- **Consultas ao INSS**

Quando o proponente for aposentado, deverá ser informado o número do benefício para que sejam constatados no site do INSS, www.dataprev.gov.br, a validade, os valores, a espécie e o endereço do benefício.

- **Checagem in loco**

Quando julgar necessário, a mesa de crédito poderá solicitar à promotora a checagem *in loco* para constatar as informações fornecidas sobre local de trabalho e/ou local de residência.

- **Outras checagens e solicitações**

Poderão ainda ser realizadas outras checagens necessárias à análise cadastral por meio de meios eletrônicos (Internet e banco de dados) e telefônicos. Tais informações podem englobar consultas a órgãos de classe (OAB, CRM, CRO, CRC etc.), sites de empresas ou outras instituições. No decorrer do processo de análise de crédito, pode ser solicitada ainda documentação julgada necessária para aprovação do cliente, posteriormente conferida pela área de Formalização.

Realizadas as consultas complementares e confirmações de informações de acordo com a necessidade, ficará a cargo do analista de crédito, com limite de alçada correspondente, a aprovação da proposta. A validade das propostas aprovadas é de 10 dias corridos. Após esse prazo, elas deverão ser analisadas novamente.

Há situações em que as propostas são pré-aprovadas, sendo aprovadas posteriormente mediante alterações nos dados referentes aos percentuais de entrada, exigências de garantias etc.

Após a aprovação do crédito, realizada pelo Credibel, há a comunicação às promotoras de crédito/correspondentes bancários, que se encarregam de retirar nas lojas o seguinte *checklist* de itens a serem coletados pelo lojista com o cliente:

- Contrato original assinado em duas vias
- Ficha de solicitação de financiamento
- Nota promissória
- Cópia do CPF
- Cópia do RG ou da Carteira Nacional de Habilitação (CNH)
- Comprovante de residência
- Comprovante de renda
- Cópia da carteira profissional
- Certificado de registro do veículo - Recibo
- DUT do veículo
- Decalque do chassi
- IPVA atual

- Termo de avaliação do bem
- Nota fiscal de venda caso o veículo seja novo
- Consulta ao site do Denatran para averiguar a vinculação do veículo a outras instituições

É responsabilidade da loja ou da promotora a verificação do teor dos documentos relacionados às garantias, às notas promissórias e aos contratos, os quais devem ser devidamente conferidos e assinados.

Colhida toda a documentação pela promotora, em uma primeira etapa, por fax, as cópias dos seguintes documentos são enviadas à área de Formalização do Credibel:

- Consulta ao Denatran
- DUT do veículo
- Solicitação de pagamento

São recebidos também outros documentos que tenham sido solicitados pela mesa de crédito como condicionais à sua concessão.

A área de Formalização do Credibel recebe a cópia dos documentos requeridos para a liberação do crédito, confere a documentação, aliena o veículo garantidor da operação e libera o recurso por meio de DOC.

Em uma segunda etapa, toda a documentação referente ao processo é encaminhada em D+5 para a ATP Tecnologia e Serviço S.A. ("ATP"), empresa responsável pela conferência final e pelo arquivamento da documentação. Dois funcionários da ATP dedicam-se exclusivamente ao Credibel. Seu trabalho consiste do recebimento da documentação e apontamento de eventuais pendências. Caso existam pendências, estas são comunicadas ao Credibel, que se encarrega de contatar a promotora responsável.

4.4 Parâmetros para concessão de crédito

a. Tipos de pessoa

- Pessoas físicas, para veículos leves e motos;
- Pessoas físicas e jurídicas, para veículos pesados.

b. Limites de idade

Leves e motos

- Idade mínima de 18 anos e máxima de 65 anos, em condições normais de financiamento;
- De 66 a 75 anos: necessário um avalista ou coobrigado (aval familiar);
- Acima de 75 anos: somente sob consulta prévia ao Comitê de Crédito.

Pesados

- Idade mínima de 25 anos e máxima de 65 anos, em condições normais de financiamento.

c. Necessidade de avalista/coobrigado

- Para analfabetos: obrigatório coobrigado familiar com renda comprovada;
- Para idades entre 66 e 75 anos: o avalista deve ser o cônjuge, filho(a), genro ou nora.

Nos casos de cliente com renda compatível, o avalista não necessita de comprovação de renda.

d. Localização

A distância referencial entre a residência do cliente e a loja não deve ultrapassar 100 km.

e. Comprometimento de renda, prazos e percentuais de financiamento

As condições relativas a prazos de financiamento, percentuais máximos de financiamento e respectivos comprometimentos de renda para veículos leves são comunicadas às promotoras/correspondentes bancários e adotadas por elas, conforme segue:

Financiamentos

Tipo de veículo	Ano de uso		Prazo máximo	Entrada mínima - %	Comprometimento de renda - %
	De	Até			
Leves	0 km	2002	48 meses	10	33
	2001	1998	48 meses	10	
	1997	1993	36 meses	20	
	1992	1986	36 meses	30	
Pesados	0 km	2000	48 meses	20	33
	1999	1995	48 meses	30	
	1994	1990	36 meses	30	
	1989	1985	36 meses	30	
	1984	1980	24 meses	40	
Motos	0 km	0 km	42 meses	10	33
	2006	2004	36 meses	20	
	2003	2002	36 meses	30	
	2001	2000	24 meses	50	

Autobel

Tipo de veículo	Ano de uso		Prazo máximo	Entrada mínima - %	Comprometimento de renda - %
	De	Até			
Leves	0 km	2000	36 meses	30	33
	1999	1995	36 meses	30	
	1994	1990	24 meses	50	
Pesados	0 km	2000	36 meses	40	33
	1999	1995	36 meses	40	
	1994	1990	36 meses	50	
	1989	1985	24 meses	50	
	1984	1980	24 meses	50	

f. Tipos de bens financiáveis e refinanciáveis

Leves e motos

Veículos e afins, nacionais e importados, novos e usados, observando:

- Financiamentos de automóveis nacionais com até 20 anos de fabricação e importados com até dez anos de fabricação;
- Refinanciamentos de automóveis com até 16 anos de fabricação e importados com até dez anos de fabricação.

Pesados

Veículos seminovos e usados, observando:

- Veículos autorizados: Mercedes-Benz, Scania e Volvo (a partir de 1980), e Ford, VW e GMC (a partir de 1986). Para tanto, é obrigatória a vistoria da empresa Linces.

g. Tipos de bens não financiáveis

Não são realizados financiamentos para ambulância, ônibus, microônibus, Vans, Topic, Marajó, Corcel, Prêmio, Lada, Fiat 147, Durgel e outros. Veículos fora de linha são avaliados pela mesa de crédito.

h. Créditos proibidos

É proibida a concessão de crédito por procurações e para entidade sem fins lucrativos, sindicatos, escolas públicas, creches, igrejas, frotas, residentes em pensões, alojamentos, albergues, favelas, hotéis, flats, residências funcionais (exceção para clientes que residem em chácara/sítio/fazenda), terrenos da prefeitura, áreas griladas, canteiros de obras, sem residência fixa ou em trânsito etc.

i. Limites de financiamento

O valor mínimo para negociar veículos leves e motos é de R\$ 1.500,00 e para pesados, R\$ 5.000,00. Não há determinação de valor máximo para financiamento.

j. Limites de refinanciamento

O valor mínimo para negociar veículos leves é de R\$ 2.000,00 e para pesados, R\$ 5.000,00.

O valor máximo para refinanciamento é de:

- R\$ 30.000,00 para veículos leves;
- R\$ 50.000,00 para veículos pesados com até dez anos de fabricação, e R\$ 30.000,00 de 11 a 26 anos.

k. Validade da aprovação de crédito

Com o objetivo de uniformizar os procedimentos no tocante à validade da aprovação das fichas analisadas e aprovadas, fica definido um prazo de validade de no máximo dez dias para as aprovações de crédito. Após essa data, as propostas deverão sofrer uma nova avaliação, principalmente em relação às consultas das restrições.

l. Categorias profissionais/tempo de atividade

Assalariado

No mínimo um ano de trabalho na empresa atual. Caso o funcionário tenha menos de um ano, é requerido no mínimo seis meses no atual, desde que possua mais de dois anos no anterior, com intervalo máximo entre o atual e o anterior de dois meses. Para assalariados que trabalham em empresas multinacionais há exigência de no mínimo oito meses na empresa atual, podendo ter até seis meses como intervalo, desde que tenha um ano comprovado no emprego anterior.

Autônomo/profissional liberal

No mínimo dois anos de atividade comprovada.

Microempresário/sócio proprietário

No mínimo dois anos de atividade comprovada.

m. Garantias

De acordo com a análise de crédito, poderá ser determinada a exigência de garantias adicionais, além das citadas, tais como:

- **Aval de terceiros:** do cônjuge, de parentes (no caso de pessoa física), ou dos sócios da empresa (pessoa jurídica), com possibilidade também do aval de terceiros para pessoas físicas.
- **Aval de junção de renda:** realizada com pai, mãe, filho(a), irmãos ou cônjuge (que resida no mesmo teto). Estes assinarão como segundo mutuário e/ou avalista.

Menores de 18 anos não podem ser avalistas de financiamentos ou refinanciamentos.

n. Limites de alçadas

As alçadas para liberar crédito devem ser obedecidas conforme tabela.

Veículos leves e motos

Nível/função	Limite – valor
Analista Junior	Até R\$ 10.000,00
Gerente de Crédito	De R\$ 10.000,01 até R\$ 20.000,00
Superintendente de Crédito	De R\$ 20.000,01 até R\$ 30.000,00
Diretor-administrativo	Acima de R\$ 30.000,01

Veículos pesados

Nível/função	Limite – valor
Analista + Gerente de Crédito	Até R\$ 40.000,00
Superintendente de Crédito	De R\$ 40.000,01 até R\$ 70.000,00
Dois diretores	De R\$ 70.000,01 até R\$ 150.000,00
Dois diretores + diretor-geral	De R\$ 150.000,01 até R\$ 300.000,00
Comitê de Crédito	Acima de R\$ 300.000,00

4.5 Procedimentos de cobrança de créditos em atraso

O sistema de cobrança do Credibel tem o objetivo de acompanhar, controlar e atuar efetiva e preventivamente na inadimplência dos contratos de financiamento de veículos automotores, reduzindo seus efeitos e custos.

4.6 Estrutura de cobrança

A área de Cobrança apresenta a seguinte estrutura interna:

- Coordenador de cobrança
- Quatro analistas

A estrutura destacada é apoiada por duas assessorias de cobrança terceirizadas (Toledo & Piza Advogados e Frenhani Manzatto & Calleri Advogados).

4.7 Régua de cobrança

A cobrança em atraso segue uma régua que define a linha de tempo relativa ao atraso no pagamento de parcelas contratuais. Para cada intervalo de tempo decorrido de atraso, há uma ação diferenciada considerada para a atuação de cobrança. Todos os contratos inadimplentes, a partir do sexto dia, são enviados a uma das assessorias de cobrança contratadas pelo Credibel. O critério de distribuição entre as assessorias é definido a partir do último número dos contratos (pares a uma assessoria e ímpares a outra).

Destaca-se, a seguir, o tratamento dado a cada período de atraso transcorrido.

- A partir do sexto dia de atraso - Inicia-se o processo de cobrança administrativa conduzida pelos escritórios de cobrança terceirizados. Trata-se de uma cobrança amigável, realizada a partir dos seguintes instrumentos:
 - Contato com o cliente em intervalos de dois dias, por meio de cobrança telefônica;
 - Envio de cartas de cobrança;
 - Cobrança externa realizada por visita *in loco* ao local de residência do cliente.
- A partir do 16º dia de atraso - Emissão do boleto para pagamento de parcela contratual em atraso, com a cobrança dos devidos encargos;
- A partir do 30º dia - Inclusão do nome do devedor nos órgãos SCPC e SERASA. A cobrança administrativa continua;
- A partir do 40º dia - O cliente é notificado por cartório;
- A partir do 60º dia - É iniciado o processo de cobrança judicial.

As assessorias judiciais, de acordo com a ocasião, utilizam ainda os seguintes procedimentos:

Devolução amigável

O cliente pode, a qualquer momento, devolver o bem amigavelmente.

Busca e apreensão

São acionados os procedimentos de busca e apreensão nos casos em que não há mais possibilidades de recuperação dos créditos inadimplidos.

Caso, em algum momento do processo de recuperação de créditos inadimplidos, seja constatada a suspeita de fraude, há a imediata comunicação ao Credibel, que se encarregará de verificar sua procedência.

4.8 Assessorias terceirizadas

As atividades exercidas pelas assessorias terceirizadas são devidamente firmadas e assinadas contratualmente por ambas as partes.

A remuneração direcionada às assessorias de cobrança conta com percentuais fixos e percentuais fundamentados em seu desempenho.

4.9 Controles da cobrança de contratos com parcelas em atraso

Como forma de controle e monitoramento da recuperação dos contratos enviados às assessorias de cobrança, o Credibel detém ferramentas para gerar os seguintes relatórios de desempenho da carteira:

- Relatórios de inadimplência por assessoria;
- Relatórios de desempenho por faixas de atraso;
- Relatórios gerais de perda.

5 Testes de aderência

Selecionamos uma amostra de 50 contratos (apresentados no Anexo VII) identificados a partir da base de dados fornecida pelo Banco Credibel, destacados nos anexos. Dessa amostra, foram apresentados os processos relativos a 49 contratos, sobre os quais foram adotados os procedimentos relacionados a seguir.

O contrato não apresentado foi o seguinte:

11-007365-06

Apresentamos, a seguir, o resultado da aplicação destes procedimentos:

Procedimento I

Verificação da quantidade de Contratos Simples e CCBs.

Resultados obtidos

- 46 CCBs; e
- 3 Contratos Simples.

Procedimento II

Verificação do preenchimento de Contratos Simples e CCBs

Resultados obtidos

Os Contratos Simples, bem como, as CCBs, não estavam preenchidos, com exceção para os campos “Assinatura” e “Data do Contrato”.

Procedimento III

Verificação da “Assinatura” do cliente presente nos Contratos Simples e CCBs.

Resultados obtidos

Todos os Contratos Simples e CCBs estavam assinados pelo cliente.

Procedimento IV

Comparação da “Data de Contrato” identificada nos contratos com a apresentada no sistema.

Resultados obtidos

Os seguintes contratos não detinham data de contrato apresentada:

11-009242-06

10-009857-06

10-004573-06

10-003284-05

11-004697-06

Os seguintes contratos apresentaram divergências na data de contrato apresentada:

Número do Contrato	Sistema	Via Física
10-008658-06	04/05/2006	03/05/2006
11-007905-06	20/04/2006	18/04/2006
11-007555-06	13/04/2006	12/04/2006
10-006360-06	21/03/2006	20/03/2006
11-009411-06	16/05/2006	12/05/2006
10-014202-06	29/06/2006	30/06/2006
11-005919-06	10/03/2006	08/03/2006
10-006685-06	28/03/2006	27/03/2006
10-013510-06	23/06/2006	22/03/2006
10-012653-06	22/06/2006	21/06/2006

Os demais contratos não apresentaram divergências.

Procedimento V

Comparação do “Número de Contrato” identificado nas solicitações de financiamento com o apresentado no sistema.

Resultados obtidos

Não foram encontradas divergências.

Procedimento VI

Comparação do “Valor Liberado” dos contratos identificado nas solicitações de financiamento com o apresentado no sistema.

Resultados obtidos

As seguintes propostas não detinham valor liberado apresentado:

10-011286-06
11-009242-06
11-011366-06
10-006143-06
10-013640-06
11-008503-06
10-014202-06
10-007741-06
10-010108-06
10-013510-06
10-012653-06
11-011815-06
10-012433-06

Os demais contratos não apresentaram divergências.

Procedimento VII

Comparação do “Valor das Parcelas”, “Quantidade de Parcelas”, “Nome do Cliente”, “CPF do Cliente”, “Município e UF do Cliente”, identificados nas propostas de financiamento, com o apresentado no sistema.

Resultados obtidos

Não foram encontradas divergências.

Procedimento VIII

Verificação da existência de “Solicitação de Financiamento”, “Cópia de RG”, “Cópia de CPF”, “Comprovante de Renda”, “Comprovante de Residência”, “Termo de Avaliação do Bem” e “DUT do veículo”.

Resultados obtidos

Não foram encontradas divergências.

Procedimento IX

Verificação da existência de “Gravame do Veículo” em nome do Banco Credibel.

Resultados obtidos

Não foram encontradas divergências.

6 Revisão dos procedimentos de funcionalidade do sistema relacionados à cessão dos direitos creditórios em duplicidade

Ainda como parte dos nossos trabalhos, revisamos os aspectos de funcionalidade do sistema de controle da carteira de direitos creditórios representados por contratos de financiamento de veículos com alienação fiduciária, enfatizando os controles que evitam a cessão de direitos creditórios em duplicidade.

A carteira de crédito do Credibel é administrada no sistema Função. Em caso de cessão de carteira, são realizados os seguintes procedimentos:

1. Acesso ao módulo CDC Cessão a partir do sistema Função;
2. Cadastramento da cessão. Nesse item são inseridos os dados iniciais da cessão de crédito, por exemplo:
 - Natureza dos contratos a serem cedidos
 - Cessionário
 - Data da cessão
 - Taxa da cessão
 - Características da cessão (com ou sem coobrigação)

3. Seleção de contratos/parcelas a serem cedidos. São incluídos os seguintes parâmetros, entre outros:

- Valor da cessão
- Período de originação das operações a serem cedidas
- Período de vencimento das parcelas
- Situação contábil dos contratos (normal, atraso etc.)
- Taxas dos contratos

* Parcelas cedidas não são selecionadas.

4. Geração de arquivo contendo a relação de todas as parcelas a serem cedidas.

5. Envio de arquivo ao cessionário para validação.

6. Retorno do arquivo à Credibel, destacando as parcelas eleitas. Em seguida, o arquivo é inserido no sistema Função e é gerado o arquivo final de cessão. As parcelas cedidas sofrem uma trava, sendo gerado um flag “S” no campo “Cessão”, que associa a parcela ao cessionário.

Procedimentos realizados

A fim de validar que as parcelas cedidas, destacadas como cedidas na base de dados sob análise, correspondiam integralmente à sua apresentação no sistema Função, para uma amostra de 25 parcelas, foram comparados os seguintes itens:

- Número de contrato
- Número da parcela
- Valor da parcela
- Valor do contrato
- Data de vencimento da parcela
- Data de emissão do contrato
- Quantidade de parcelas contratuais
- Flag “S” no campo “Cessão”

Resultados

Não foram encontradas divergências nos itens analisados. A amostra de 25 parcelas analisadas está apresentada no Anexo VIII deste relatório.

ABCD

Banco Credibel S.A.
*Relatório de revisão especial
da carteira de recebíveis*

ANEXO 8

Suplemento ao Regulamento do Fundo relativo à Primeira Série de Quotas Seniores

4ºRTD-RJ - 714871

Emolumento 76,43 / Distribuidor 9,99
Módulo/ACOTERJ 7,60 / FETJ 17,78
Lº 4.664/05 4,32 / Tot Emol (R\$) 115,82
PARAM Vias 2 / Nomes 1 / Págs 2
Proc Est: N / Averb N / Dilig



ARTIGO 163, PARÁGRAFO 1º
APRESENTAÇÃO E PROTOCOLO EM 28/11/2006
REGISTRO EM 01/12/2006 Nº 714871

SUPLEMENTO AO REGULAMENTO DO

CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS

EMIÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES DA PRIMEIRA SÉRIE

Suplemento ao Regulamento para emissão e distribuição pública de Quotas Seniores da Primeira Série do Credibel Fundo de Investimento em Direitos Creditórios II - Veículos (o "Fundo"), realizada nos termos do seu regulamento ("Regulamento"), conforme as seguintes características:

- a) O Valor Unitário de Emissão: R\$ 1.000,00 (mil reais), atualizado na forma dos Artigos 47 e 50 do Regulamento do Fundo;
- b) Quantidade de Quotas Seniores:
- b.1) Quantidade Mínima: 50.000 (cinquenta mil) Quotas Seniores;
 - b.2) Quantidade Máxima: 56.000 (sessenta e seis mil) Quotas Seniores;
- b) Data de Emissão: 23 de outubro de 2006 e até 180 (cento e oitenta dias) da data de registro da distribuição pública das Quotas Seniores da Primeira Série;
- c) Amortizações Programadas: as amortizações programadas serão realizadas, após um prazo de carência de 9 (nove) meses, trimestralmente, no último Dia Útil do respectivo mês, a partir do 9º (nono) mês após a Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores, conforme o cronograma a seguir:

Amortizações	Datas de Amortização
1ª	9º mês
2ª	12º mês
3ª	15º mês
4ª	18º mês
5ª	21º mês
6ª	24º mês
7ª	27º mês
8ª	30º mês
9ª	33º mês
10ª	36º mês

- d) Valor das Amortizações: o valor da Quota Sênior na respectiva Data de Amortização, calculado na forma do Artigo 50 do Regulamento, dividido pelo número de amortizações remanescentes;
- e) Data de Resgate: no último Dia Útil do 36º (trigésimo sexto mês), contados a partir da Data da 1ª Integralização de Quotas Seniores da Primeira Série, o qual ocorrerá, na mesma data da última Amortização Programada; e



e) Benchmark (meta de rentabilidade prioritária): 110% (cento e dez por cento) da Taxa DI.

Os termos utilizados neste Suplemento, iniciados em letras maiúsculas (estejam no singular ou no plural), que não sejam aqui definidos de outra forma, terão os significados que lhes são atribuídos no Regulamento.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2006.

CREDIBEL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS II - VEÍCULOS

Por:

Cargo: Administrador

Testemunhas:

1. Camila d. Serra
Nome:
RG:
CPF: Camila Rodrigues Serra
CPF 083.475.757-54

2. Danilo de Abreu Ribeiro
Nome:
RG:
CPF: Danilo de Abreu Ribeiro
CPF 093.347.997-60

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

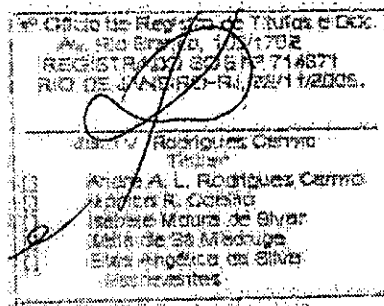
Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro Nº 3.12045 do Livro B-25

O QUE CERTIFICO RJ, 278 NOV, 2006

4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS-RJ

KATIA DE SA MADRUGA

Escrevente Autorizada



CEDENTE

Banco Credibel S.A.
Av. Paulista, nº 1.754 – 9º andar – São Paulo – SP
Tel.: (11) 2171-7000

ADMINISTRADORA

Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. Presidente Wilson, nº 231 – 11º andar – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3974-4500

GESTORA

Mellon Global Investments Brasil S/C Ltda.
Av. Almirante Barroso, nº 52 – Sala 3301 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2510-9900

COORDENADORA

Banco Votorantim S.A.
Av. Roque Petroni Júnior, nº 999 – 16º andar – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5185-1651

AGENTE ESCRITURADOR E CUSTODIANTE

Banco Itaú S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 – Torre Itáúsa – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5029-4309

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Fitch Ratings Brasil Ltda.
Al. Santos, nº 1470 – Cj. 511 – São Paulo – SP

ASSESSORIA JURÍDICA

Madrona, Hong, Mazzuco e Kawamura – Sociedade de Advogados
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1461 – 12º andar – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3094-7810

AUDITORES INDEPENDENTES

KPMG Auditores Independentes
Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3067-3000